



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**A CIDADE E A FAVELA:  
O “Poço da Draga” e a requalificação urbana em Fortaleza**

**VANCARDER BRITO SOUSA**

**João Pessoa-PB  
2006**

VANCARDER BRITO SOUSA

**A CIDADE E A FAVELA:**

O “Poço da Draga” e a requalificação urbana em Fortaleza

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em sociologia. Linha de pesquisa: Sociologia urbana

Orientador: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima.

João Pessoa-PB

2006

Catálogo na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

S725c Sousa, Vancarder Brito.  
A cidade e a favela : o "Poço da Draga" e a requalificação urbana em Fortaleza / Vancarder Brito Sousa. - João Pessoa, 2006.  
185 f. : il.

Orientação: Jacob Carlos Lima.  
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA

1. Requalificação urbana. 2. Revitalização. 3. Favela  
4. Enobrecimento. 5. Cidade. 6. Urbanismo. I. Lima, Jacob Carlos. II. Título.

UFPB/BC

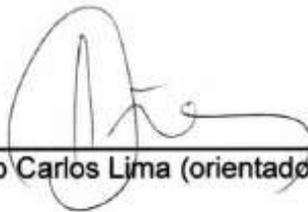
CDU 365.626(043)

Elaborado por Walqueline da Silva Araújo CRB - 15/514

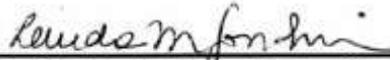
Vancarder Brito Sousa

**A cidade e a favela: O "Poço da Draga" e a requalificação urbana em Fortaleza**

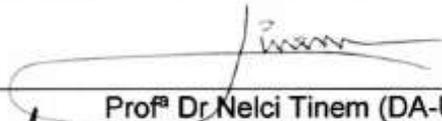
Tese defendida e aprovada em 11 de agosto de 2006, pela banca examinadora constituída pelos professores:



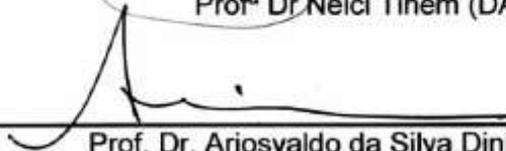
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (orientador- PPGS-UFPB)



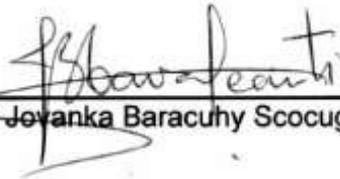
Profª Dr Linda Maria Pontes Gondim (PPGS-UFC)



Profª Dr Nelci Tinem (DA-UFPB)



Prof. Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz (PPGS-UFPB)



Profª Drª Jovanka Baracuhny Scocuglia (PPGS-UFPB)

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal, CAPES, pelo auxílio financeiro que tornou possível a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Jacob Carlos Lima, pelo profissionalismo e dedicação extremados demonstrados durante este percurso. Também pela confiança em mim depositada.

Aos professores, Nelci Tinem, Jovanka Baracuhy, Linda Gondim e Ariosvaldo Diniz, por terem aceitado o convite para compor a banca e pelas contribuições que certamente darão na análise deste trabalho.

Ao professor Mauro Koury, que me orientou nos primeiros momentos deste trabalho com muita competência e desprendimento. Meu terno agradecimento.

À professora Linda Gondim, pelo acompanhamento cuidadoso, incentivo, generosidade e indicações importantes para a realização deste trabalho.

Aos professores Eliana Moreira e Carlos Guilherme do Valle, pelas contribuições dadas na minha banca de qualificação.

A Heloísa de Oliveira, por sua amizade, apoio no desenvolvimento do trabalho de campo e generosidade na troca de informações.

A Teresa Cristina Matos, pelo amor e dedicação presentes em cada linha deste texto. Este momento seria impossível sem ela.

À Comunidade do Poço da Draga, pela confiança em me franquear tanto de suas vidas.

Ao Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza nas figuras de Roberto Cabral e Francisco Antônio de Almeida (Chiquinho), pelo acesso à documentação e entrevistas.

A Nancy, pelo apoio seguro na secretaria do PPGS e o incentivo de sempre.

A Sandra Rodrigues, pela amizade e pronta disposição para ajudar.

À família Furtado Matos, pelo zelo, paciência e torcida vibrante durante este percurso.

À minha Família, pela força constante, confiança e paciência pelas ausências.

Aos amigos Artur Perruci e Adriano De Leon, pela amizade e conversas enriquecedoras.

A Nádia, Lenildo, Ângela e Violeta, pela amizade e presença emprestaram mais vida a estes anos.

A Quintino Brito, pela torcida constante e ajuda gráfica nos primeiros momentos do trabalho.

...Pode ser que isto você não saiba; que para falar de Olívia eu não poderia fazer outro discurso. Se de fato existisse uma Olívia de bíficos e pavões, de celeiros e tecelãs de tapetes e canoas e estuários, seria um mero buraco negro de moscas, e para descrevê-la eu teria de utilizar metáforas da fuligem, dos chiados de rodas, dos movimentos repetidos. Dos sarcasmos. A mentira não está no discurso, mas nas coisas (Calvino, 1990, p.60).

## RESUMO

O presente trabalho analisa as transformações vividas por uma favela de Fortaleza-CE, a Comunidade do Poço da Draga, oriundas das mudanças sócio-espaciais da cidade, em especial, as consequências de um processo de “revitalização urbana” iniciado nos anos 1990 em função do incremento da competitividade regional da metrópole voltada para o turismo e eventos. Neste processo de “requalificação” foi anunciado em 2001, pelo Governo do Estado do Ceará, o projeto do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará – CMEFC, a ser construído no local onde atualmente se encontra a Comunidade em questão. Do anúncio do projeto derivou uma série de reações por parte dos moradores que são exploradas por esta pesquisa com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o fenômeno.

**Palavras-chave:** requalificação urbana, revitalização, enobrecimento, favela, cidade, urbanismo.

## **ABSTRACT**

This work evaluates changes generated by socio-spatial activities that occurred within a slum area in Fortaleza, Ceara, called Comunidade do Poço da Draga (Poço da Draga Community), especially those actions resulting from a “urban renewing process” that started in 1990 due to a raising regional competition trend exploring tourism and events as seen in the metropolis. In 2001, within this “qualification process”, the State Government announced the launching of a project sponsored by Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceara-CMEFC whose facilities would be built where the afore-mentioned community is located. From the very announcement several reactions have been detected and are the main focus of this research work that aims at amplifying our understanding of the phenomenon.

**Keywords:** Urban Qualification, Renewing, Ennoblement, Slum, City, Urbanism.

## RÉSUMÉ

Ce travail analyse les transformations vécues par une favéla de Fortaleza-Ceará au Brésil, la communauté du Poço da Draga, issues des changements socio-spatiaux de la ville, en particulier les conséquences d'un processus de « revitalisation urbaine » entamé dans les années 1990 en fonction de l'amélioration de la compétitivité régionale de la métropole axée sur le tourisme et les événements. Dans ce processus de « requalification » a été annoncé en 2001 par le gouvernement de l'État du Ceará, le projet du *Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará – CMEFC* (Centre multifonctionnel d'événements et des marchés du Ceará), à construire sur le site où se trouve actuellement la Communauté en question. L'annonce du projet a donné lieu à une série de réactions de la part des habitants qui sont exploités par cette recherche dans le but d'élargir la compréhension du phénomène.

**Mots-clés :** requalification urbaine, revitalisation, ennoblissement, favéla, ville, urbanisme.

## LISTA DE FIGURAS

|                   |                                                                    |     |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1:</b>  | Mapa de localização da favela do Poço da Draga.....                | 15  |
| <b>Figura 2:</b>  | Centro Dragão do Mar.....                                          | 18  |
| <b>Figura 3:</b>  | Rua principal do Poço da Draga.....                                | 18  |
| <b>Figura 4:</b>  | Rua dos Tabajaras.....                                             | 19  |
| <b>Figura 5:</b>  | Projeto do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará..... | 19  |
| <b>Figura 6:</b>  | Reunião dos moradores com representantes do governo do estado..... | 27  |
| <b>Figura 7:</b>  | Bangalô pertencente a Alfredo Salgado.....                         | 54  |
| <b>Figura 8:</b>  | Praia de Iracema em 1939.....                                      | 55  |
| <b>Figura 9:</b>  | Estoril após recuperação.....                                      | 56  |
| <b>Figura 10:</b> | O novo e o velho no Poço da Draga.....                             | 57  |
| <b>Figura 11:</b> | Mapa da Fortaleza provinciana.....                                 | 61  |
| <b>Figura 12:</b> | Armazém da praça Almirante Saldanha.....                           | 77  |
| <b>Figura 13:</b> | Armazém da praça Almirante Saldanha.....                           | 77  |
| <b>Figura 14:</b> | Aspecto do entorno da CDMAC.....                                   | 79  |
| <b>Figura 15:</b> | Centro Dragão do Mar visto da Praça Almirante Saldanha.....        | 79  |
| <b>Figura 16:</b> | Centro Cultural <i>Georges Pompidou</i> .....                      | 80  |
| <b>Figura 17:</b> | Vão de entrada do CDMAC.....                                       | 81  |
| <b>Figura 18:</b> | Aspecto atual do Arraial Moura Brasil.....                         | 98  |
| <b>Figura 19:</b> | Mapa SER I.....                                                    | 106 |
| <b>Figura 20:</b> | Mapa SER II.....                                                   | 107 |
| <b>Figura 21:</b> | Ponte Metálica em 1906.....                                        | 118 |
| <b>Figura 22:</b> | Ponte Metálica atualmente.....                                     | 118 |
| <b>Figura 23:</b> | Ponte dos ingleses antes da reforma em 1994.....                   | 120 |
| <b>Figura 24:</b> | Pontes dos ingleses atualmente.....                                | 120 |
| <b>Figura 25:</b> | Mapa poço da draga.....                                            | 121 |
| <b>Figura 26:</b> | Movimentação de passageiros na Ponte Metálica.....                 | 122 |
| <b>Figura 27:</b> | Operação de carga e descarga no Porto em 1933.....                 | 123 |
| <b>Figura 28:</b> | Arredores da Alfândega em 1910.....                                | 123 |
| <b>Figura 29:</b> | Casebres na virada do século XIX para o século XX.....             | 124 |
| <b>Figura 30:</b> | Trilhos que cortam o Poço da Draga.....                            | 125 |

|                   |                                                             |     |
|-------------------|-------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 31:</b> | Barracos no Poço da Draga antes da instalação da INACE..... | 127 |
| <b>Figura 32:</b> | Limite Oeste do Poço da Draga.....                          | 129 |
| <b>Figura 33:</b> | Riacho que corta o Poço da Draga.....                       | 130 |
| <b>Figura 34:</b> | Praia frequentada pelos moradores do Poço da Draga.....     | 137 |
| <b>Figura 35:</b> | Caixa Econômica Federal, antiga Alfândega.....              | 144 |
| <b>Figura 36:</b> | Rua Boris, uma das entradas do Poço da Draga.....           | 147 |
| <b>Figura 37:</b> | Camburão de lixo no Poço da Draga.....                      | 148 |
| <b>Figura 38:</b> | Bifurcação na rua Gerson Gradvohl, no Poço da Draga.....    | 149 |
| <b>Figura 39:</b> | Esgoto a céu aberto no Poço da Draga.....                   | 151 |
| <b>Figura 40:</b> | Moradora apresenta sua casa.....                            | 152 |
| <b>Figura 41:</b> | Casebre na Ponte Metálica.....                              | 160 |
| <b>Figura 42:</b> | "Aldeota" do Poço da Draga.....                             | 164 |
| <b>Figura 43:</b> | "Aldeota" do Poço da Draga.....                             | 164 |
| <b>Figura 44:</b> | Becos no Poço da Draga.....                                 | 166 |
| <b>Figura 45:</b> | Centro do poço.....                                         | 166 |
| <b>Figura 46:</b> | Depósito de lixo.....                                       | 170 |
| <b>Figura 47:</b> | Jangada e cachorro.....                                     | 171 |

## LISTA DE SIGLAS

|                |                                                                                                                                        |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>AMPODRA</b> | Associação dos Moradores do Poço da Draga                                                                                              |
| <b>BID</b>     | Banco Interamericano de Desenvolvimento                                                                                                |
| <b>BNB</b>     | Banco do Nordeste do Brasil                                                                                                            |
| <b>BNH</b>     | Banco Nacional da Habitação                                                                                                            |
| <b>CAGECE</b>  | Companhia de Águas e Esgotos do Ceará                                                                                                  |
| <b>CDMAC</b>   | Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura                                                                                                 |
| <b>CDPDH</b>   | Centro de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese<br>Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do |
| <b>CETRED</b>  | Ceará                                                                                                                                  |
| <b>CIC</b>     | Centro Industrial Cearense                                                                                                             |
| <b>CIDAO</b>   | Companhia Industrial de Algodão e Óleos Vegetais                                                                                       |
| <b>CIOPS</b>   | Centro Integrado de Operações de Segurança                                                                                             |
| <b>CMEFC</b>   | Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará                                                                                     |
| <b>CPI</b>     | Comissão Parlamentar de Inquérito                                                                                                      |
| <b>DICOL</b>   | Distribuidora e Comércio LTDA                                                                                                          |
| <b>DNOCS</b>   | Departamento de Nacional de Obras Contra Secas                                                                                         |
| <b>EOCA</b>    | Escola de Comunicações e Artes<br>Fundação da Cultura do Esporte e do Turismo da Prefeitura Municipal de                               |
| <b>FUNCET</b>  | Fortaleza                                                                                                                              |
| <b>GAC</b>     | Grupo de Artilharia de Campanha                                                                                                        |
| <b>IBGE</b>    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                                                        |
| <b>IDH</b>     | Índice de Desenvolvimento Urbano                                                                                                       |
| <b>IDT</b>     | Instituto de Desenvolvimento do Trabalho                                                                                               |
| <b>INACE</b>   | Indústria Naval do Ceará                                                                                                               |
| <b>IPECE</b>   | Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará                                                                                             |
| <b>IPHAN</b>   | Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional                                                                                   |
| <b>IPLAM</b>   | Instituto de Planejamento do Município de Fortaleza                                                                                    |
| <b>IPTU</b>    | Imposto Predial e Territorial Urbano                                                                                                   |
| <b>MIS</b>     | Museu da Imagem e do Som                                                                                                               |
| <b>PEQ</b>     | Programa Estadual de Qualificação                                                                                                      |
| <b>PIB</b>     | Produto Interno Bruto                                                                                                                  |

|                  |                                                                                                                    |
|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PLANEFOR</b>  | Plano Estratégico de Fortaleza                                                                                     |
| <b>PMDB</b>      | Partido do Movimento Democrático Brasileiro                                                                        |
| <b>PNUD</b>      | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                                                                  |
| <b>PRODETUR</b>  | Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste<br>Programa de Erradicação de Favelas e Construção de Conjuntos |
| <b>PROMORAR</b>  | Habitacionais                                                                                                      |
| <b>PSDB</b>      | Partido da Social Democracia Brasileira                                                                            |
| <b>RFFSA</b>     | Rede Ferroviária Federal AS                                                                                        |
| <b>SEBRAE</b>    | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                                                           |
| <b>SECOVI</b>    | Sindicato da Habitação do Ceará                                                                                    |
| <b>SECULT-CE</b> | Secretária de Cultura do Estado do Ceará                                                                           |
| <b>SEINFRA</b>   | Secretária de Infra-Estrutura                                                                                      |
| <b>SENAC</b>     | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial                                                                         |
| <b>SER</b>       | Secretarias Executivas Regionais                                                                                   |
| <b>SETAS</b>     | Secretária do Trabalho e Ação Social                                                                               |
| <b>SINE</b>      | Sistema Nacional de Emprego                                                                                        |
| <b>SUDENE</b>    | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste                                                                    |
| <b>UECE</b>      | Universidade Estadual do Ceará                                                                                     |
| <b>UFC</b>       | Universidade Federal do Ceará                                                                                      |

## SUMÁRIO

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                                                                               | 13  |
| <b>CAPÍTULO 01: REQUALIFICAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO</b> .....                                       | 30  |
| 1.1 Globalização e alterações no espaço-tempo urbano.....                                             | 30  |
| 1.2 Modernidade e cultura global.....                                                                 | 35  |
| 1.3 Enobrecimento: perdedores e vencedores nos processos de requalificação.....                       | 46  |
| <b>CAPÍTULO 02: DESENVOLVIMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL</b> .....                                | 60  |
| 2.1 Desenvolvimento urbano da cidade de Fortaleza.....                                                | 60  |
| 2.2 Primeira abertura para o global: A <i>Belle Époque</i> fortalezense.....                          | 62  |
| 2.3 Da decadência algodoeira à atual metrópole.....                                                   | 64  |
| 2.4 “Política das mudanças” e as mudanças da cidade: pretensões e limites de um projeto político..... | 68  |
| 2.5. Fortaleza, Praia de Iracema e a construção do Centro Dragão do Mar.....                          | 77  |
| <b>CAPÍTULO 03: EXCLUSÃO E FAVELIZAÇÃO</b> .....                                                      | 88  |
| 3.1 Desenvolvimento desigual e o problema da moradia: o crescimento das favelas.....                  | 88  |
| 3.2 A “solução” remocionista.....                                                                     | 92  |
| 3.3 A atualidade do problema da favela em Fortaleza.....                                              | 105 |
| <b>CAPÍTULO 04: “A CIDADE DE FORTALEZA NASCEU AQUI”: O POÇO DA DRAGA E A CIDADE</b> .....             | 110 |
| 4.1 Mapas imaginários e a pesquisa no espaço urbano.....                                              | 110 |
| 4.2 O Poço da Draga: a formação e as ameaças constantes.....                                          | 116 |
| 4.3 O Dragão, a ponte e o Poço .....                                                                  | 143 |
| 4.4 As mudanças e a disputa pela legitimidade .....                                                   | 160 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....                                                                                | 174 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....                                                                             | 178 |

## INTRODUÇÃO

Este estudo se inscreve na discussão sobre as transformações contemporâneas das metrópoles diante da emergência de novos paradigmas globais de concorrência econômica e seus desdobramentos urbanísticos frente à questão das favelas. A questão que norteia esse trabalho diz respeito a como os processos macroestruturais se delineiam na dinâmica de uma cidade e de seus moradores, em especial quando esta se encontra na periferia dos circuitos globais de comunicação, serviços e negócios. Sobretudo quando parte desses cidadãos está à margem tanto das decisões, quanto dos benefícios das transformações recentes, como é o caso dos moradores de favelas ou bairros de baixa-renda, ambulantes, sem teto etc.

A análise de intervenções urbanas recentes, baseadas num urbanismo pós-moderno em um bairro da cidade de Fortaleza-CE, na Praia de Iracema e de uma comunidade pobre nela localizada, a Favela do Poço da Draga, permite recuperar essa dinâmica, a partir da percepção das mudanças pelos moradores, o que clarifica as estratégias de negociação simbólicas e políticas, que apresentam conseqüências na definição do espaço urbano.

O momento atual de transformações da Praia de Iracema, marcado com mais intensidade pelo desdobramento de elementos de um processo de requalificação urbana iniciado nos anos 1990, estimula pensar sobre como pode ser constituído o espaço urbano a partir do entrecruzamento de diferentes interesses: culturais, políticos que valorizam os lugares sob a ótica do empreendimento econômico. Dinâmica essa que implica a exclusão ou inserção marginal de atores que não favorecem os interesses das novas intervenções que visam a “revitalização” de tais espaços.

A relevância desta temática ganha corpo a partir da inauguração oficial em 28 de Abril de 1999, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura - CDMAC pelo governo do Estado do Ceará<sup>1</sup> (ver figura 2). Antes dele uma série de reformas na Praia Iracema, promovidas tanto pela Prefeitura Municipal, como a construção de um calçadão e a reforma do Estoril<sup>2</sup> pelo governo estadual<sup>3</sup>, visaram requalificar aquele espaço tradicional da cidade em função da atração turística e de entretenimento de padrão econômico mais elevado (ver figuras 3 e 4).

---

<sup>1</sup> Apesar de concluído em 1998 durante a segunda gestão de Tasso Jereissati (1995-1998), seu projeto e parte das obras se deu durante o governo Ciro Gomes (1991-1993).

<sup>2</sup> O atual restaurante Estoril foi construído em 1926, pelo Coronel Porto, um sobrado familiar que recebeu o nome inicial de “Vila Morena”. Nos anos 1940 foi transformado em restaurante e ponto de referência da boemia e de artistas fortalezenses, além de ponto de referência importante na Praia de Iracema (SCHRAMM, 2000).

<sup>3</sup> Reforma da Ponte dos Ingleses concluída em 1994.

Concomitantemente às mudanças estruturais se fez sentir na Praia de Iracema uma crescente implantação de bares e restaurantes voltados para segmentos de consumo mais favorecidos.

Essa requalificação iniciou uma cadeia de eventos que, além de afetar em um primeiro momento os moradores de classe média e média-baixa do bairro, que se viram na iminência de abandono de seus antigos lares, pela intensificação da movimentação de visitantes e novos usuários (SCHRAMM, 2000), recolocou em evidência a favela do Poço da Draga, alvo de diversas tentativas de remoção ao longo dos mais de 50 anos de sua existência na Praia de Iracema.

Com o anúncio do projeto do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará – CMEFC (ver figura 5) pelo Governo do Estado em outubro de 2001, a ser construído na área ocupada atualmente pela favela do Poço da Draga, estabeleceu-se que os moradores seriam transferidos para um condomínio de bom padrão construtivo, na Praia de Iracema, situado a 600 metros do local atual, delimitado pelas vias: Avenida Almirante Barroso, Rua Almirante Tamandaré, Rua Senador Almino e Rua Dragão do Mar<sup>4</sup> (ver figura 1).

---

<sup>4</sup> O governo do Estado através da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA após negociações com os moradores ofereceu a possibilidade dos moradores da comunidade escolhessem uma área nas proximidades do Poço da Draga atual para a construção do novo condomínio onde seriam realocados.



**Figura 1:** Localização da favela do Poço da Draga, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e da quadra destinada ao novo condomínio para os moradores do Poço da Draga.

A noção de requalificação urbana remete às mudanças na cidade em face de projetos de renovação urbanísticas e culturais de áreas centrais e de valor histórico, frequentemente degradadas. Nestas intervenções, os novos sentidos e usos apontam para a grande probabilidade de que seus antigos moradores e usuários sejam afastados, remetendo a um enobrecimento dos novos frequentadores.

Essa leitura esboça uma compreensão dos processos macroestruturais que regem a dinâmica das mudanças na cidade, amparados nos condicionamentos da reestruturação capitalista das últimas três décadas, mas pouco explora a perspectiva dos moradores da cidade, ou seja, como esses percebem e vivenciam estas mudanças. Sobretudo quando é levada em consideração a laboração de uma nova imagem da cidade visando os interesses econômicos em face da concorrência regional ou global entre cidades.

Essa questão ganha novos contornos quando é percebida dentro do contexto de cidades periféricas que só muito recentemente deram início a projetos de intervenção, de matizes pós-modernos, em seus centros históricos, por exemplo Salvador, com a revitalização do Pelourinho (NOBRE, Sd), ou Recife com a requalificação do Bairro do Recife Antigo (LEITE, 2004; ZANCHETTI, 1998, 1998b, 2001), Fortaleza e a Praia de Iracema (GONDIM, 1998, 1999; SCHRAMM 2001) e João Pessoa (SCOCUGLIA, 2003).

Como a lógica deste processo se reproduz em diferentes cidades do mundo, cabe perguntar como em cada uma seus moradores vivenciam esse processo e percebe a mudança de seus lugares dentro do espaço. Assim, parece pertinente dar ênfase às narrativas e práticas das classes subalternas que elaboram imagens próprias do desenvolvimento das metrópoles e de Fortaleza em particular. Imagens que dizem muito sobre as relações sociais e identitárias do lugar e refletem sentidos outros sobre a cidade que não os afirmados pelos símbolos movimentados através discurso de modernização.

Desta forma, o cotidiano dos moradores do Poço da Draga e a visão destes sobre o processo de mudança interessam, porque permitem compreender como o reordenamento e a reorientação do espaço na cidade exigem a reelaboração de consensos, de imagens e percepções de inclusão, ainda que, na realidade, fundadas na exclusão. As sociabilidades e as representações do espaço urbano, produzidas pelos moradores do Poço da Draga permitem uma melhor compreensão do desenvolvimento urbano de Fortaleza. Nessa perspectiva, os sentidos da historicidade da cidade encontram-se intrincados com os destinos dos indivíduos do Poço da Draga.

A presente tese pretende, então, mapear a construção simbólica do Poço da Draga como lugar frente às transformações urbanas oriundas do processo de revitalização da Praia de Iracema. Este mapa simbólico se pretende um fragmento da maneira como as populações sujeitas a processos de enobrecimento representam sua relação com a cidade que a cerca.

Desta forma, para entender a percepção dos moradores do Poço da Draga sobre o processo de mudanças que a Praia de Iracema tem experimentado nos últimos anos a pesquisa centrou-se nas imagens sociais que eles elaboram, relacionando-as com as rápidas transformações porque tem passado a cidade de Fortaleza, sobretudo devido às intensas intervenções urbanísticas dos últimos 16 anos.

Segundo Magnani, com muita frequência os debates sobre a questão urbana, sobretudo no contexto das transformações contemporâneas envolvendo o planejamento estratégico se pautam pela

ausência dos atores sociais. Tem-se a cidade como uma entidade a parte dos seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, Atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade (MAGNANI, 2002, p.14).

A perspectiva da “ausência“, como referida por Magnani, imposta pelos grandes discursos de renovação, que se apropria da cidade para conformá-la num padrão de ação voltado para os interesses de desenvolvimento econômico de setores como o mercado imobiliário e de turismo, tende a suprimir a noção de experiência e de vivências que dão significado a constituição dos lugares pelos que nele habitam. Assim também como ao bairro como componente dinâmico da configuração do tecido urbano, visto como espaço público, um lugar de reconhecimento posto em prática por seus moradores (DE CERTEAU, 1994; MAYOL, 1996). Como afirma também Mayol, “pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço particularizado” (1994, p.40).

Esta apropriação se faz ao longo do tempo por práticas e vivências capazes de orientar as formas de sentir o espaço e o próprio tempo a partir da construção de uma gramática que ordena as experiências do espaço para aqueles que nele convivem. Como percebe DaMatta (1997, p.36-37): “cada sociedade ordena aquele conjunto de vivências que é socialmente provado e deve ser lembrado como parte e parcela do seu patrimônio – como mito e narrativas”.

De outro lado, este esforço de elucidação dos aspectos particulares das relações sociais e da construção simbólica e material do urbano pelos atores sociais no Poço da Draga teve como objetivo esclarecer como as dinâmicas de modernização e as representações de progresso reverberam e são apropriadas constantemente pelos moradores no curso de sua história.



**Figura 2:** Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (Fonte: Revista Marketing Cultural)



**Figura 3:** Aspecto da principal Rua do Poço da Draga, a Viaduto Moreira da Rocha marcada por um padrão construtivo simples e ritmo mais íntimo e lento contrastando com a sofisticação das ruas requalificadas do entorno (Foto: Vancarder Sousa).



**Figura 4:** Aspecto da Rua dos Tabajaras após a requalificação. Esta se localiza a apenas uma quadra da Rua Viaduto Moreira da Rocha (fonte: <http://www.cidadesdobrasil.com.br>).



**Figura 5:** Vista do projeto do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará que ocupará uma área de 19 hectares de aterro marítimo, também ocupando a área do Poço da Draga (Figuramontagem: SEINFRA).

Os processos de refundação do espaço urbano em Fortaleza parecem estar inspirados, em parte, nesta mecânica de atualização do passado sob os olhos e as necessidades do presente. Nela se encontra parte importante dos esforços dos moradores do Poço da Draga para driblar os temores do provável futuro da localidade frente ao enobrecimento do entorno da Praia de Iracema e mesmo, da transferência para o futuro condomínio a ser construído, entre os quais se destaca o receio freqüentemente referido em suas falas, de que a permanência na região seja

impossibilitada por fatores como a valorização imobiliária da região, bem como elevadas taxas, impostos e o custos de manutenção do novo condomínio a serem cobrados após a mudança.

Um dos aspectos mais importantes a ser levado em consideração na análise dos efeitos do processo de requalificação urbana sobre os segmentos menos favorecidos, como também das mudanças dos sentidos do espaço público (como observado após a implantação do Centro Dragão do Mar e mudanças no entorno) ganha corpo na observação da tensão dos moradores o frente a possibilidade de transferência e necessidade de adaptação a um novo padrão de moradia com custos mais elevados.

No caso em estudo não parece factível que o simples título de propriedade do futuro apartamento e os cursos de requalificação profissional prometidos pelo governo do Estado sejam suficientes para estimular a ascensão e a manutenção desse novo padrão de vida, acentuando incertezas quanto a permanência da comunidade na área da praia e a qualidade desta permanência, que marcam a favela desde seu nascimento.

Desta forma, neste ambiente de transformações rápidas que o entorno do Poço da Draga apresenta (e que estão imbricados ao processo de desenvolvimento urbano de Fortaleza), os depoimentos dos moradores esclareceram o quanto do imaginário do lugar e das relações locais ali constituídas são determinantes para a elaboração dos processos de significação daquele lugar. Desta operação de aproximação das narrativas ligadas à experiência dos moradores da favela surgiu uma outra face da constituição da própria cidade.

O processo de aproximação dos moradores do Poço da Draga permitiu a formação de um quadro interpretativo tanto dos conflitos historicamente constituídos na relação entre o desenvolvimento da cidade, fundada no ideal de progresso, e a constituição da localidade. Como afirma Magnani (2003, p.6): “seja qual for o recorte escolhido é preciso levar em consideração a malha de relações que mantém com a sociedade envolvente: a dinâmica de um espaço não se esgota no seu próprio perímetro”.

O esclarecimento do caminho que se delineia deste cruzamento entre discurso urbanístico, do ordenamento e o local, então, se somaria ao que Magnani chama de “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002, p.17) que, opondo-se a perspectiva que identificou como “de fora e de longe”, evitaria a dicotomia entre os processos urbanos mais gerais e a singularidade das práticas localizadas de indivíduos e grupos. Para Magnani, a apreensão realizada pelo pesquisador do espaço urbano numa perspectiva aproximativa revelaria que, ao contrário da aparente aridez dos processos econômicos, políticos e imobiliários mais amplos, os lugares estão repletos de relações sociais estabelecidas entre pessoas e grupos que se apropriam e significam o espaço:

É nesse plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade (MAGNANI, 2002, p.17).

A elaboração de uma descrição da trajetória do Poço da Draga frente aos efeitos de diversos momentos da mudança urbana até a atualidade teria alguns matizes de um processo de aproximação definido por esse “olhar de perto e dentro” referido por Magnani. A perspectiva do particular, do local tomada aos moradores, vem ao encontro da visão do universo das grandes cidades, considerada, sobretudo como somatório de forças econômicas e políticas, produto de grandes estruturas burocráticas, econômicas, para compor um quadro de sentidos mais complexos e dinâmicos sobre a cidade. Trata-se de reconhecer o papel dos atores sociais, no caso em questão, dos moradores do Poço da Draga, como importantes intérpretes do processo de mudança que o bairro atravessa ao longo de sua existência.

O resultado obtido é um mapa representativo das impressões a respeito do entrelaçamento da experiência espacial frente ao processo de mudança acelerada pela requalificação para os moradores da comunidade observada. Neste resultado, os relatos e observações realizadas junto à comunidade parecem remeter à ideia de que a condição de participação na constituição do lugar, os diversos tipos de interesses desenvolvidos pelos moradores, muitos deles conflitantes, criam redes de sentido e sociabilidade próprias, factíveis de reconhecimento pelos que dela fazem parte.

A respeito da construção de um sistema simbólico capaz de estruturar o grupo, DaMatta (1997, p.37) afirma que

Cada sociedade ordena aquele conjunto de vivências que é socialmente provado e deve ser sempre lembrado como parte e parcela do seu patrimônio – como mitos e narrativas – , daquelas experiências que não devem ser acionadas pela memória, mas que evidentemente coexistem com as outras de modo implícito, oculto, inconscientemente, exercendo também uma forma complexa de pressão sobre todo o sistema cultural.

A reflexão de DaMatta auxilia no questionamento sobre a forma como a vivência cotidiana desenvolvida no Poço da Draga seria parte de uma série de estratégias de resignificação das tensões e inseguranças da contínua ameaça de expulsão daquele espaço em nome do desenvolvimento urbano, (ou como freqüentemente encontrado nos discursos de apoio

às reformas, em nome do “bem-comum”) do perecimento frente às mudanças da cidade. Quais seriam os processos locais de elaboração desse acervo imaginário e simbólico, com vistas à constituição de tais estratégias? Como se definiria o diálogo entre a ordem simbólica das ameaças externas e as expectativas pessoais e coletivas no interior do Poço da Draga?

Os sujeitos com suas narrativas são personagens fundamentais destas estratégias, sendo responsáveis não só pela guarda de uma parcela de memória local, mas, sobretudo pela constituição de “chaves” de compreensão dos sentidos do relacionamento do urbano com o local. Um recorte que se aproxima da categoria de “pedaços” descrita por Magnani (2003, p.07): “denotando lealdades, códigos compartilhados, pertencimentos”. Estas “chaves de compreensão”, ao mesmo tempo em que emergem do grupo, definem os laços de sociabilidade fortalecendo a união, ou possibilidades destes, bem como as distensões e conflitos entre os membros do grupo, frente às transformações urbanísticas e as mudanças do espaço.

Os depoimentos dos moradores e a observação da constituição das dinâmicas sociais esclarecem o quanto o imaginário do lugar e das relações locais ali constituídas pode ser importante para a construção dos processos de interpretação das mudanças da cidade e compreensão da trajetória do próprio lugar ao longo do tempo, frente às ameaças de dissolução do território comum, das incertezas, das tensões e dos conflitos internos ligados aos diversos momentos do processo de modernização da cidade. Como afirma Magnani:

Para uma população sujeita as oscilações do mercado de trabalho, a precariedade dos equipamentos urbanos e a um cotidiano que não se caracteriza, precisamente pela vigência dos direitos de cidadania, pertencer a um “pedaço” significa dispor de uma referência concreta, visível e estável – daí a importância do caráter territorial na definição da categoria” (MAGNANI, 2003, p.06).

A construção ao longo do tempo de um discurso de visibilidade e legitimidade pelos moradores do Poço da Draga parece ressaltar a necessidade de elaboração destas “referências concretas, visíveis e estáveis” as quais se refere Magnani. Algo além do que a precariedade física e social que a favela poderia ensejar.

O processo de requalificação que se processa na Praia de Iracema desde os anos 1990 e seus efeitos mais recentes sobre o Poço da Draga após o anúncio do projeto do CMEFC coloca em evidência a assimetria entre os ideais da cidade oficial que se movimenta a partir de pressupostos econômicos da valorização do espaço e a permanência da comunidade nos marcos da sua precariedade, sugere a idéia de um injusto jogo de “cabo de guerra”. Neste, ao longo dos anos e das sucessivas tentativas de remoção os moradores articularam estratégias e táticas na

forma de acordos tanto internos quando externos que garantissem a possibilidade de continuar no “jogo”.

Observando a relação da cidade<sup>5</sup> *versus* a comunidade ao longo do tempo, esta, embora em condições de fragilidade e sujeição, não parece se enquadrar na mera ideia de dominação do mais forte (a cidade e o discurso de ordenamento e desenvolvimento) sobre o mais fraco (os antigos moradores) poderia sugerir.

Aplicando-se o ponto de vista de Moore Jr. (1987) á leitura da assimetria de poder na cidade, parece ficar claro que o resultado da sujeição dos grupos subalternos não se apresenta tão direta (ou mecânica) quanto a fórmula opressor *versus* oprimidos parece evidenciar. Canal de grande parte dos medos e angústias sociais, as relações de sujeição e desigualdade urbanas abrigam acordos sociais tácitos e cuidadosamente renovados. A cena política que se alimenta da desigualdade muitas vezes precisa constituir canais de negociação e vínculos com as comunidades pobres. Mesmo sob o signo da injustiça social, conjunturas políticas mais complexas assim o impõem.

Nem sempre a injustiça social resulta em revolta ou rebelião por parte dos oprimidos, mesmo em circunstâncias de opressão intensa por parte das autoridades. De acordo com Moore Jr. (1987) os grupos subordinados podem procurar nos interstícios da autoridade as formas de realizarem minimamente suas demandas, já que o poder de nenhuma maneira consegue ser onipresente.

Desta forma, mais destacado em sua relação com os pobres ou excluídos, o disciplinamento social promovido pela autoridade, além do aparato repressivo e de vigilância, pode contar também com os mecanismos de negociação com o corpo social. Uma via de mão dupla entre este e a autoridade, derivando uma parte da elaboração de seus sentidos do próprio fazer-se cotidiano da sociedade, nos desdobramentos das relações sociais. Esta negociação se dá também sob a forma de articulação interna aos grupos sociais, base para alicerçar a harmonia social em regime de desigualdades. Para Moore Jr.,

Alguns dos instrumentos sociais mais eficazes são aqueles através dos quais a sociedade mais ampla procura fazer com que os indivíduos moldem e definam seus próprios interesses de tal maneira que se tornem congruentes com a ordem social; que aceitem com prazer sua parte na barganha do contrato social, quando as compensações diretamente materiais são muito frágeis (1987, p.58).

---

<sup>5</sup> Ressaltando aqui os pressupostos do desenvolvimento econômico.

Nas condições de crescimento urbano acelerado, desigual e excludente como o vivido por Fortaleza nas últimas décadas ao se tornar a quinta metrópole brasileira em população, o pensamento de Moore Jr. sobre a constituição das bases do diálogo assimétrico entre os interesses urbanísticos tomados como discurso competente e o Poço da Draga vai ao encontro da idéia dialética entre a aceitação-sujeição das mudanças urbanas percebidas pelos moradores.

A frequente fala embargada de muitos moradores, sobretudo os mais pobres, quando se referem à eminente possibilidade de transferência, concomitantemente a história de ameaças sucessivas se funda na percepção de elementos de progresso urbano que em meio as privações de quem vive na favela, estabelecem pontos de identificação e enraizamento ao urbano.

Mesmo os moradores do Poço da Draga com perfil sócio-econômico mais elevado, alguns com renda que os incluiria em um padrão classe média, referem ao momento do anúncio da sua transferência em função da construção do CMEFC como injustiça, com a imposição de um projeto alheio aos interesses do grupo, isto apesar do processo de convencimento e divulgação da Secretaria de Infra-estrutura do Estado, com a realização de reuniões e audiências públicas nas quais os temas eram o processo de implantação do CMEFC e da mudança dos moradores para o novo condomínio. Processo a que chamarei de “teatros de legitimação da transferência”, haja vista a forma da nova moradia já estava previamente definida.

Com o objetivo de realizar uma aproximação qualitativa do problema das mudanças da cidade de Fortaleza a partir da ascensão dos processos de “revitalização” promovidos, sobretudo, pelo poder público municipal e estadual no início dos anos 1990, este estudo enredou-se pela construção de um panorama no qual os sentidos das mudanças urbanísticas pudessem advir tanto do discurso oficial quanto das narrativas dos moradores da favela do Poço da Draga.

O trabalho de campo se estendeu entre março de 2002 e março de 2004. Neste período foram realizadas 13 entrevistas gravadas com moradores, visaram esclarecer aspectos da história da comunidade, da trajetória de vida dos próprios entrevistados, de suas impressões sobre o processo de mudança da comunidade a partir do anúncio do projeto do CMFEC, bem como, a perspectiva destas pessoas sobre as transformações do local frente ao entorno da Praia de Iracema ao longo do tempo e as conseqüências destas sobre o cotidiano e as relações sociais no Poço da Draga. Diversas conversas informais das quais foram gerados registros de campo, também foram realizadas dando suporte à análise.

Também foram realizados outros contatos, entrevistas, conversas informais e coleta de documentos com os representantes da Temática Terra e Moradia do Centro de Promoção e

Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese – CDPDH, órgão da Arquidiocese de Fortaleza<sup>6</sup>. Nestas, foram levantadas informações a respeito tanto das tentativas anteriores de remoção quando da atual, detalhes dos processos jurídicos movidos para impedir as remoções anteriores pela Prefeitura de Fortaleza e do assessoramento atual para acompanhar o desenvolvimento da proposta do Governo do Estado de transferência da comunidade.

Também foi feito uso dos registros gravados de duas Audiências Públicas<sup>7</sup>, a primeira realizada no dia 29/11/2001 e a segunda no dia 13/12/2001, na Escola Elvira Pinho na Praia de Iracema, das quais participaram moradores do Poço da Draga, representantes do Governo do Estado, e da sociedade civil, para a discussão da transferência da comunidade e a construção do CMEFC.

Foi procedido o acompanhamento de duas reuniões entre o Governo do Estado e os moradores do Poço da Draga nos dias 08 e 09 de maio de 2002, no Centro Dragão do Mar, que tiveram como objetivo a apresentação do projeto de apartamentos do futuro condomínio para o qual seriam transferidos os moradores. As exposições foram realizadas pelo Escritório de Arquitetura Muniz Deusdará, encarregado do projeto. As apresentações se deram através de projeção de imagens de como seria o futuro condomínio com auxílio de um aparelho “data-show”. No auditório, nos dois dias, estavam presentes em torno de 80 moradores, que assistiram admirados à animação que simulava o interior dos novos apartamentos.

A apresentação era acompanhada com as explicações do arquiteto autor do projeto que se esforçava para adaptar a linguagem técnica à compreensão do público presente (aparentemente com pouco sucesso), como também convencer a plateia para as qualidades do projeto, que, segundo ele, teria sido elaborado com o mesmo padrão de qualidade que os imóveis novos construídos nos bairros nobres da cidade, no caso, ele citou o bairro da Aldeota<sup>8</sup>. Para ele, os novos apartamentos seguiriam o conceito dos novos apartamentos construídos para a classe média da cidade, fundado no conceito de *lofts*.

Para o arquiteto, as formas da fachada teriam sido inspiradas nas tramas das rendas tradicionais do litoral cearense. A despeito das qualidades enumeradas por ele e do “show” da animação por computador, os moradores se detiveram em questões muito anteriores à estética e demonstraram algumas preocupações que estarão presentes durante todo o período de

---

<sup>6</sup> O CDPDH assessora a comunidade desde a tentativa de remoção promovida durante a administração do prefeito Antônio Cambraia em 1996 para urbanização da área voltada para o turismo. Antes da presença do CDPDH a comunidade contava com o apoio da congregação católica das Irmãs Josefina vinculada à Catedral de Fortaleza.

<sup>7</sup> Realizadas por outra pesquisadora, Heloísa Oliveira, em colaboração com a presente pesquisa (OLIVEIRA, 2003).

<sup>8</sup> Bairro de padrão econômico mais elevado em Fortaleza situado na área leste, considerada nobre.

acompanhamento de campo dos moradores do Poço da Draga: a cobrança de novas taxas e impostos na nova moradia, o fornecimento de água condominial ao invés da forma individualizada atual, o rateio das despesas de manutenção das áreas comuns do prédio entre todos os moradores, a manutenção e a possibilidade de escolha das vizinhanças<sup>9</sup> e a súbita exposição a um entorno enobrecido.

O projetista tentava convencer os moradores de que estas condições normais a todos os condomínios e que, portanto, era preciso um esforço da comunidade para se adaptar a elas.

Apesar da demonstração de muita preocupação dos moradores com aspectos relacionados ao problema da divisão de custos comuns ao prédio, exigindo esforço dos representantes do governo para convence-los da necessidade e normalidade dessas formas, o momento mais tenso das apresentações se deu no segundo dia, quando o arquiteto explanava sobre os critérios de distribuição dos apartamentos conforme o número de moradores por unidade. Uma moradora, que aparentava idade próxima aos sessenta anos, perguntou: “E no meu caso, sou eu e meu filho, qual o tamanho do meu apartamento?”. A resposta proferida em meio ao silêncio e perplexidade da plateia foi a de que a moradora teria direito a um apartamento de apenas um quarto<sup>10</sup>.

No dia 28/04/2002 foi realizado acompanhamento, no Seminário da Prainha, localizado no entorno do Centro Dragão do Mar ao seminário de Apresentação do Projeto de Requalificação e Realocação da Comunidade do Poço da Draga (ver figura 6).

Uma outra reunião de trabalho do Projeto de Realocação e Requalificação dos Moradores do Poço da Draga aconteceu no dia 11/05/2002 no Campus do Itapery da Universidade Estadual do Ceará – UECE durante todo o dia. Todas as reuniões citadas geraram registros escritos de campo. O pesquisador também esteve presente em quatro reuniões de capacitação dos representantes dos blocos do futuro condomínio nos dias 05/05/2003, 08/05/2003 e 12/05/2003. Estas reuniões foram promovidas pelo CDPDH para discutir e esclarecer juntos aos moradores aspectos de convívio, liderança, ética e cidadania para facilitar a adaptação das famílias no futuro condomínio.

Também foi realizado acompanhamento durante o dia 01/06/2003, as eleições da nova diretoria da Associação dos Moradores do Poço da Draga – AMPODRA, evento cercado por muita tensão em face da rivalidade entre membros das chapas envolvidas, e também, pela

---

<sup>9</sup> Alguns moradores, insatisfeitos com os vizinhos atuais, pleiteavam a possibilidade de escolha da nova vizinhança.

<sup>10</sup> Em contato posterior com esta moradora ficou claro que ela recebia os outros filhos e netos nos finais de semana em sua casa que dotada de um quintal no qual eram realizadas as reuniões familiares.

ansiedade declarada de muitos pela saída da líder comunitária na época, há mais de 10 anos a frente da presidência e da desconfiança de alguns frente a condução das negociações da transferência com o governo do Estado.



**Figura 6:** Reunião dos moradores com representantes do governo do estado e instituições encarregadas de prestar assessoria à transferência dos moradores para o novo condomínio (Foto: Vancarder Sousa).

As visitas de observação na localidade também foram de grande valia para a coleta e sistematização das informações contidas neste texto. Elas se deram de três formas: percurso da favela para localizar as casas dos moradores com os quais seria realizado contato; mais três sessões de fotografia realizadas, as quais também resultaram em anotações de campo; e visitas realizadas com o intuito de conhecer melhor os moradores, como pretexto para andar pelas ruas do Poço da Draga.

O contato estabelecido com os jovens do Poço da Draga atendidos por uma ONG, o Alpendre, com um projeto de educação voltado para a formação áudio-visual, o projeto No Ar<sup>11</sup>, ampliou as possibilidades de acesso e contato no Poço da Draga. Com a companhia destes

---

<sup>11</sup> O projeto No Ar é mantido pelo CDMAC com realização da ONG Alpendre. O No Ar é um projeto de formação em áudio-visual com adolescentes pobres do entorno do Centro Cultural. O projeto contava em 2003 com 15 jovens da comunidade.

jovens foi possível realizar uma sessão de fotografia na área do Poço, e em uma outra oportunidade, acompanhei um grupo deles por um *tour* através dos pontos mais significativos do poço da Draga. Percurso este muito importante para demarcar simbolicamente os lugares de relevância e seus sentidos para os moradores.

Os contatos realizados tanto abrangeram o núcleo mais favorecido e central do Poço da Draga, a Rua Viaduto Moreira da Rocha, quanto moradores mais pobres, como os da região do Poço<sup>12</sup> e regiões periféricas.

Em 18/03/04 a partir do convite de moradores, participamos do lançamento do Conselho Comunitário de Segurança do Poço da Draga. Iniciativa de moradores opositores à diretoria eleita em junho de 2003 em parceria com a Polícia Militar do Ceará. Este evento também foi gravado, além de resultar em uma nota de campo.

Outra fonte importante para a pesquisa foi o acesso ao documentário em vídeo “Poço da Draga: memória e resistência. Projeto experimental do curso de Jornalismo da Universidade de Fortaleza sob coordenação do prof. Ernesto Serpa (SERPA, 2005).

O capítulo um, “requalificação urbana e gentrificação”, discute aspectos gerais da requalificação urbana na contemporaneidade a partir de mudanças no espaço-tempo. Esta categoria estaria sofrendo grande influência das novas prerrogativas da economia mundial. Sua observação nas metrópoles atuais vem associada a projetos de restauração de centros urbanos vinculados a uma atualização da imagem da cidade, agora esta mesma tornada um produto.

Essa estratégia de requalificação observa-se frequentemente resultam em processos de gentrificação ou enobrecimento, nos quais o espaço urbano assim renovado procura excluir os moradores ou usuários de baixa renda. O capítulo aborda ainda características dos processos de requalificação e enobrecimento observadas na Praia de Iracema, no surgimento do CDMAC e no projeto do CMEFC.

O capítulo dois, “desenvolvimento urbano e segregação espacial”, aborda a constituição urbana de Fortaleza de sua fundação até os dias atuais, procurando tecer um panorama destas mudanças a partir de suas bases econômicas, históricas e culturais. Este percurso ajuda a compreender o processo de construção da segregação espacial em Fortaleza. Este panorama tem como ponto de chegada as transformações urbanas contemporâneas levadas a efeito na Praia de Iracema sob forma de um processo de revitalização envolvendo Prefeitura

---

<sup>12</sup> Área que margeia o riacho por trás das casas da rua Viaduto Moreira da Rocha. O acesso a esta área é em muitos momentos restrito e controlado por jovens que agem como vigias da movimentação nas proximidades do ponto de venda. O “Poço” é constituído por um labirinto de becos, alguns escuros e úmidos e casas e barracos pequenos de baixo padrão construtivo.

e Governo do Estado, com destaque para a influência do projeto político das “mudanças” nos anos 1990 do qual derivou o CDMAC.

O capítulo três, “exclusão e favelização”, aprofunda o questionamento sobre o fenômeno da favelização no Brasil como resultado de um processo de urbanização desigual, bem como sua caracterização na cidade de Fortaleza.

O capítulo quatro, “a cidade de Fortaleza nasceu aqui’: o Poço da Draga e a cidade” realiza uma discussão sobre o processo de diálogo entre o espaço da comunidade e o desenvolvimento da cidade, suas conseqüências e as representações dos moradores sobre o processo, com ênfase sobre as ameaças de remoção ao longo de sua história até incertezas vividas diante do atual processo de enobrecimento da Praia de Iracema.

## CAPÍTULO 01

### REQUALIFICAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO

#### 1.1 Globalização e Alterações no Espaço–Tempo Urbano

Com o advento das sociedades em rede, o poder de definir prioridades para segmentos fundamentais das relações humanas como a produção e o espaço, se torna mais recôndito e difuso e as elites globais cada vez mais invisíveis e alheias às relações locais (CASTELLS, 1999). Porém, apesar das pessoas comuns terem dificuldades em identificar no cotidiano os responsáveis pelos rumos e formas que o espaço urbano toma na contemporaneidade, os efeitos das novas exigências e condições de existência econômica e política em nível global se fazem visíveis.

No âmbito da discussão sobre a constituição e significação do espaço, das relações e representações do urbano, pode-se perceber que a tensão entre possuidores e despossuídos é exacerbada, ao mesmo tempo em que é marcada pelo paradoxo: Onde se encontra o poder? Se nós, as pessoas comuns, estamos aqui, onde estarão eles, os outros, os investidores, os proprietários, aqueles que influenciam ou definem as decisões sobre as mudanças urbanas? (BAUMAN, 1999). Por outro lado, coloca-se a questão do espaço virtual do mercado, dos investimentos e das decisões e sua influência e interação com o espaço concreto da vida das pessoas.

De onde advém a motivação que condiciona as novas formas de organização urbana, sentidos, identidade? Quais os resultados do choque entre os interesses da cultura global (dos fluxos de informação, financeiros etc.) e os de origem local?

Para pensar essas questões é preciso considerar que os espaços das elites se moldam pela instantaneidade dos recursos técnicos que o poder financeiro disponibiliza. Seu relacionamento torna-se materialmente global, e uma gramática comum para a leitura e navegação dos sentidos do espaço globalizado parece ter chegado ao seu melhor desenvolvimento: as comunicações que articulam esse poder e que transbordam para o corpo social nunca foram tão eficientes, como afirma Castells:

A forma fundamental de dominação em nossa sociedade baseia-se na capacidade organizacional da elite dominante que segue de mãos dadas com sua capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, veem (se é que se veem) seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes. A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser mecanismos gêmeos de dominação espacial em nossas sociedades. O espaço desempenha papel fundamental nesse mecanismo. Em resumo: **as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais** (CASTELLS, 1999, p.440, grifos nossos).

Se o mundo ficou pequeno através das novas demandas do poder e das relações de produção que sustentam boa parte destas relações, aparentemente só o foi porque a representação da temporalidade e espacialidade se esgarçaram e assumiram novos significados na dominação social.

Como afirma Castells: é o “espaço que organiza o tempo na sociedade em rede” (1999, p.403). Sendo o tempo fruto da experiência das pessoas, uma nova forma de percepção espacial se faz presente tencionando local e globalmente: “o espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas, em lugares, em sua cultura, em sua história” (CASTELLS, 1999, p.440).

A instantaneidade das comunicações e facilidade de deslocamento, bem como os fluxos de poder na sociedade em rede apontam para a desterritorialização e esvaziamento dos lugares dos seus sentidos originais<sup>13</sup>. A compressão espaço-temporal da qual tratam Harvey (1998) e Castells (1999) e que atualizam a ideia de “aldeia global”, expõe as identidades a condições de hibridismo com o distante. Assim também se posiciona Stuart Hall (1997) que aponta para efeitos diferenciados deste momento sobre as identidades, nem tanto “o triunfo do ‘global’ nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do ‘local’” (HALL, 1997, p.106). Assim, a globalização e a sociedade em rede parecem conduzir (e acelerar) o processo de descentramento e de desigualdade.

Uma das formas de percepção dessa desigualdade toma corpo nas metrópoles atuais com os projetos de “requalificação” voltados para a competição com outras cidades, na qual as singularidades dos atores que ocupavam ou faziam uso originalmente de áreas identificadas pelo poder urbanístico e comercial como de interesse para projetos de intervenção são solapadas

---

<sup>13</sup> Lembrando que estes podem não ser extintos, mas tencionados frente às novas funções e sentidos que a sociedade em rede propõe.

pelos ideais do atual “planejamento estratégico”<sup>14</sup>, como afirma Leite (2004): “um eufemismo acanhado para a gentrificação” (p.71).

Apesar do encolhimento do espaço global e da queda da maioria das barreiras à circulação da informação e dos fluxos de interesses do poder, os lugares (como categoria) não se encontram em risco de desaparecer, estes continuam sendo produzidos todos os dias<sup>15</sup>. Porém, há de se ressaltar a perda das referências históricas e vernaculares dos lugares como referido por Zukin (2000).

A desvinculação do espaço ao tempo nas cidades com a pós-modernidade, não estaria ajudando a acelerar a criação de lugares cada vez mais vazios de significados antropológicos de convivência, plurais? Questão antiga, se considerado o momento atual como uma aceleração e aprofundamento da modernidade como entende Giddens (1991), ou Augé (1994) com sua noção de “supermodernidade”. Em um outro contexto, Durkheim, com seu conceito de anomia, poderia projetar boa parte dos problemas que afligiriam também as sociedades pós-industriais: enfraquecimento das representações sociais (partilhadas), e a produção de interesses egoístas fundados no isolamento frente à resolução de problemas imediatos por cada um.

A aridez do espaço físico, antes de ser humanizado, é preenchida de significação pelas relações entre os grupos e pessoas que tornam singular sua experiência com o espaço em determinado tempo. Estas relações, simultaneamente econômicas, culturais, afetivas e políticas vão contanto a trajetória deste espaço. Esta trajetória do lugar, simultaneamente pessoal e social, constitui identidades, ao mesmo tempo em que narra, ainda que parcialmente, a história da cidade. É neste cruzamento das trajetórias individuais e sociais que o lugar se torna memória, ganhando sentidos outros que não apenas aqueles que as transformações físicas contam.

A localização espaço-temporal dos grupos sociais dá origem aos lugares. Nestes sentidos de comunidade e identidades podem emergir, constituindo-se “lugares antropológicos” como sugerido por Augé, referindo-se a Certeau (1994), como “simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 1994, p.51). Com eles a experiência de vida pode ser partilhada enquanto memórias e efetividades e, desta forma, seu alimento é o tempo.

O sentimento de pertencimento ao lugar parece nascer desta apropriação simbólica do espaço, da internalização das relações sociais como atalhos entre a formação do indivíduo e o

---

<sup>14</sup> Segundo Harvey (1994) e Maricato (2000) entre outros, o “planejamento estratégico” seria a forma predominante de intervenção urbana após a desindustrialização fordista, na qual o poder público abandona a dimensão holística do planejamento urbano em favor de ações fragmentadas voltadas para regiões de alto interesse imobiliário e de grande impacto na composição de imagens aptas ao consumo elitizado.

<sup>15</sup> Como também suas antíteses, os “não-lugares” (não-relacionais e a-históricos), como afirma Augé (1994).

meio que o cerca. Processo de troca contínuo que dota a personalidade com as condições de compreensão dos códigos de existência na cidade, seu resultado final é a própria definição de identidade, como afirma Castells (1999b, p.28): “fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por processos de individuação”.

Partindo do sentido de inserção em um determinado espaço, elaborado comunitariamente pelos que o compõem, passado, presente e futuro podem articular formas de ação que contenham traços desta totalidade, implicando a reflexividade entre as pretensões da pessoa e as do grupo que a abriga.

Se o referencial de tempo mais caro aos fluxos econômicos e de poder da sociedade em rede expostos aos fluxos globais (CASTELLS, 1999), é o “nanosegundo” (CHESNEAUX, 1989), o das resoluções instantâneas e emergenciais e o tempo das relações de proximidade se mostra rarefeitos, tanto o tempo social, das relações, quanto os espaços encontram-se sujeitos a superação imediata: “tudo concorre para a identificação da vida moderna com a ética do instante, ao império do nano-seconde (sic). Ao culto do descartável, ao frenesi da obsolescência” (CHESNEAUX, 1989, p.23).

Simmel (1979) também se questionou sobre que tipo de sociedade pode emergir desse processo de rápida segmentação e sujeição a processos sociais cada vez mais estranhados à esfera pessoal. Desta forma, as relações fundadas nas atitudes do indivíduo *blasé* que Simmel percebeu, antecipavam boa parte do cerne das discussões sobre o espaço-tempo que as redes proporcionam nas metrópoles contemporâneas.

As representações do tempo sem amarras do presente temem o futuro, pois este, marcado por incertezas apresenta-se ameaçador. No campo dos mercados financeiros é o tempo do jogo. Para os habitantes e usuários tradicionais de áreas-alvo de projetos de requalificação, a existência dos “sem-poder” se apresenta como fragmentação e perda de referências comuns (ZUKIN, 2000). Para o trabalhador a insegurança surge moldada pela precarização e a sociedade civil projeta-se premida por cada vez mais arriscados jogos de sedução com o mercado financeiro articulando formas mais incertas de relacionamento com o futuro.

Neste sentido, para De Certeau (1999), o questionamento deste poder difuso se encontraria nas ações<sup>16</sup> dos homens comuns das cidades, capazes de, a todo o momento, através das retóricas espaciais e dos enunciados terrestres reconstituírem a topografia sancionada pelos poderes constituídos. Visão menos afeita a sujeição pura, o autor vislumbra a possibilidade de uma continuidade da produção dos lugares nas cidades, bem como, de sentidos comuns. Desta

---

<sup>16</sup> De Certeau se refere a apropriação do espaço através dos percursos pedestres.

forma, novas e insuspeitas redes de solidariedade e identidade, mesmo em ambientes de risco e incerteza, estariam sendo continuamente produzidas: o espaço público se renova com os novos sentidos que a metrópole em seu relacionamento com os cidadãos enseja.

Como observa Magnani:

De pouco vale generalizar o desaparecimento da velha rua, tida como símbolo por antonomásia do espaço público, nem se limitar a proclamar que sua função foi ocupada pelas ‘tirânicas da intimidade’ ou por zonas desprovidas de sociabilidade: se em determinados contextos [a rua] ficou inviável como suporte de antigos usos, a experiência da vida pública a que está associada pode ser encontrada em novos arranjos (2002, p.26).

O espaço público continua sendo construído mesmo quando as novas diretrizes urbanísticas derivadas do planejamento estratégico e das práticas de enobrecimento apontam para a limitação dos usos por determinadas classes sociais ou grupos de indivíduos privilegiados. A perspectiva de De Certeau (1999) que problematiza a respeito das apropriações possíveis do espaço urbano a partir das ideias de estratégias e táticas espaciais abre margem para perceber a possibilidade de apropriações dos espaços requalificados (enobrecidos) também pelos os mais pobres. De Certeau aponta as estratégias espaciais como identificadas com o poder, enquanto as táticas, relacionadas aos sem poder, recriam formas de usar e significar os lugares.

Leite (2004) em sua pesquisa sobre o relacionamento dos moradores da Favela do Rato, na cidade de Recife, com o centro histórico requalificado (enobrecido), identificou a reapropriação do espaço que os segregava como “contra-usos” da cidade, como formas de subverter a imposição pelo mercado de usos e de estéticas uniformes voltados para formas atuais de higienização do espaço público. Scocuglia (2004) trabalha com o conceito de contra-usos na redefinição dos sentidos do espaço público após processos de revitalização. Aborda o processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e, nesta análise, destaca a ideia de reinvenção dos lugares sob a ótica do fortalecimento das identidades dos moradores e pessoas comuns do bairro através da mobilização política e reivindicação de direitos.

Tanto a proposta de Leite (2004) quanto a de Scocuglia (2004) expressam formas de apreender a percepção das mudanças urbanas e das formas de interação dos setores menos favorecidos política e economicamente frente aos processos macro de revitalização e enobrecimento fundados em elementos do planejamento estratégico das cidades na globalização.

A necessidade de convivência dos grupos sociais marginalizados em ambientes de requalificação urbana pressupõe a construção de formas alternativas de viver e significar esses espaços ao que é pretendido pelos projetos originais. No relacionamento da comunidade do Poço da Draga com as mudanças atuais em curso na Praia de Iracema essa ressignificação se apresenta como parte da estratégia de resistência às ameaças simbólicas impostas pelas transformações da cidade ao longo do tempo.

## **1.2 Modernidade e Cultura Global**

Quais os sentidos do espaço nas sociedades estruturadas pelas redes? Dimensão primeira das relações humanas, o espaço ajuda a constituir imaginários e identidades: além da ideia geométrica, propõe os significados que serão postos em movimento pelas pessoas em interação nos lugares. De Certeau (1999) define o lugar, como contíguo ao espaço. Lugar é o espaço vivenciado, qualificado e articulado analogamente como na relação entre a língua e a fala, ou seja, a regra e a prática.

O lugar, delimitado fisicamente, abriga as ações cotidianas e sugere pontos de reconhecimento cotidianos que se delimitam como “territórios de subjetivação” As relações constituídas nos lugares dão origem aos espaços. Nestas relações estão as pistas e as interrogações sobre as radicais mudanças de suas constituições. São questionamentos a respeito da perda de sentidos de coletividade, da vida comum, do civismo, sobre aquele algo que parece deslocado, não encontrando mais abrigo, desenraizado, nômade, ligado mais pela super velocidade e saturação de interações midiáticas do que pelos laços da afirmação comunitária e histórica.

O espaço, em especial o espaço urbano, sempre foi o terreno fértil onde se constituíram os mitos de fundação dos povos, solo dos fundadores e dos pioneiros. Em um outro ritmo o imaginário da modernidade "funciona" nos espaços atualizando a memória e produzindo novas referências, articulando dimensões, definindo territórios. Nesta operação de mudança de sentidos dos espaços, em ambiente de hiperconexões, a cidade assume um novo significado e seus habitantes distanciam-se do seu antigo imaginário das relações de proximidade e solidariedade. A tradição, enfraquecida é a primeira vítima, as relações de identidade talvez as próximas.

Assim, novas cidades são moldadas sobre os escombros simbólicos das antigas. Fragmentação das referências pelo isolamento e explosão das fronteiras sociais por um lado,

por outro, integração pela miséria, medo e sujeição, o espaço dos fundadores foi aparentemente perdido. Os novos imaginários emergem ambíguos entre identidade e rejeição. Modelados pela incerteza, forjados pela adaptação, sentidos aguçados de orientação na mixórdia de referências e ligações instantâneas, como também o são os perigos. A cidade transpira insegurança, o espaço se despe da promessa de futuro, seu tempo desligou-se do passado, luta com o presente, reluta em vê-se futuro. O espaço enquanto abrigo de lugares específicos (reais e imaginários) apresenta-se marcado pela desterritorialização progressiva. Como diz Giddens (1991), em condições de modernidade o lugar se torna fantasmagórico pelas referências vindas de longe.

Fortaleza é uma metrópole que nos últimos 20 anos tornou-se ostensivamente marcada, espacialmente, por dicotomias entre o moderno (mesmo que muito limitado dentro do alcance das políticas urbanas) e o pós-moderno, o local e o global, enfim, riqueza e miséria materializada no 927º índice de desenvolvimento humano-IDH, entre as cidades brasileiras (IBGE/PNUD, 2000). Fortaleza se mostra cindida e refeita por antagonismos de percepção entre ricos e pobres a partir da observação da estética urbana, da forma como esta se organiza espacialmente, bem como das práticas sociais e narrativas que daí emergem. Estas que contribuem para criação de um imaginário ligado às formas societárias nascidas da tensão entre as promessas de progresso, desenvolvimento e segurança próprias da modernidade, e a sensação de abandono, perda ou insegurança que os desdobramentos da sociabilidade na grande cidade ensejam (SIMMEL, 1979), sentidos com mais intensidade pelos moradores de mais baixa renda.

No jogo marcado pelas dicotomias entre moderno e pós-moderno, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura assumiu, para o Governo do Estado do Ceará, um papel estratégico dentro de sua proposta de modernização urbana e cultural, na fusão de interesses entre desenvolvimento turístico “e as perspectivas de expansão das atividades culturais como nicho absorvedor de mão de obra, a partir de uma macro estratégia de desenvolvimento autossustentável para o Estado” (SECULT-CE, 1996, p.10). A cultura, através de uma ousada política cultural (SOUSA, 2000) em Fortaleza a partir dos anos 90, com o Governo das Mudanças, assumiu um lugar de destaque como promotora de mudanças urbanas fundadas no patrimônio e na arquitetura no esforço de posicionar economicamente Fortaleza dentro dos fluxos das redes internacionais. Assim:

Cultura e economia parecem estar correndo uma na direção da outra, dando a impressão que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalismo uma forma cultural entre outras rivais. O que

faz com que convirjam: participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo, portanto, os requisitos de uma empresa regida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de devolver aos seus moradores algo com uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, e lhes aumentem a auto-estima (ARANTES, 2001, p.47).

No caso cearense, sob o domínio de um discurso que preza em se afirmar em sintonia com a globalização econômica e cultural, a ação cultural desenvolvida traz a marca da abertura das relações e das trocas culturais internacionais – concomitantemente com a ampliação do discurso econômico que justifica esta abertura. De fato, essa mudança via intervenção cultural e urbana (requalificação da praia de Iracema e construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura) ressaltou uma relativa presença de capital estrangeiro com ênfase no setor imobiliário que passou a se tornar mais evidente em Fortaleza nos últimos anos, sobretudo os investimentos de estrangeiros em imóveis na orla marítima. Como afirma Bernal:

Outro segmento do mercado deste tipo de imóveis de área até 80 m<sup>2</sup>, que cresce cada dia mais nas áreas próximas da orla marítima, são os turistas estrangeiros que aqui chegam e investem em apartamentos de valor até R\$ 150 mil em bairros nobres perto da orla como Praia de Iracema e Meireles (...) corretores de imóveis asseguram que no período 2002-2003 os portugueses e holandeses compraram 80% dos imóveis naquele padrão (2004, p.189).

A política desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará dirigiu sua atenção a partir dos anos 1990 para a cultura sob o signo da modernidade capitalista e das transformações que esta sugere ou determina.

A globalização, como leque de transformações que envolvem mundialmente, sobretudo a economia e a cultura, parece revolver as relações sociais e apontar para uma superação das fronteiras nacionais, gerando um outro tipo de comunidade mundial. Ortiz (1997) remete à ideia de que “quando falamos de ‘sociedade global’”, nos referimos a uma totalidade que penetra e atravessa as diversas formações sociais existentes no planeta. Afirma-se assim a especificidade de uma ‘mega sociedade’, isto é, um conjunto articulado de relações planetárias” (ORTIZ, 1997, p.15).

Essas relações planetárias se rearticularam a partir das exigências da reprodução ampliada do capital, reduzindo a força dos estados-nação, tanto os centrais quanto os dependentes, para dar margem ao nascimento de uma sociedade global.

Assim, o Ceará despontou na mídia nacional como um oásis de modernidade no Nordeste. Este fato encontra respaldo na ação de uma elite política, que no Estado esforçou-se para fundar um imaginário como seria essa modernidade para a sociedade (TEIXEIRA, 1999; GONDIM, 1998).

Essa articulação estava apta a gerar um imaginário fundado nos sentimentos de pertencimento a uma coletividade com a qual se pode sentir identificado sob diversos aspectos, fundamentando a relação das pessoas com todas as coisas ao redor. Para utilizar este imaginário, no apoio às ações que, segundo suas próprias escalas de interesses, aproximariam o Ceará da vanguarda das transformações econômico-sociais, de âmbito global.

Na cena cultural cearense, a constituição de uma política específica, como foi visto, visa dar formas concretas a essa modernidade da globalização. Para um princípio de compreensão da ideia de modernidade aqui discutida, esta poderia ser tomada no sentido proposto por Balandier, como um movimento profundo do social, que se forma a partir do envolvimento entre sociedade e cultura, resultante “de uma sensibilidade, de um encontro entre uma busca longamente perseguida, sempre móvel, e o que é fator de movimento em um tempo e em um lugar. É expressão do novo, do inédito, das rupturas adjacentes às continuidades” (1997, p.138).

A modernidade é percebida sob este prisma: um jogo de permanências, descontinuidades e abandonos operando difusamente no cotidiano, revelando as contradições que poderiam ser, ao mesmo tempo, os motores da vida social em direção ao porvir, pois

Ela exige rejeições e não complacências, seu futuro conduz a uma exploração continuamente condenada a deslocar-se [no tempo e espaço]. A modernidade não aparece com faceta: não se é jamais moderno, mas sendo, sem que isso um dia tenha termo (BALANDIER, 1997, p.138).

O Centro Dragão do Mar se insere nesse ambiente, tanto como materialidade (projeto tornado fato), sendo visitado diariamente, quanto como doador e receptor de sentidos: uma via de mão dupla, na qual esse imaginário de modernidade dentro do qual foi fundado, com seus significados e leituras, seja movimentado por usuários, vizinhos, funcionários, administradores, e assim, requalificado e atualizado constantemente.

Sua presença tenciona diversos aspectos do entorno. A sua proposta de renovação urbana é lida com facilidade por todos que o observam. Para os moradores de baixa renda da Praia de Iracema, tais como os do Poço da Draga, em um primeiro momento sustentou esperanças de inclusão. Hoje, além da indiferença ou descrença de muitos destes moradores em

relação às possibilidades de inclusão pelo Centro Dragão do Mar, parece ficar claro que apesar das tentativas de aproximação, este carrega em si sentidos que o distanciam do vernacular do Poço da Draga. Como afirma um crítico do projeto, do Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional - IPHAN:

O equipamento alterou completamente a ambiência da área. Ele grita demais, não se integrou à arquitetura preexistente. Se tivesse sido feito um projeto mais elaborado, um levantamento para determinar que não agredisse a preservação daquele entorno, mas não. Faço a seguinte analogia: é como se chegasse um *punk* ali, dando mãozada nos velhos. Ao invés de dialogar, perguntar o que se poderia fazer. Foi uma violência completa, toda vida que tenho que passar por lá sinto um desgosto. (Jornal O Povo, Caderno Vida e Arte, 08 de janeiro de 2006, p.7).

A política cultural que serviu de berço para o Centro Dragão do Mar tem como parâmetros de ação as exigências de um mercado internacionalizado, o que pressupõe a qualidade como referência fundamental para a existência de condições de competitividade.

A exigência de qualidade dos produtos e serviços que demarcariam o Ceará “pós-industrial” proposto pelo Governo do Estado possui traços muito definidos na constituição do Centro Dragão do Mar (e na Praia de Iracema, o que inclui o futuro Centro Multifuncional de Eventos e feiras) e na sua operacionalização. Indo além da oferta de serviços na área da indústria cultural, ele se propõe como cunha profunda na redefinição das características da cidade, e mesmo de sua sociabilidade.

Para o Governo do Estado, a proposta de criação de uma indústria cultural e de serviços competitivos no Ceará e a exposição do potencial local ao exterior, incluindo-se nos movimentos da globalização, potencializaria o legado do local e do típico, a partir do contato e das trocas com outras culturas. Dessa forma, poderia coincidir com o que afirma Dos Anjos Jr.: “ao invés do receado aniquilamento do que particulariza a cultura nordestina, promovem-se a recriação daquele legado e sua devolução, transformada, aos canais de comunicação globalizados” (1998, p.13).

A análise desse discurso de modernização governamental, tão profundamente envolvido com o objetivo de fundar um novo panorama cultural no Ceará, marcado pelo desejo de integração com os circuitos externos de bens simbólicos e de serviços, pode permitir perceber uma dinâmica que carrega também, em seu desenrolar, problemas e contradições que se revelam nas particularidades de cada processo em cada sociedade.

Esta análise também se reveste de relevância ao evidenciar o papel do Centro Dragão do Mar como um dos locais privilegiados no processo de imbricação simbólica entre o local e o universal no caso Fortalezaense, na acomodação nascida do embate entre as aspirações *up to date* dos governantes, e um modo de vida e aspirações de uma cidade que, emergindo ainda muito recentemente de um berço agrário, de fortes laços com o sertão pobre da seca, observa sobressaltada a materialização de elementos de um novo mundo – determinados ao longe.

Para Dos Anjos Jr. essa onda seria marcada pela “quebra e ultrapassagem de bordas nacionais pela transnacionalização das relações contratuais em que se assenta a geração de riqueza produtiva” (1998, p.7). A globalização, aparentemente entrou em definhamento para a pauta de articulação das ações, no discurso oficial no Ceará, o que após 15 anos de “Governo das Mudanças”, em comparação com as demais metrópoles nordestinas, Fortaleza, segundo Bernal, mantém uma estrutura industrial mais tradicional que as outras, porém oferece condições

para rápido crescimento do turismo e se coloca como a capital que mais cresce no nordeste, atraindo investimentos turísticos que estão se instalando na orla marítima, ao mesmo tempo em que acolhe uma massa de capital financeiro especulativo (2004, p.201-202).

A globalização, acompanhada pelos contínuos avanços tecnológicos que delimitam o espaço e o tempo em que as ações estão se desenrolando, exigiria um desempenho muito maior das elites políticas e econômicas, para que dêem respostas mais eficientes às crescentes e novas demandas que parecem ser constantemente produzidas. Pois, com os mercados interligados e as novas tecnologias, formas de gestão e informação, circulação de mercadorias e bens simbólicos, ela passou a atingir todos os recantos do planeta acirrando a concorrência, e abrindo uma chance para a visibilidade de outras culturas, mesmo que reduzida pelo desequilíbrio econômico entre os países ricos e pobres.

Os Governos das Mudanças têm investido bastante no fortalecimento da idéia de que o Ceará se tornou, a partir das gestões de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, um estado moderno. Esse esforço suscita questões: como os conceitos de moderno e de modernidade são empregados pelo jereissatismo? Qual a relação desse ideário com a implantação da política que deu origem ao Centro Dragão do Mar como ícone cultural de um novo tempo, e a proposta capaz de sonhar com a possibilidade de nuances de *global city* para Fortaleza?

A constituição do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura é uma referência fundamental. A implantação de uma indústria de bens simbólicos, junto a pesados

investimentos em equipamentos culturais e de lazer, segundo um ex-Secretário de Cultura do Estado, conduziria Fortaleza a se inserir no panorama internacional como uma *global city*. Segundo ele:

Esta é uma peça muito importante e estratégica das grandes cidades, das que vão desenvolver o potencial de se transformarem em cidades de serviços. Porque essas cidades nasceram de um projeto industrial. E hoje essa industrialização é uma deseconomia. Então, elas vão ter que se transformar em cidades-serviço. Só que, para elas se transformarem em cidades-serviço, precisam de um conjunto de equipamentos que tenham capacidade de atração, do ponto de vista regional, nacional e internacional. Porque, para essas cidades-serviço, vai ter uma seleção muito grande, ta tendo já na Europa, nos Estados Unidos. Vão ficar poucas (...) **Vamos ter as grandes cidades de serviços, as “global cities”, cidades mundiais, que têm estrutura de serviço boa, estrutura de mercado financeiro. Pra isso, a gente precisaria ter esses equipamentos. Não tinha aqui no Ceará, muito pouco tinha um bom teatro** (Revista Inside Brasil, maio/1998, p.35, grifos nossos).

Para Ortiz, as *global cities* são os lugares onde “se concentram os escritórios das grandes empresas industriais, comerciais e financeiras; se encontram os produtores de serviços (publicidade, agências de seguros, mídia etc.)” (ORTIZ, 1997, p.51).

Esse tipo de cidade alojaria os centros de comando de instituições internacionais apoiados por um forte sistema de serviços, seria, “portanto, um núcleo articulador do capitalismo mundial” (p.51), ponto de interseção entre o comando da economia, local de trabalho e de diversão; “a rigor, nenhuma dessas cidades pode ser entendida dentro de suas próprias fronteiras (...) externamente, constituem uma rede, um conjunto dinâmico, composto de polos interativos” (ORTIZ, 1997, p.51).

Conceitualmente, a idéia de modernidade parece se fundamentar numa experiência societal contemporânea profundamente marcada, de um lado, por um discurso iluminista e racionalizador e, de outro, notadamente definido pela desmistificação de todas as esferas da vida e inauguração de um novo tempo e espaço de sociabilidade desenraizados da tradição, sendo que “o reconhecimento do fugaz, do transitório e do superficial é o preço a ser pago para apreender a essência da modernidade” (LYON, 1998, p.54).

Para Laplantine, “na modernidade, há qualquer coisa de absoluto [e] seus adeptos socializaram a ruptura” com a tradição, quando o homem da modernidade teria seus olhos voltados apenas para o futuro, sob uma perspectiva racionalizante e de relações objetivas e mercantis (1995, p.65). Por outro lado, marcado por incertezas, quando ser moderno, segundo

Berman, “é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que somos” (1992, p.15). Harvey propõe que o projeto de modernidade se caracterizaria por “formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento [que] prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, libertação do uso arbitrário do poder” (1992, p.23).

Nos seus desdobramentos históricos, sentidos na atualidade, o projeto de modernidade capitaneado pela universalização e aperfeiçoamento do sistema capitalista gerou novas formas de produção, trocas e consumo de bens culturais em escala global. Estas mudanças fazem parte do conjunto de elementos que compõem, conceitualmente, o ritmo das de transformações econômicas, políticas e culturais, a qual o mundo atravessa nestas últimas décadas do século XX.

No Ceará, após terem sido tirados de cena os “coronéis”<sup>17</sup>, o discurso sobre a gestão da coisa pública procurou se identificar com uma proposta de transparência administrativa e de transformações econômicas e sociais que apontassem para o resgate da imagem do Estado, este patamar relacionado com a miséria e o atraso, passaria para um outro, que o destacasse entre os seus pares em nível nacional e alimentasse o desejo de seus administradores de inserção no circuito internacional (ou pelo menos um papel de destaque na economia regional).

No discurso oficial, a globalização é apontada como o grande referencial para as mudanças que se pretendem implementar no seio da sociedade cearense, trazendo consequências em vários sentidos para a base cultural na qual se assentam as relações sociais.

Ao aspecto da internacionalização da economia segue-se o da dimensão cultural, com possibilidades de trocas, assimilações culturais (e identitárias) que desembocam em novas formas de articulação cultural. Assim o regional, sua cultura, seus hábitos, suas relações em sintonia com o regime de desterritorialização, pode ser entendido como um momento das sociedades modernas que “requer que as relações sociais já não mais se prendam ao contexto local de interação”, constituindo uma nova dimensão de tempo e espaço em que o regional se refaça, agora, referido a uma outra totalidade (ORTIZ, 1997, p.79-80). Não mais referida a uma localidade, mas expressando o local nesta totalidade, através da interligação de suas especificidades com o global.

Desta forma, nos “novos contextos de interação”, a comunicação ampliada entre as nações, ao invés de necessariamente solapar as singularidades do lugar, poderia através de um

---

<sup>17</sup> Políticos que se revezavam no poder do Estado em regime de acordos até a ascensão do grupo de políticos-empresários liderados por Tasso Jereissati em 1985.

leque de possibilidades, incidir na potencialização do regional a partir da sua leitura por outras culturas:

Como afirma Dos Anjos Júnior:

Se for verdade que a intensificação dos fluxos mundiais de informação confunde e embaralha identidades culturais locais, é igualmente certo que o contato e a colisão entre discursos e imagens distintos sobre o mundo têm gerado respostas de reafirmação daquelas identidades e desenvolvido um generalizado fascínio pela diferença (1998, p.9).

Mas não custam serem percebidas arestas no processo. O mercado global e suas novas diretrizes de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que renova as ameaças às economias locais, coloca as em condições de acirrada concorrência, mesmo que desigual e desleal, haja vista, a desproporção com as relações economias centrais, que podem submeter os mercados aos seus desígnios há, desta forma,

Assimetrias dos fluxos de informação mundializados – mais volumoso no sentido dos Hemisférios Norte-Hemisfério Sul do que no sentido oposto – e na própria forma de entrelaçamento da rede de comunicações que torna possíveis as trocas culturais – muito mais espessa verticalmente (ligando, de modo subalterno, os países do Hemisfério Sul àqueles do Hemisfério Norte) do que horizontalmente (DOS ANJOS JR., 1998, p.10).

Na cidade de Fortaleza, por exemplo, o chamado turismo sexual parece ser um dos resultados dessas assimetrias, e um efeito colateral da divulgação de um determinado tipo de imagem no exterior (que sugere ser predominante), na qual a “diferença”, o “algo mais” procurado no estado se materializaria na exótica mistura entre praia e farta oferta de sexo, inclusive infanto-juvenil. A desordem no entorno do Dragão do Mar provocada pelo excessivo ruído produzido pelos bares, pelo congestionamento do trânsito e insegurança (assaltos e roubo de carros) sentida por usuários que estacionam seus carros nas vizinhanças também são evidências de arestas no processo:

Os dados do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) confirmam [o aumento da violência no entorno]. Do dia primeiro de janeiro deste ano até a última sexta-feira, 36 ocorrências foram registradas. Entre elas, três casos

de lesão corporal, cinco de desordem, dois furtos a pessoas. (Jornal O Povo, caderno Vida e Arte, 30/08/2004, p.8).

A requalificação do tecido urbano e das funções da cidade seria um outro alvo, na medida em que os interesses locais, como o de permanência e estabilidade, desvinculados do conhecimento do conteúdo das motivações das redes é colocado em risco frente aos interesses vinculados aos processos de segregação e enobrecimento.

Diante dos problemas e assimetrias que podem advir da atual onda de trocas e comunicações globais, talvez se possa afirmar que “nunca foi tão necessário como agora elaborar políticas educativas, comunicacionais e de regulação das relações de trabalho que fomentem a convivência democrática” entre as nações, sobretudo entre os blocos formados pelos hemisférios Norte e Sul (CANCLINI, 1998, p.103).

No momento em que os governos dos países periféricos estão sujeitos à urgência de elaboração de políticas específicas para conviver com o mercado globalizado, a formação dos blocos regionais parece ter um papel fundamental na elaboração de uma forma de se colocar frente às novas exigências, também no âmbito cultural. Dessa maneira,

Os acordos de livre comércio cultural não devem realizar uma abertura indiscriminada, sem tomar em conta os desenvolvimentos desiguais e os sistemas nacionais, assim como a proteção dos direitos de produção, comunicação e consumo de etnias e dos grupos minoritários (CANCLINI, 1998, p.108).

Essa atmosfera de preocupações, à qual se refere Canclini (1998), que indaga sobre as chances de disputa em um mercado mundial de cultura, parece falar sobre as dúvidas de sucesso que esta inserção acarreta, quando seriam necessárias uma forte intervenção estatal, e a organização em blocos regionais para aumentar as chances dos produtos culturais oriundos de regiões economicamente atrasadas.

E como uma âncora desse processo o Centro Cultural responderia por algumas características próprias dos lugares produzidos por esse momento da modernidade.

Para Augé, a modernidade estaria circunscrita a uma série de transformações nas esferas do espaço e do tempo. A percepção destas pelos indivíduos, quando sujeitas à “aceleração da história” resultaria também na aceleração do ritmo em que faz proliferar a produção de sentidos, bem como, das “interdependências inéditas do que alguns chamam hoje de ‘sistema-mundo’” (1994, p.31).

A aceleração da história e de sentidos aos quais os indivíduos estariam sujeitos parece sugerir a modernidade como composta por figuras de excesso. O excesso seria uma “modalidade essencial da supermodernidade”, quando as superabundâncias do tempo e do espaço seriam a tônica das relações entre os indivíduos com o mundo, figuras de excesso que poderiam ser associadas ao ambiente das grandes metrópoles envolvidas na globalização. Dessa forma, o tempo teria assumido uma nova dimensão. A dificuldade de ser pensado pelo indivíduo da supermodernidade se deveria ao fato de que “o tempo tem a ver com a superabundância factual do mundo contemporâneo” (AUGÉ, 1994, p.33).

O espaço se superlativizado também, à medida que a superabundância de informação o teria colocado mais facilmente à disposição dos indivíduos, encurtando as distâncias através das comunicações e meios de transporte, quando, concomitante, o volume do que poderia ser reconhecido por cada um, superaria a condição efetiva de fazê-lo. Assim, o mundo da ‘supermodernidade’ possui dimensões às quais as pessoas não estão acostumadas a pensar (AUGÉ, 1994, p.38).

A constituição de sentidos sobre os lugares em que vivem os homens, também estaria sujeita aos efeitos dos “excessos” da “supermodernidade”. A superabundância de referências poderia estar contribuindo para gerar lugares antes marcados pela fragmentação, por sentidos só vivenciados na individualidade, do que lugares que se significariam pela historicidade e identidade.

Assim, próprio da “supermodernidade”, o não-lugar, por ser estruturado a partir de imagens, “existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica” (p.102), sendo antes marcado por visões parciais de quem com ele trava contato, quando, de passagem, o indivíduo que o utiliza estaria “sozinho, mas semelhante aos outros” (p.93), mantendo uma relação contratual apenas com próprio lugar ou com o poder nele significado.

Com vistas à produção industrial de bens simbólicos para o mercado global, incremento do turismo e requalificação da cidade, o Centro Cultural parece existir também sob a forma de uma determinada ideia de modernidade de seus proponentes, movimentada pelo discurso político. Assim, “certos lugares só existem pelas palavras que evocam, não-lugares nesse sentido ou, antes, lugares imaginários” (AUGÉ, 1994, p.88).

O espaço pode ser entendido como atribuição direta da experiência do sujeito, vivida e compartilhada, e dotado de concretude justamente por ser particular, e, portanto, constituir uma singularidade, e o não-lugar, o seu oposto aparente, quando ligado a condições de desterritorialização, ao fugidio e ao transitório, e não mais as idéias de permanência.

O entorno do Centro Dragão do Mar parece sujeito à instabilidade de mudanças rápidas em função dos novos usos turísticos e de diversão. Assim como as atividades do entorno, bares, restaurantes, casas de show voltadas prioritariamente para o lazer noturno, com um público vindo de outros lugares, estranho, portanto, à Praia de Iracema, a temporalidade da comunidade do Poço da Draga entra em choque com a aceleração dos tempos produzidos por esses usos. Esta aceleração dos sentidos que a "supermodernidade" propõe, resulta em diversos pontos de tensão, culminado com o anúncio do projeto CMEFC pelo Governo do Estado em 2001.

### **1.3 Enobrecimento: Perdedores e Vencedores nos Processos de Requalificação**

A discussão da compreensão dos sentidos envolvidos no processo de requalificação da Praia de Iracema, em Fortaleza, e seus desdobramentos junto a uma comunidade pobre e há muito radicada naquele local é norteadada pelo debate contemporâneo sobre requalificação urbana e enobrecimento (gentrificação) de áreas da cidade em face de novas exigências de competitividade das cidades na chamada pós-modernidade.

Os processos de enobrecimento fundam-se simultaneamente na exclusão, discriminação e disciplinamento das classes populares, obstaculizando seu acesso às áreas enobrecidas, de várias maneiras, porém não completamente (LEITE, 2004). Processo que certamente se faz sentir em muitos aspectos nas vidas dos moradores pobres do Poço da Draga quando de sua relação com entorno valorizado da Praia de Iracema, sobretudo após a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em 1996.

Ao longo desta discussão o termo pós-moderno é utilizado dentro do sentido proposto por Harvey (1992) como desdobramento cultural da nova estrutura político-econômica surgida após os anos 70 do século XX apoiada na chamada produção flexível. Assim, o urbanismo pós-moderno fundado na ideia do planejamento estratégico voltado para intervenções pontuais, se contrapõe ao planejamento urbano de cunho modernista que aspirava planos antes de tudo, integradores, fundados numa racionalidade funcionalista como pressuposto (ARANTES O. *et al.*, 2002; MARICATO, 2002).

Tais transformações nas intervenções urbanísticas se relacionam com as mudanças da estrutura produtiva, no qual o padrão de produção/acumulação de inspiração taylorista-fordista e seus reflexos na organização do espaço urbano, definido principalmente através do modelo

centralizador das grandes cidades industriais e sua influência regional<sup>18</sup>, vêm cedendo espaço a um novo padrão de acumulação ao qual Harvey (1992) chamou de acumulação flexível, ou pós-industrial.

Neste modelo, o enfraquecimento da industrialização como principal indutor da economia das principais cidades do capitalismo mundial, frente ao fortalecimento do setor de serviços, comunicações e mercado financeiro global, refletiu na redefinição tanto nos papéis regionais e das centralidades das principais cidades do mundo dentro do novo cenário de competição econômica, quanto na articulação e contatos destas cidades em novas redes e sistemas de intercâmbio (SASSEN, 1998).

Assim, a desindustrialização decorrente do enfraquecimento do modelo taylorista-fordista e a desregulamentação político-econômica dos mercados (o que possibilitou a dispersão da produção industrial pelo globo) colocaram em xeque a sobrevivência das antigas cidades manufatureiras, condenando, pela dificuldade de financiamento da ação estatal, seus antigos centros urbanos à decadência.

A nova realidade orçamentária e fiscal dos governos locais, marcada por recursos cada vez mais exíguos destinados ao desenvolvimento das cidades como um todo, somados aos novos pressupostos de valorização do capital transnacional em busca de maior liquidez, induziu os órgãos públicos a conviverem cada vez mais com o “empresariamento” das cidades, processo no qual, para Borja e Castells (1996), as cidades se tornam “protagonistas”, devendo concorrer mundial ou regionalmente para atrair recursos e investimentos; para tanto tendo que se capacitarem não só urbanisticamente como também politicamente, modernizando-se para receberem atividades relacionadas às atividades do setor terciário. Nas palavras de Sánchez (2003) trata-se de uma “reinvenção das cidades para um mercado mundial”.

Não apenas as administrações das cidades devem se adequar à lógica concorrencial, mas também as próprias cidades devem se tornar um produto interessante para investimento, a imagem urbana fundada, sobretudo em obras e reformas urbanísticas espetaculares cumpre um importante papel como referência de sua viabilidade mercadológica. Como exemplo deste tipo de intervenção pode ser tomado o caso de Barcelona que foi alvo de requalificação (SÁNCHEZ, 2003).

---

<sup>18</sup> Influência esta garantida pela centralização também das atividades ligadas a prestação de serviço e atividades financeiras.

Nesse sentido o *city marketing*<sup>19</sup> posto em prática nos processos de requalificação urbana tanto de Barcelona<sup>20</sup> quanto de Curitiba<sup>21</sup> (SÁNCHEZ, 2003), como forma de promoção e publicidade da cidade, vem adquirindo cada vez mais relevância como modelos de superação da “crise”. Como afirma Harvey, se referindo aos processos de requalificação, construção das novas centralidades e consequente valorização da imagem urbana:

Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade (...) dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificados (HARVEY, 1992, p.91-92).

A nova ênfase administrativa propõe a parceria público-privado, cujo objetivo é possibilitar o investimento, com recursos públicos, na “requalificação” de novas áreas que sejam atraentes para a reprodução do capital, seja na oferta de infra-estrutura para serviços bancários, financeiros, de telecomunicações, desenvolvimento de *software/hardware*, como também turismo e entretenimento, atividades que teriam o potencial de “resgatar”, através dos novos usos e projetos emblemáticos, áreas que teriam perdido sua valorização.

Esse processo varia de forma em cada local e visa diferentes objetivos, que podem ser tanto a realização de eventos e feiras internacionais, como nos casos da feira de Baltimore, das Olimpíadas de Barcelona em 1992, da Expo 98 em Lisboa, ou, ainda, a requalificação de antigos e decadentes centros em novos distritos de negócios como em Londres e Nova York.

O novo modelo de intervenção urbana pontual, o “planejamento estratégico” pode, de modo geral, ser desenvolvido a partir das seguintes estratégias de ação distintas: a “renovação urbana” e a “reabilitação urbana”. Esta última, segundo Maricato (2002), teria sentido aproximado ao de requalificação urbana.

A “renovação urbana” é uma espécie de “intervenção cirúrgica” na qual áreas decadentes, frequentemente antigos centros urbanos, sofrem uma intervenção pautada na

---

<sup>19</sup> Estratégias de promoção e publicidade destinadas à renovação, ou requalificação dos novos centros urbanos a partir da realização de parcerias entre o setor público e o setor privado, frequentemente envolvendo o investimento de recursos públicos nestes empreendimentos.

<sup>20</sup> A partir das Olimpíadas de 1992.

<sup>21</sup> Com mais intensidade a partir do final dos anos 80 do século passado na terceira gestão de Jaime Lerner como prefeito.

demolição das antigas edificações, seguida da construção de prédio novos, marcadamente “inspirados numa estética pós-moderna”. Dessa forma, o uso do solo sofre uma redefinição, abrindo espaço para a utilização voltada à “setores dinâmicos da economia: comunicação, publicidade, gerenciamento, informática”. O surgimento de um novo uso comercial, serviços bancários e financeiros, mercados, sobretudo, por novos *shoppings centers*. Também seria responsável pela expulsão dos antigos pequenos comerciantes (MARICATO, 2002, p.125).

Também os antigos moradores terminam sendo expulsos, senão pela desapropriação violenta, como a que costuma atingir os moradores de bairros pobres e favelas, como também por uma forma mais branda, uma “expulsão branca” ao longo do tempo, em decorrência da grande especulação imobiliária que a nova valorização acarreta. Os principais beneficiados deste tipo de intervenção são:

O grande capital imobiliário – promotores, construtores, financiadores – e os proprietários imobiliários. A valorização é alta criando forte dinâmica de mercado. [Pois] as atividades culturais, os *shoppings centers*, os museus, as galerias de arte as sedes de grandes corporações são os usos novos e predominantes (MARICATO, 2002, p.126).

O conceito de “reabilitação urbana” aproxima-se do sentido de requalificação:

Uma ação que preserva, o mais possível, um ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação do parcelamento do solo, edificações antigas) e dessa forma também os usos e a população moradora (...) [na qual] os maiores interessados estão na população residente, além de profissionais e militantes ligados à história e memória da cidade. A participação social e a solidariedade são valores que predominam sobre o mercado. (MARICATO, 2002, p.126).

Nesse ambiente de transformações da cidade, se coloca a seguinte questão: “no contexto desse cenário [da tradição da modernização capitalista brasileira extremamente desigual], fazer planejamento urbano é possível?” (MARICATO, 2002, p.45). Por suas características mais ligadas a ideia de democratização do espaço público e preservação das antigas populações nos seus locais de origem, a autora defende este tipo de intervenção urbana como a mais indicada para a requalificação dos antigos centros urbanos, resguardando os moradores tradicionais e, sobretudo, os de mais baixa renda.

Porém nem só de benesses e de satisfação coletiva, como defendido pelos gestores públicos e ou associações empresariais interessadas nos empreendimentos, se caracterizam os atuais projetos de intervenção urbanística de matizes pós-modernos. Em princípio, o termo gentrificação deriva, numa tradução livre, da expressão inglesa *gentrification*, que significa elitização e enobrecimento. Diz respeito à substituição dos antigos moradores ou frequentadores de áreas tradicionais, ou degradadas por segmentos sociais de mais alta renda e turistas. Nas cidades pós-industriais frequentemente esse processo é marcado pela destinação, seja para moradia, seja para frequência dos equipamentos de lazer ou locais de trabalho, a funcionários de altos escalões ou de cargos relacionados aos setores dinâmicos da economia, serviços e gestores públicos. Assim, para Nobre (Sd, p.3), avaliando os processos de gentrificação ocorridos em Nova Iorque, Londres e Paris:

Esse processo de elitização causou uma grande valorização imobiliária desses bairros [Soho, Marais e Docklands], expulsando a população de baixa renda. No caso das Docklands, por exemplo, entre 1984 e 1987, o valor de um apartamento de dois dormitórios no município de Tower Hamlets, historicamente de classe operária, valorizou-se cinco vezes, passando de £ 40.000.00 para £ 200.000.00.

Aparentemente os processos de enobrecimento mesmo quando não pretendem expulsar os menos favorecidos da região, acabam por fazê-lo de modo indireto, na medida em que ele acarreta uma valorização do mercado imobiliário e atração de usuários ligados às classes mais favorecidas, criando uma convivência conflitiva entre ambas, culminando no desgaste e incidindo na retirada destas últimas (ZUKIN, 2000, p.108).

Propor uma outra qualificação do espaço e enobrecê-lo têm uma série de consequências, a primeira e mais óbvia é a produção de desterritorialização de determinados grupos, justamente os que sofrem com o processo de remoção. São estes grupos que frequentemente perdem a historicidade, os vínculos afetivos relacionados à localidade e os usos do espaço que marcam sua relação com a cidade. Nessas condições, o “vernacular”, ou seja, o conjunto de sentidos ligados às tradições e vivências dos lugares e dos espaços se torna um empecilho à implantação dos projetos de requalificação. Esquemáticamente se trata da tensão entre “a paisagem imposta pelos detentores de poder” e “as criações dos sem-poder” (ZUKIN, 2000). Ainda segundo Zukin:

O vernacular dos desprovidos de poder sempre atrapalha a expansão dos poderosos; ele contesta a expansão física e a econômica destes e o espaço social para sua auto

expressão. Pode-se imaginar que, se o centro de São Paulo fosse reestruturado para se tornar um centro financeiro e cultural, os “baianos”, que agora se encontram próximos a Catedral da Sé seriam forçados a se mudar para outro lugar (p.106).

A mudança e a expansão urbanas significam na maioria das vezes, um contraste entre os interesses do mercado, a favor das mudanças, e da diversidade e o lugar. Assim o lugar, e as relações nele constituídas tendem a reagir “contra os tratores da renovação urbana, sejam eles financiados pelos investidores capitalistas ou pelo Estado” (ZUKIN, 2000, p.107).

Outro aspecto a ser observado a respeito das ações de gentrificação ou enobrecimento é o processo que produz a legitimação dos mesmos, quando é “vendida” para a sociedade e, aparentemente aceita, a ideia de decadência de certas áreas. Processo muito comum em relação aos centros tradicionais das metrópoles brasileiras que ao longo das últimas décadas viram as elites se mudarem para regiões mais nobres acompanhando o fenômeno da valorização fundiária na cidade.

Os centros históricos ficaram relegados às classes sociais menos favorecidas. Essa frequência, porém, tem garantido a ocupação e a vitalidade dessas áreas, mesmo sem a presença dos usuários de mais alta renda. Dessa forma, a questão do abandono dos centros históricos e a pregada necessidade de “resgate” frequentemente ignoram a presença e os interesses dessas populações que não pertencem a um circuito de consumo mais elevado. Os meios de comunicação em grande medida tornam-se caixa de ressonância desse discurso ressaltando a “decadência” e “degradação” em face da mudança do perfil dos frequentadores e do desinteresse do capital imobiliário nestas áreas.

Assim é constituído um “consenso” que frequentemente aponta para a ideia de “interesse geral”, afirmando que as intervenções se baseiam em propósitos como desenvolvimento, crescimento de empregos, investimentos etc., quando se trata, em maior medida, de interesses privados que visam seus próprios lucros através da articulação com o poder público. Geralmente esse “consenso” é amparado na necessidade de que as cidades sejam competentes para vencer suas concorrentes diretas. Essa dinâmica pode ser percebida nas metrópoles nordestinas como Salvador, Recife, Natal e Fortaleza, cidades que desenvolvem ou desenvolveram projetos de “planejamento estratégico” recentemente. Sobre esse processo de construção de consensos, afirma Arantes:

A ‘fabricação de consensos’ em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesmo de toda localização – torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes.

Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas, sobretudo, a fabulação de senso comum econômico, segundo o crescimento enquanto tal faz chover empregos. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos ‘movimentos urbanos’: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais (ARANTES O., 2000, p.27).

Em Fortaleza após o processo de requalificação da Praia de Iracema, ancorado em investimentos públicos, a partir dos anos 1990, o preço do metro quadrado atingiu, de acordo com o Sindicato da Habitação do Ceará/ SECOVI (O Povo, 18/07/2004), a maior valorização entre todos os bairros da cidade, R\$ 2.535,84, maior inclusive que outros bairros nobres como o vizinho Meireles com R\$ 2.090,93 e a Aldeota, onde se encontra hoje a maior parte dos bancos, *shoppings centers* e edifícios de escritório de alto padrão de Fortaleza, com R\$ 1.742,04, valorização que certamente colocou em outro patamar o interesse do mercado imobiliário a respeito da área ocupada pelo Poço da Draga.

Nas últimas décadas, o centro histórico de Fortaleza perdeu suas características de principal núcleo urbanístico com a saída de grande parte dos serviços públicos, bancos e serviços para a Aldeota e contínua perda de moradores. Movimento este que levou à degradação de sua arquitetura e esvaziamento de parte de sua vitalidade. Porém o centro ainda mantém seu dinamismo como espaço de convergência das classes sociais mais pobres, menos da elite urbana, como afirma Bernal:

O problema dos centros históricos das grandes cidades brasileiras como Fortaleza não é o esvaziamento de atividades econômicas, mas o empobrecimento da região, com a saída dos moradores das classes média e alta e dos serviços voltados para este segmento da população. A deterioração dos imóveis e do patrimônio histórico acompanham este movimento de desvalorização (2004, p.154-155).

Desde o início dos anos de 1990 está em curso no bairro da Praia de Iracema um processo de requalificação urbana ancorado principalmente em investimentos públicos. Um dos resultados desse processo foi a acentuada valorização imobiliária da região, que passou a possuir o metro quadrado mais caro da cidade, concorrendo com outros e tradicionais bairros nobres, como Meireles e Aldeota.

Como sugere Bernal: “a dinâmica imobiliária é movida por elevada especulação financeira nos mercados de Fortaleza, onde o capital imobiliário oligopolista realiza negócios voltados para investimentos das classes médias e altas” (2004, p.194) (ver tabela 1), em detrimento de investimentos em moradias para as classes sociais mais baixas ao mesmo tempo em que contribui para a negação das áreas centrais expulsando os pobres para cada vez mais longe.

**Tabela 1:** Preço médio, em R\$, do m<sup>2</sup> nos principais bairros na cidade de Fortaleza.

| Preço médio do m <sup>2</sup> por bairro em R\$ |         |
|-------------------------------------------------|---------|
| Bairro                                          | Preço   |
| Praia de Iracema                                | 2535,87 |
| Meireles                                        | 2093,93 |
| Benfica                                         | 404,98  |
| Fátima                                          | 1473,48 |
| Aldeota                                         | 1742,04 |
| Dionísio Torres                                 | 1752,00 |
| Cidade dos Funcionários                         | 1133,69 |
| Água Fria                                       | 1288,23 |
| Edson Queiroz                                   | 1328,06 |
| Lagoa Redonda                                   | 478,72  |

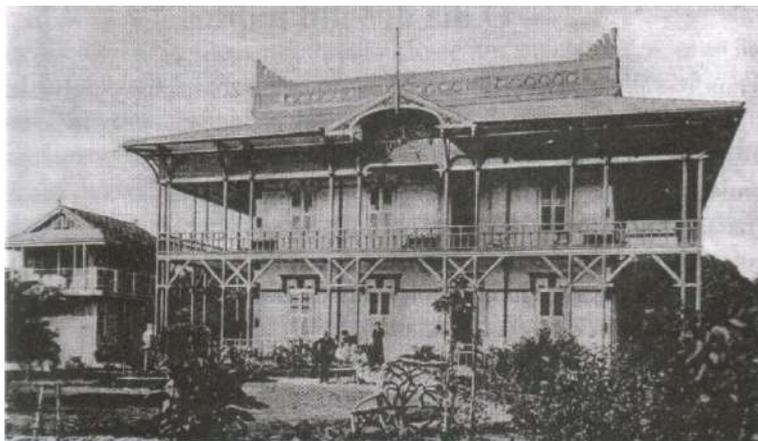
**Fonte:** Secovi/AADIC e entrevistados

O processo de valorização da orla marítima de Fortaleza, em especial da Praia de Iracema pode ser discernido também no passado, não só na atualidade. A ocupação da antiga Praia do Peixe<sup>22</sup>, ou Porto das Jangadas, por usos estranhos daqueles voltados para a pesca e funções ligadas ao embarque e desembarque de cargas e passageiros, começou a se dar a partir de meados da década de 20 até início da década de 40 do século passado, com instalação das primeiras casas luxuosas à beira mar (SCHRAMM, 2001; DANTAS, 2002).

A cidade de Fortaleza, estimuladas pelas exportações de couro, produtos vegetais (com destaque para os óleos), produtos derivados de carnaúba e algodão passa a viver um imaginário de progresso e modernidade que ao mesmo tempo que produz a cidade desenvolvida sob o ideal estético da “belle époque” (PONTE, 1999), também acentua os problemas oriundos da atração migratória de contingentes rurais cada vez maiores movidos por busca de melhores condições de vida e trabalho na cidade que prospera.

<sup>22</sup> Em 1925 um abaixo assinado encaminhado pelos novos moradores ao então prefeito de Fortaleza, Godofredo Maciel, alterou o nome da Praia do Peixe para Praia de Iracema. Título mais afeito aos novos sentidos que a elite aspirava para o lugar, pois ligado a lenda da Índia Iracema do romance de José de Alencar (SCHRAMM, 2000).

Como consequência, surgem na periferia as primeiras favelas na periferia, com destaque para as áreas a oeste da cidade, próximas às primeiras indústrias da cidade, mas também ao bairro elegante de Fortaleza, Jacarecanga (até meados da década de 1930) ainda pontuado por diversos sobrados alpendrados, “bungalows” que expressavam o progresso econômico das famílias ricas da cidade (ver figura 7).



**Figura 7:** Bangalô pertencente a Alfredo Salgado, construído entre 1915 e 1920 no bairro de Jacarecanga. (Fonte: Arquivo Nirez)

Concomitantemente ao “incômodo” da presença dos pobres nas proximidades do bairro nobre, as famílias mais ricas de Fortaleza buscaram se instalar na área a leste representada pelo bairro da Aldeota, tendo a Praia do Peixe se transformou no local de veraneio e de finais de semana dos segmentos mais abastados, época em que as caminhadas a beira mar (ver figura 8) e os banhos “terapêuticos” passam a ser muito apreciadas pela elite fortalezense (SCHRAMM, 2001). Outro fator que estimulou a ocupação da Praia do Peixe pelos segmentos mais abastados foi o prolongamento da linha de bondes em 1925 até o logradouro conhecido hoje como rua dos Tabajaras.

O símbolo maior deste primeiro momento de valorização da Praia de Iracema é a construção do bangalô “Villa Morena”, pelo coronel Porto em 1926. Durante a Segunda Guerra Mundial funcionou como clube exclusivo dos militares norte-americanos baseados na cidade.

O Estoril, restaurado e tombado como patrimônio pela Prefeitura, hoje funciona como restaurante elitizado e espaço cultural<sup>23</sup> e como um dos principais pontos de referência do padrão simbólico relacionado aos sentidos e valores da requalificação da Praia de Iracema (ver figura 9).

<sup>23</sup> Sob controle da Fundação da Cultura, do Esporte e Turismo – FUNCET.

Em meados dos anos 1940, com o avanço das marés sobre as praias a oeste, provocados pela construção do Porto do Mucuripe em 1938, muitas das casas voltadas para o litoral foram destruídas, e também com o estreitamento da faixa de areia, o que provocou o desinteresse da elite pela Praia de Iracema, se iniciou um novo ciclo de “esquecimento” do bairro como local valorizado. Neste novo ciclo o bairro passa a ter nas funções de moradia de baixa renda, de pescadores e prostituição, além do aspecto boêmio que tanto contribuiu para o resgate de suas funções de lazer após o processo de requalificação nos anos 1990.

A partir do início dos anos 1990, antes mesmo das intervenções públicas na praia de Iracema, uma grande quantidade de bares e restaurantes já afluíam para a região (entre eles, Cais Bar, La Tratoria, La Boheme, etc.) atraindo um número crescente de frequentadores de classe média reforçando a caracterização da área como polo de lazer noturno.



**Figura 8:** Praia de Iracema em 1939 quando estava na moda os passeios pela areia. Ao fundo podem ser vistas várias jangadas que ainda faziam parte do cenário da praia e alguns navios fundeados ao largo do porto. (Fonte: <http://www.institutodacidade.org.com.br>)



**Figura 9:** Aspecto do Estoril (Centro Cultural Praia de Iracema) atual após a recuperação do prédio. Durante os anos de 1970 até o princípio dos anos 1990 encontrava-se em estado de degradação, tendo chegado a desabar parcialmente em abril de 1994. (Fonte: <http://www.tomcockrem.com/library/southamerica/brazil/fortaleza/images/estoril%20house.jpg>).

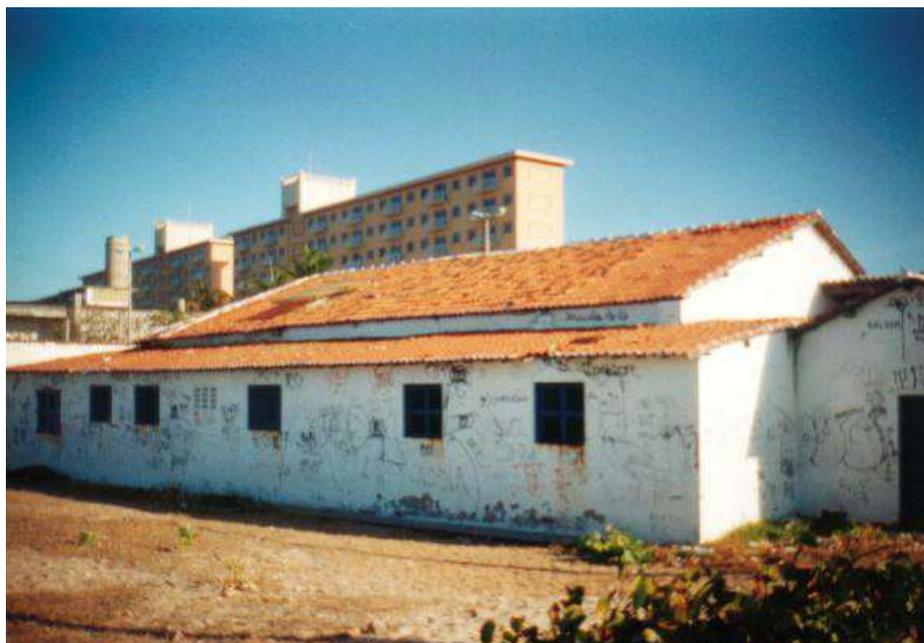
Segundo Schramm (2001, p.97) a nova caracterização como polo de lazer se consolidaria em 1992 com a aprovação do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza, que instituiu a Zona Especial – Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema. Em 1995 foi votada em regime de urgência a regulamentação dessa zona especial. A proposta dividiu a praia de Iracema em três setores. O Poço da Draga e os demais prédios antigos, como armazéns, que se localizariam no Setor 1, segundo Schramm (2001) seriam “destinado[s] à revitalização, com o incentivo aos usos habitacional, cultural, de lazer e hotelaria, possibilitando a construção de edifícios de até 16 pavimentos e edificações de grande porte, como casas de shows” (p.97).

Essa flexibilização do uso desta zona em favor dos interesses da especulação imobiliária coloca em risco as características históricas ainda percebidas nos detalhes construtivas de vários prédios (sítio que começou a ser no século XIX), na volumetria destes e no traçado das vias (SCHRAMM, p.100) com o risco de que novos edifícios com altura em torno de 50 metros alterem drasticamente as características originais (ver figura 10).

Como afirmou um integrante da equipe do Instituto de Planejamento do Município de Fortaleza – IPLAM: “tem sido uma coisa bem aceita, até porque está em sintonia com a parte

comercial. (...) a legislação está em sintonia com o que os frequentadores querem e com a possibilidade do empresário botar o seu negócio lá. (...) não há conflitos de interesses aqui” (apud SCHRAMM, p. 99). As transformações da Praia de Iracema em função dos interesses privados parecem já nascer de um consenso com a coletividade. Como expressa o representante do poder público é preciso fazer “sacrifícios” em nome do desenvolvimento, como afirma o mesmo depoente:

A gente não estaria tratando do espaço urbano como um todo. Estaria tratando de edificações (...) tinha umas cinco ou seis edificações (...) O que a gente queria até sair com uma legislação de tombamento. Mas, por outro lado, se você queria viabilizar economicamente esse trecho aqui, você tinha que dar uma ocupação. (...) a gente estava com um projeto de preservação e de requalificação do espaço urbano. (...), mas tinha que criar incentivos para quem fosse investir para que essa renovação acontecesse (...) o empresário só vai se tiver atração” (apud. SCHRAMM, p.100).



**Figura 10:** Contraste entre o novo e o velho no entorno do Poço da Draga: em primeiro plano vê-se o prédio da Sede da Associação dos Moradores do Poço da Draga e ao fundo um edifício de 16 andares no início da rua Dos Tabajaras construído no final dos anos 1990 após a modificação da lei de ocupação do solo na região. O prédio onde atualmente se localiza AMPODRA data do início do século XX, quando aí se localizava o pavilhão de passageiros do antigo porto. Apesar de muito adulterado, o prédio ainda mantém alguns elementos construtivos do velho pavilhão (Foto: Vancarder Sousa)

Como parte desse ambiente de transformações urbanas e econômicas voltadas para capacitar a cidade de Fortaleza para concorrer pelas novas demandas de turismo e investimento que a globalização enseja foi anunciada a criação de um centro de convenções, Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará – CDMAC, capaz de resolver o problema do esgotamento dos equipamentos existentes para abrigar grandes eventos, convenções e feiras<sup>24</sup>. O CDMAC será construído na área hoje ocupada pela favela do Poço da Draga e ainda contará com uma área de 19 ha de aterro marítimo e 55 mil m<sup>2</sup> de área construída.

Sua capacidade de atendimento é grandiloquente: teatro para duas mil pessoas, auditório principal para cinco mil pessoas, espaço para feiras, jardins e quadras de esporte. Está orçado em 640 milhões de reais, com recursos do Prodetur via financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O projeto foi desenvolvido por quatro consórcios envolvendo 14 escritórios de arquitetura do Ceará, mais consultorias internacionais, técnicos locais e professores da Universidade Federal do Ceará.

Como também ocorreu com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura anteriormente, esta gigantesca obra se beneficiará da liberação da chamada Zona 1 (visto acima) para as alterações construtivas mesmo que resultem em grandes alterações nos padrões originais do bairro. A magnitude do projeto é justificada em seu projeto a partir dos seguintes objetivos:

Fortalecer a indústria do turismo, com apoio ao setor turismo de negócios; apoiar o desenvolvimento da indústria cultural local, oferecendo à população os espaços com condições técnicas adequadas as atividades ligadas as grandes reuniões e espetáculos; converter os impactos urbanos decorrentes da sua construção para criar condições efetivas para a viabilização de operações de revitalização com benefícios ao conjunto da população, melhoria das condições de recepção a visitantes, reforçando a imagem urbana e a memorabilidade da cidade e obtendo com resultado o incremento de competitividade como destino turístico. (SEINFRA, 2002, p.01)

A escolha do local da implantação do projeto na Praia de Iracema se deu depois de analisadas pelo Governo do Estado algumas áreas da cidade: Fazenda Uirapuru; Quartel do 10º GAC, no bairro de Fátima, próximo ao centro da cidade e caracterizado por um padrão classe média; área da cervejaria Astra no Papicu (outra área de expansão e valorização imobiliária recente) e o pátio de manobras da RFFSA no centro da cidade.

---

<sup>24</sup> O atual centro de Convenções da cidade construído em meados dos anos 1970 na área leste da cidade se mostra inadequado para a crescente demanda que a cidade passa a experimentar a partir de 1990.

A Fazenda Uirapuru foi descartada por se localizar na periferia e não contar com serviços de apoio às atividades, bem como se localizar distante dos principais equipamentos turísticos da cidade. Já o Quartel do 10º GAC e antiga cervejaria Astra demandariam grandes recursos para a desapropriação. O pátio da RFFSA no centro da cidade, apesar de bem posicionado para os objetivos do projeto, sofre com a degradação do entorno e com o futuro funcionamento do metrô (SEINFRA, [http://www.seinfra.ce.gov.br/obras/centro\\_multifuncional.htm](http://www.seinfra.ce.gov.br/obras/centro_multifuncional.htm)).

Portanto a escolha do Poço da Draga, apesar dos custos do aterro marinho ainda se mostrou mais barata e interessante pela proximidade com os demais equipamentos turísticos e de serviços como o próprio Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Segundo o projeto, o Poço da Draga será transferido para uma área distante 600 metros, situado numa quadra formada pelas ruas Almirante Jaceguai, Senador Almino, Dragão do Mar e Pessoa Anta. A respectiva área foi declarada de interesse social para fins de desapropriação, através do decreto nº 26.460 de 11 de dezembro de 2001. O projeto foi desenvolvido por quatro escritórios de arquitetura: Luis Deusdará, Cartaxo & Smith, Luciano Guimarães e Luiz Fiúza, no qual estão previstos a construção de 292 apartamentos, duplex ou térreos. Além disso, estão previstos um estacionamento, uma nova sede para Associação dos Moradores, pontos comerciais, creche escola e posto de saúde.

## CAPÍTULO 02

### DESENVOLVIMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

#### 2.1 Desenvolvimento Urbano da Cidade de Fortaleza

Para a compreensão do momento particular pelo qual passa a comunidade do Poço da Draga se faz necessário esclarecer o processo de desenvolvimento de Fortaleza, seu crescimento e os diversos momentos de intervenção urbanística, como também entender que cada um desses momentos possuía um discurso específico sobre o significado do progresso, e dentro deste, a prescrição do espaço social reservado a pobreza.

Fortaleza é uma cidade cuja região metropolitana teve formação recente, datando da década de 1970. Ao contrário de outras metrópoles como Salvador e Recife, não se beneficiou do ciclo do açúcar nem do da mineração, tendo sido durante toda a sua curta história, pois foi fundada como um minúsculo povoado militar em 1649 pelos holandeses e promovida à vila em 1726, associada a uma incipiente pecuária extensiva. Sem poder contar com bons portos, e nem mesmo com rotas marítimas que garantissem bons ventos para navegação, permaneceu inexpressiva por mais de dois séculos, ao contrário daquelas duas outras cidades<sup>25</sup>. A Fortaleza colonial foi marcada por um grande isolamento.

Tomada por ermo plantado sobre dunas açoitadas pelos ventos, ela não inspirava nem o envio de famílias para o povoamento, restringindo-se então à sua função estritamente militar (GIRÃO, 1979). Girão apresenta assim os primeiros momentos do povoado:

O urbano que se arrumava em volta do forte de Nossa Senhora não sabia crescer. Desaparecera o motivo que inspirara a sua origem: a exploração da prata. Além disso, a sua posição geográfica ou situação local, em verdade, não era a melhor: ‘é para lamentar – lembramos as palavras de Beck – não haveremos encontrado lugar mais próprio para aqui erguer a nossa fortificação.’ Não havia por perto veeiros para catas, não aflorava o massapê suculento para os canaviais de açúcar, sobre não correr nenhum rio de grande curso que levasse ao sertão. Não havia fontes, nem contrastes mais eloqüentes. Nada que lembrasse o soberbo. Viveu sempre desajudada da

---

<sup>25</sup> Segundo Castro (apud. LINHARES, 1992; pp.132-133), Fortaleza se encontra em área de mudança do regime da direção ventos que sopram semestralmente em direções contrárias, contando inclusive com uma área de calmaria a noroeste da cidade. Este fato em certas épocas do ano tornava mais rápido ir a Lisboa e de lá partir para outros destinos no Brasil do que efetuar o percurso entre o sudeste e norte do Brasil direto pela costa cearense.

metrópole, a nascente concentração de humana e de si mesma, chumbada àquelas carências, mal podia ir seguindo em lerdo crescimento vegetativo. (1979, p. 47).

O mapa abaixo reproduz o desenho dos primeiros momentos do povoado, em 1772.



**Figura 11:** Aspecto da Fortaleza provinciana no século XVIII: um areal com poucas casas açoiadas pelo vento.

A pobreza arquitetônica da cidade expressava sua insignificância política e econômica regional até a primeira década do século XIX. Até esse momento a cidade ainda não era dotada de sobrados de tijolo e telha. Apenas a partir dos anos 20 daquele século serão construídas as primeiras e poucas edificações do tipo (GIRÃO, 1979, p.79), sendo o resto da cidade definido pela arquitetura degradada dos mocambos dos pobres, como descreve Girão:

Com a construção destes sobrados, rasgava-se o preconceito de que o terreno da cidade não suportava edificações de mais de um andar. Até então as casas se enfileiravam monotonamente justapostas, estreitas e achatadas, construídas de taipa (...) o resto, a mor (sic) parte, eram tugúrios de palhas, mocambos míseros dispersos à toa, onde, no mais extremo desconforto, a pobreza fragilmente se resguardava da soalheira, naquele ardente lençol de areias brancas. (1979, p.78)

A partir do século XVII a crescente demanda por carne bovina para abastecer os engenhos de cana na zona da mata pernambucana inaugura no Ceará a pecuária extensiva para a produção de charque<sup>26</sup>. O chamado ciclo das charqueadas no estado tem sua sede econômica distante de Fortaleza, em Aracati. Devido ao fato de não contar com produtos próprios para comercializar, nem com condições portuárias favoráveis, a cidade fica relegada a um plano secundário até meados do século XIX, quando se inicia um período de prosperidade econômica e efervescência cultural. Movido por produtos para exportação, como a cera de carnaúba e o algodão, esse período marca o início da reforma e expansão da cidade, inaugurando um ciclo de influência das modas, do saber, do gestual e mesmo das técnicas do urbano oriundos da França.

## **2.2 Primeira Abertura Para o Global: A *Belle Époque* Fortalezaense**

Na transição do século XIX para o século XX<sup>27</sup> é inaugurado o período da Fortaleza de ares parisienses, marcado pelo instauração de ideais de ordenamento tanto da vida social, quanto da configuração urbana. O porto de Fortaleza estava voltado para Europa, para os gostos, a cultura e os modos de vida europeus, sobretudo franceses. A sofisticação e o refinamento eram, porém, exclusivos das classes abastadas (PONTE 1999, DANTAS, 2002). A influência deste momento se reflete nos primeiros planos diretores, visando submeter à atmosfera da razão civilizadora tanto o tecido urbano, quanto a vida dos indivíduos. Período marcado por ideais de estética, ordem e progresso, aos quais Ponte (1999) chamará de *Belle Époque*.

Segundo Girão, “urbanismo é disciplina, é diretriz. Tanto na sua forma de delineamento ou desenho de cidades a construir (...) como na remodelação e nos traçados de expansão das cidades já feitas” (1979, p.73). Sob a forma de diretriz, a razão que tem origem num simbólico e no imaginário próprios daquele momento, oferece soluções para a organização da vida social na forma de um discurso de modernidade e progresso, o primeiro projeto a aspirar à projeção de Fortaleza além de suas limitações, e colocá-la a par das nações desenvolvidas. Como afirma Ponte:

---

<sup>26</sup> Sobre as razões do crescimento econômica de Fortaleza, ver Lemenhe 1991.

<sup>27</sup> Apesar do desenvolvimento econômico vivido no início do século XX, Fortaleza apresentava números populacionais modestos em relação a outras capitais brasileiras. Apresentava “20 mil habitantes em 1872, 50 mil em 1890 e pouco mais de 78 mil em 1920. Neste último ano, Recife tinha quase 240 mil habitantes e a população do Rio de Janeiro (então Distrito Federal) ultrapassara um milhão de habitantes”. (GONDIM, 1998).

Com efeito, as noções de *progresso e civilização* tornaram-se eixos básicos dos discursos e práticas desses novos setores dominantes, autoproclamados como restauradores da situação de ‘atraso’ em que o país estaria encerrado (...) as iniciativas de remodelar Fortaleza registraram-se, lenta e crescentemente, de 1860 em diante, partindo tanto dos poderes públicos como particulares, mas não de forma conjugada, pois não houve um planejamento sistematizado entre governantes, burgueses e médicos para tal fim. O que os alinhava era o objetivo de civilizar a capital e a população, estando ou não aqueles setores politicamente afinados (1999, p.27).

A experiência de remodelação de Paris pelo Barão Haussmann em meados do século XIX veio inspirar o engenheiro da Província do Ceará e da Câmara Municipal de Fortaleza, Adolfo Herbster, que em 1875 concluiu a “Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios” (PONTE, 1999, p.23), ampliando o plano em xadrez projetado em 1818 pelo engenheiro Silva Paulet. A conclusão do projeto deu um formato à cidade que permanece até hoje, a partir da criação de três *boulevards* que delimitam o centro da cidade, hoje as avenidas do Imperador, Duque de Caxias e D. Manuel, tendo esta última, nascido ao lado do Seminário da Prainha, local onde atualmente se encontra a entrada principal do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, na Praia de Iracema, entorno da comunidade do Poço da Draga.

A cidade experimenta até o início dos anos 30 do século passado um período de estabilidade no seu crescimento urbano, mantendo os traços arquitetônicos ligados ao ecletismo europeu (PONTE, 1999, p.39-40). Estabilidade sustentada pela exportação de matérias-primas com origem no interior do Estado. Porém a grande crise de 1929 colocou em xeque pouco depois o modelo econômico praticado no Ceará.

A crise força a uma diversificação produtiva na agricultura, e a consequência mais relevante para o Ceará será a implantação, na região sudeste, do algodão herbáceo de melhor qualidade, além do início do processo forçado de industrialização, que pelo seu caráter centralizador exclui estados como o Ceará. Dessa forma, sob a influência do choque de 1929, Fortaleza aparentemente, encontra a sua “vocaçãõ” para uma cidade de comércio e serviços, como afirma Linhares:

Com um setor industrial praticamente inexistente, a agricultura explorada de forma arcaica, e a pecuária, sujeita aos sobressaltos dos períodos de seca prolongada, a economia do estado condenou a sua capital a se voltar para as atividades terciárias.

Foi o que aconteceu com uma cidade que vai gradativamente se transformando numa metrópole de serviços (1992, p.163).

Esta idéia de “vocação” para o comércio e os serviços é resgatada na contemporaneidade pelo governo do Estado para respaldar os objetivos do Projeto que deu origem ao Centro Cultural Dragão do Mar e atualmente, ao CMEFC. Ambos ancorados na defesa, pelo discurso oficial, da integração acelerada da cidade aos circuitos regionais e globais pelo turismo e serviços.

Esta tendência de substituição da economia industrial pelo setor de serviços nas metrópoles centrais do capitalismo mundial é apontada por Sassen (1998) e Castells (2002) como responsável por uma mudança radical na estrutura do mercado de trabalho e de empregos. Em Fortaleza, desde a década de 1980 alguns aspectos desta reestruturação se fizeram sentir na quantidade de pessoal empregado em atividades relacionadas aos serviços de turismo e hotelaria (ver tabela 2).

**Tabela 2:** Pessoal Empregado em Serviços Relacionados ao Turismo.

| Ramos de atividade                | 1981 | 1989 | 1995 | 1997 | 1999 |
|-----------------------------------|------|------|------|------|------|
| Hospedagem                        | 2,94 | 4,38 | 5,21 | 5,2  | 5,2  |
| Lazer                             | 0,49 | 0,50 | 0,62 | 0,76 | 1,0  |
| (exceto hosp., alim.,<br>transp.) |      |      |      |      |      |

**Fonte:** IBGE / PNAD: 1981, 1989, 1995, 1999 (apud. Bernal, 2004, p.132).

### 2.3 Da Decadência Algodoeira à Atual Metrópole

A distorção de desenvolvimento entre as regiões nordeste e sul, marcado por um processo industrial notadamente concentrado neste último, a partir da década de 40, aponta para o enfraquecimento da produção agrícola e a migração para a metrópole. Com as secas vividas em 1952 e 1958, esse quadro se agrava resultando no crescimento de sua população, que em 1960 ultrapassaria 500 mil pessoas. O enfraquecimento do comércio e a existência de um setor industrial limitado a um pequeno segmento têxtil e algumas fábricas de óleos vegetais implicaram no processo de favelização e acentuação dos problemas urbanos oriundos do “inchamento” da cidade (GONDIM, 1999).

Até o princípio dos anos 60, a cidade ainda é voltada para o oeste, em direção ao bairro de Jacarecanga (área até então nobre, onde se encontravam os grandes sobrados das famílias

ricas da cidade), e ao sul para o bairro do Benfica, ambos limítrofes ao centro da cidade. Segundo Gondim (2000), a “modernização” do Estado do Ceará teve um impulso com o surgimento do Banco do Nordeste do Brasil-BNB em 1952.

Com sede em Fortaleza, o BNB foi responsável pela formação de quadros técnicos e burocráticos que passaram a constituir uma nova elite, inclusive ocupando cargos elevados da administração estadual e relacionados ao desenvolvimento urbano. Esta nova elite tecnocrática esteve envolvida com o esforço desenvolvimentista do primeiro governo de Virgílio Távora (1963-1966) inclusive em infra-estrutura produtiva com reflexos nas mudanças urbanas de Fortaleza.

Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, e com o repasse de recursos para o investimento em novas indústrias na região, através do dispositivo chamado de 34/18, acentuam-se em 1963 as condições de ascensão de uma nova burguesia industrial na cidade. Nesse momento coincidem a degradação das zonas a oeste, caracterizadas pelo estabelecimento do setor industrial e das populações operárias, de baixa renda, portanto, e o nascimento de uma nova burguesia, surgida após a criação da SUDENE, a reboque da euforia econômica proporcionada pelos novos investimentos.

Esta nova elite se dirigiu para as áreas a leste do centro, ocupando o bairro da Aldeota, que ainda hoje é polo de concentração das moradias de maior poder aquisitivo, além dos serviços voltados para um consumo elitizado como *shoppings centers*, a maioria dos bancos, prédios comerciais de alto padrão. O plano de urbanização de Hélio Modesto, de 1963, convive com este momento de rearranjo espacial, e de disputa simbólica da cidade, quando a mudança no eixo de valorização dos lugares desloca-se no sentido de oeste para leste.

É na década de 1960, que Fortaleza “descobre o mar” definitivamente, tratando-se de uma nova forma de relação com o meio geográfico, superando o descaso das elites em relação a orla marítima, “transição da materialidade da cidade e a natureza em estado bruto-o mar” (LINHARES, 1992, p.165) e, ao mesmo tempo, acompanhando uma tendência observada em outras capitais litorâneas brasileiras de ocupação de suas áreas a beira-mar.

Em um processo já iniciado nos anos 1920-1930, a elite busca, a partir dos anos 1960, se estabelecer definitivamente junto ao mar, pois nas últimas décadas já havia se processado uma completa mudança dos significados da praia no imaginário urbano, se tornando um espaço por excelência das elites<sup>28</sup> em detrimento dos pobres, em especial dos pescadores e favelados. (DANTAS, 2002; LINHARES, 1992).

Como ressalta Linhares (1992), o acesso para o mar a leste da cidade já era previsto no projeto de Adolfo Herbster de 1875 mas só com o advento das condições observadas acima, somadas ao agravamento da polarização entre riqueza e pobreza na cidade, a praia pôde mudar de significado: do descaso oriundo de seu uso portuário, comercial e, até mesmo para prostituição, com a localização da “zona” próxima ao porto (primeiro na Praia de Iracema próximo ao Poço da Draga, depois da década de 1940 no Mucuripe junto ao novo porto), para lugar de moradia, lazer e turismo, onde se encontra hoje uma das mais caras áreas da cidade. A observação atual da avenida Beira-Mar, construída em 1964, bem demonstra esta situação, saturada que está de apartamentos de alto luxo, bem como de hotéis de padrão internacional.

Fortaleza em seus primeiros momentos se desenvolveu “de costas para o mar” devido a “importância econômica das ligações com o interior” (GONDIM, 1998) e a gradativa “descoberta da praia” se deu concomitantemente com o aumento da segregação espacial. A concentração de indústrias na Região Metropolitana de Fortaleza, com a criação do distrito industrial de Maracanaú, e depois o de Caucaia, somada à crescente perda de importância da zona rural para a economia do estado, gera um fluxo cada vez maior de pessoas do interior para a capital (ver tabela 3), havendo a necessidade da criação dos grandes conjuntos habitacionais na periferia da cidade a partir da década de 1970 (Conjunto Ceará, Prefeito José Walter, Jereissati, etc.).

**TABELA 3:** Crescimento populacional do Ceará e de Fortaleza

| Ano  | Ceará     | Fortaleza |
|------|-----------|-----------|
| 1960 | 3.289.595 | 507.108   |
| 1970 | 4.366.970 | 859.135   |
| 1980 | 5.288.253 | 1.307.611 |
| 1991 | 6.366.647 | 1.768.637 |
| 2000 | 7.430.661 | 2.141.402 |

**Fonte:** Jornal O Povo, Fortaleza, 14/02/ 2004. Caderno Fortaleza, p.8.

<sup>28</sup> A praias a leste do centro em especial a praia de Meireles a partir dos anos 1960, Mucuripe e Iracema em anos mais recentes se tornaram objetivo de pesados investimentos imobiliários sobretudo com imóveis voltados para classes mais abastadas e, em especial, de estrangeiros atraídos pela reestruturação econômica vivido pela cidade nos anos 1990 (BERNAL, p. 198, 2004).

A “metropolização da cidade” com o “crescimento vertiginoso dos municípios de Caucaia e Maracanaú” é um outro aspecto deste crescimento, servindo estes municípios de cidades-dormitório para uma população de baixa renda, que se encontra voltada para o setor de serviços em Fortaleza, haja vista não haver uma demanda por mão-de-obra intensiva nos seus respectivos distritos industriais (GONDIM, 1999, p.11).

Como em muitas cidades brasileiras, os contrastes entre pobreza e riqueza de Fortaleza se mostram menos distanciados espacialmente, ricos e pobres convivem em estado de tensão nas áreas nobres da cidade. Assim, em plena Aldeota e na valorizada orla marítima à leste é possível encontrar núcleos residenciais de baixa renda, notadamente de favelas, remanescentes de brechas no processo de ocupação imobiliária, ao lado de luxuosos arranha-céus. A praia do Meireles, o metro quadrado mais caro de Fortaleza, ainda é portadora de uma convivência, segundo Linhares, de “irônico contraste” (1992, p.166), entre as levas de banhistas de baixa renda oriundos da periferia da cidade que freqüentam a Beira-Mar (sobretudo a praia do Náutico) e os edifícios de luxo da área.

Processo análogo pode ser percebido na Praia de Iracema, quando da mudança de sua função na atualidade, de bairro residencial para o de entretenimento noturno e voltado para o turismo. Nesta ainda se encontra a Favela do Poço da Draga a menos de duas quadras de distância do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Analisando as reformas urbanísticas promovidas tanto pela Prefeitura<sup>29</sup> quanto pelo Governo do Estado<sup>30</sup> desde os anos 1990 na Praia de Iracema percebe-se a mudança de seus sentidos e funções, apontando para um fortalecimento da apropriação do espaço público por interesses privados.

Grande parte dessas mudanças se relaciona com um novo momento do processo de modernização no Ceará, levado a efeito a partir de meados da década de 1980 por um novo grupo político que se auto-intitulava “governo das mudanças”.

---

<sup>29</sup> Requalificação da Praia de Iracema com a construção de um “calçadão” à beira-mar e restauração do Estoril (SCHRAMM, 2001).

<sup>30</sup> Reforma da Ponte dos Ingleses, esta um pier que deveria ter a função de porto nas primeiras décadas do século XX, porém não fora concluído e a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

## 2.4 “Política das Mudanças” e as Mudanças da Cidade: Pretensões e Limites de um Projeto Político

Em 1986 Tasso Jereissati chega ao governo do Estado. Oriundo do Centro Industrial Cearense – CIC ele era o representante de um grupo de jovens empresários que pregavam a superação da tradição, representada por uma base produtiva agrária, e a instalação de uma base industrial e de serviços voltados sobretudo para o turismo.

Para Parente (2002), as circunstâncias de desenvolvimento da modernidade cearense se dão em condições muito peculiares em relação aos outros Estados brasileiros. A partir de suas ascensões Ciro Gomes e Tasso Jereissati como políticos de influência nacional, estes desenvolvem um projeto de modernização no qual: “o Ceará se torna um modelo num mundo globalizado por ter respondido de forma mais adequada ao ideário nacional desenvolvimentista sem, contudo, o componente nacionalista” (PARENTE, p.125).

Com produtos voltados para fora do Estado, esta nova base econômica se sustentaria a partir da instalação de diversas indústrias no semi-árido através de uma política agressiva de incentivos fiscais e atração de vultosos investimentos. Além de ter conseguido sanear administrativamente e economicamente a máquina estatal, tomada das mãos das oligarquias tradicionais, representadas pelos chamados “coronéis” (GONDIM, 1998)

Foi articulada uma imagem de uma Fortaleza moderna, divulgada amplamente pela mídia durante os chamados “governos das mudanças”. De modo inédito o governo passa a apoiar produções que promovem a imagem de um Ceará turístico. Duas telenovelas produzidas pela Rede Globo de televisão são os exemplos mais marcantes desse processo: “Tropicaliente” e “Meu Bem Querer”<sup>31</sup>, chegando o autor da primeira, Walter Negrão, a afirmar que Fortaleza seria o “Caribe do Nordeste”.<sup>32</sup>

Essa imagem *made in* Ceará, produzida localmente, através das novelas da Rede Globo e da propaganda televisiva, também demarcou os limites do projeto de instalação de um pólo de cinema alternativo ao eixo Rio-São Paulo. Nesta proposta o potencial turístico do Estado recebeu papel de destaque: os cenários e os modos típicos definiam a formatação de uma imagem idílica do Ceará. Segundo um ex-funcionário da Secretaria de Cultura do Ceará que

---

<sup>31</sup> Ambas as telenovelas receberam financiamento do Governo do Estado para serem produzidas. Tropicaliente em 1994 do Governo Ciro Gomes (Revista Veja 25/05/95) e a segunda, Meu Bem Querer recebeu R\$ 800 mil de empresários locais e do Governo Tasso Jereissati como incentivo à produção (Jornal Folha de São Paulo, 05/07/1998), tendo ambas como condição de financiamento a exibição do lado “positivo do turismo local”.

<sup>32</sup> Jornal O Povo, 06/03/94, apud. Gondim (1998).

trabalhava junto ao *Bureau* de Cinema e Vídeo no apoio a produções realizadas no Estado, duas idéias cediam força para a instituição de um pólo áudio visual, a da cultura como mercado preferencial a ser conquistado e a das excelentes condições climáticas locais:

Pro Tasso [Jereissati], ele tem uma preferência muito grande por essa coisa do áudio-visual, é uma coisa que ele compreende, eu acho até que tenho muitas críticas em relação ao governo, mas ele é na verdade, o primeiro do país que compreendeu a cultura como uma atividade que pode dar lucro, pode dar emprego, uma alternativa para a questão da empregabilidade (...) quando o Paulo [Linhares] assumiu [a SECULT-CE] a gente começou a discutir com algumas pessoas, e a gente viu que, na verdade o Ceará é um estado que o potencial 100% pra um pólo de cinema porque não tem chuva, é sol o ano inteiro.<sup>33</sup>

De acordo com a Secretaria de Cultura, como resultado desta proposta, quarenta e cinco filmes, entre curtas e longas metragens, foram produzidos no Ceará entre 1995 e 1998.

A produção de cinema local, dentro das intenções do Governo, seria a sinalização de que o Estado já dominaria além de uma indústria áudio-visual em desenvolvimento, um mercado de serviços pronto a satisfazer uma demanda técnica sofisticada, incrementando a economia através dos novos investimentos, do crescimento da empregabilidade e da divulgação do Ceará na vitrine do turismo nacional. A construção e divulgação da nova imagem do Ceará junto ao meio de produção de bens culturais no Brasil é definida assim por um produtor cultural local:

Eu acho que mudou uma imagem do Ceará. A vinda de muitas pessoas do Sul para cá... impressionaram muito essas pessoas porque tinha um mercado de trabalho aqui e às vezes até recursos para fazer os filmes deles, então saiam falando muito bem do Ceará. O Ceará estava apoiando e tal, mas a finalidade principal desse tipo de apoio era levantar a imagem do Ceará moderno, de um Ceará que não era mais da seca era do progresso.<sup>34</sup>

Dividindo a mesma atmosfera que gerou o interesse na fundação de um pólo de cinema no Estado, em um primeiro momento, uma imagem urbana moderna foi o alvo e o referencial no qual se ancorou o discurso oficial em seu esforço para tornar a cidade competitiva entre as demais capitais nordestinas.

<sup>33</sup> Entrevista concedida em 21/10/99.

<sup>34</sup> Entrevista concedida em 21/10/99.

Uma intervenção urbanística de maior abrangência em Fortaleza foi levada a termo, concomitantemente, pelo poder público Estadual e Municipal pretendendo dotar a cidade de uma aparência moderna, sofisticada o suficiente para se destacar no cenário brasileiro. A relação de obras neste período apresenta, entre as mais importantes, a restauração do Teatro José de Alencar, a restauração da praça do Ferreira, urbanização da orla da Praia de Iracema, a reforma da Ponte dos Ingleses, a construção do novo aeroporto e a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Pela Prefeitura foram executadas a reforma da Praça do Ferreira, urbanização da Praia de Iracema também com a restauração do prédio do restaurante Estoril, a construção do novo mercado central, a ponte sobre o rio Ceará ligando Fortaleza ao litoral oeste através da Estrada do Sol Poente. Essa nova imagem da cidade, segundo Gondim (1999, p.2),

Aparentemente, tem como um dos seus elementos-chave o uso intensivo de propaganda pelas três últimas administrações estaduais, sendo associada ao projeto político-administrativo dos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (ambos do PSDB), no sentido de ‘construir um novo Ceará’. Mas, sem dúvida, a ‘Fortaleza tropicaliente’ é, também, produto das administrações municipais lideradas por Juraci Magalhães e Antônio Cambraia (ambos do PMDB) que, igualmente, vem fazendo uso intensivo da mídia para promover nova ‘cidade saudável’ (slogan da campanha publicitária da Prefeitura).

Seria o objetivo dessas gestões adequar Fortaleza à condição de uma capital de serviços, apta a concorrer não apenas nacionalmente, mas internacionalmente pela demanda de visitantes, dentro da concepção de uma Sociedade do Conhecimento<sup>35</sup> em detrimento da lógica da cidade industrial como referência de desenvolvimento. A adoção dessa perspectiva se consolida no discurso político do Governo do Estado a partir de 1993, com Paulo Linhares à frente da SECULT.

Com a flexibilização crescente do trabalho e as reduções de jornadas, alguns autores vêem o aumento do tempo livre dos trabalhadores ligados aos segmentos produtivos mais dinâmicos como um dado prioritário para se pensar a organização da sociedade no que seria uma sociedade pós-industrial. Nessa nova sociabilidade, pós-moderna, para o Ex-Secretário de Cultura Paulo Linhares, o lazer emergiria como uma forma privilegiada para preencher esse

---

<sup>35</sup> Nova referência na articulação do discurso de modernização hegemônico no planeta, o conceito de sociedade pós-industrial pressupõe a ascensão de um novo tipo de trabalhador, mais qualificado, versátil, que tenha no uso da inteligência sua principal ferramenta, em contraste com o uso da força física e rigidez que marcavam as relações de trabalho e a organização social das sociedades industriais tradicionais, com ênfase na produção de bens simbólicos, financeiros e serviços (HARVEY, 1992)

tempo livre, acentuando o consumo de itens produzidos por uma indústria de bens simbólicos em crescimento.

Deste modo o pressuposto para a implantação de uma competitiva indústria de bens simbólicos no Estado seria segundo Linhares, o de que houve um deslocamento do conceito de indústria cultural:

Na verdade, o projeto parte de um pressuposto político-econômico, que é uma coisa nova no conceito de política cultural do Brasil. É a ideia de que houve um deslocamento do conceito de política de indústria cultural, uma visão mais ou menos apocalíptica, frankfurtiana. Hoje, o que politicamente a gente considera fundamental é ter uma indústria cultural regional forte (...) isso significa que o mercado dos bens simbólicos deve ter um contraponto regional forte, de produção de mensagens, para que a gente saia de uma situação de consumidor desses bens simbólicos e passe para a disputa (Revista Inside Brasil, n° 14, maio, 1998, p.32).

Nessa perspectiva, o conceito de indústria cultural se torna a pedra de toque de um novo momento pelo qual passaria o mundo, onde não seria a infraestrutura produtiva que se responsabilizaria pela posição que cada nação ocuparia na competição com outras no mercado, e sim o domínio da informação.

De certo modo, os processos de requalificação urbana se situam dentro desse projeto, onde cultura e economia agem solidariamente para garantir as condições de competitividade no mercado global de cidades. Os pressupostos dessa competição incluem a “venda” de imagens positivas das cidades visando um novo público disposto a consumir novos lugares, como também a atração de novos investimentos voltados para o setor de serviços. O novo momento global, no qual Fortaleza se inclui enseja, a partir dos anos 1990 o imbricamento entre políticas culturais e requalificação urbana. A própria cidade passa a ser um produto simbólico oriundo de um novo padrão cultural de criação de lugares de consumo de atividades de turismo e lazer oriundas dos novos projetos de requalificação como o representado pelo CDMAC.

A ascensão do turismo como prioridade estatal coincide com o aumento da demanda por tempo livre na sociedade de massa contemporânea. O lazer como fruto do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, dá margem para que o trabalhador requeira um tempo livre que sirva não apenas para o descanso e reposição de energias, mas, sobretudo para exercitar o consumo enquanto dimensão de sociabilidade e fortalecedora da individualidade frente ao enfraquecimento das esferas da vida comunitária representadas pelas dimensões do trabalho, da família e das festas. Para Morin: “O lazer moderno surge, portanto, como o tecido

mesmo da vida pessoal, o centro onde o homem procura se afirmar enquanto indivíduo privado” (1997, p.69).

O Governo do Estado do Ceará direcionou suas ações na área cultural ligada ao turismo para conquistar a maior fatia possível do público, frações de trabalhadores e de classes médias aptas a investirem suas economias noutros lugares. Público para o qual a experiência de viajar e travar contato com o diferente se reverta em uma experiência de vida, de desenvolvimento da individualidade, envolvidos nessa “ética do lazer”, usando a expressão de Morin.

Os produtos culturais desenvolvidos por uma indústria cultural local serviriam para cobrir outras parcelas de interesses, nascidas da necessidade do turista de estar em outro lugar, do desenvolvimento da sua personalidade através da cultura do lazer que elevariam o jogo - caráter ativo na relação do indivíduo com o meio - e o espetáculo - caráter passivo - como elementos fundamentais em sua constituição.

Com a desvinculação dos antigos pontos de amarração das sociedades ligadas à modernidade da linha de produção, e conseqüentemente dos estatutos sociais que as regiam, o modelo de sociedade que a sucede nasce sob o signo da cultura de consumo. Também o espaço urbano passa a ser uma fonte de lucro privilegiado na nova economia. Investido dos significados relacionados a globalização, como a diversidade e o hedonismo, identificado com o turismo e o lazer o espaço urbano requalificado é apropriado pelo discurso político, econômico e midiático como um produto sofisticado e caro ao imaginário das elites globais.

A extrema diversificação de gostos, atitudes, modos de ser, deste novo momento levam alguns a crer que se justificaria sua diferenciação em relação ao momento anterior. Dessa forma, o pós-moderno, seria para David Lyon:

Corretamente relacionado com uma sociedade em que os estilos de vida do consumidor e o consumo de massa dominam a vida de seus membros. A moda e o gosto são ecléticos (...) as oportunidades são ilimitadas, e a busca por novos nichos de mercado, constantes (...) os serviços e as indústrias de lazer são abundantes, juntamente com os sinais de todos os meios imagináveis – inimagináveis, realidade virtual (1998, p.87).

Como centro privilegiado na produção de mudanças no cenário cultural as grandes cidades também ocupam um posto fundamental na requalificação da sociabilidade contemporânea: “a ênfase alterada do econômico e do funcional para o cultural e estético é perfeitamente visível nas áreas urbanas; todo movimento para o pós-moderno é metropolitano”

(LYON, 1988, p.87-88). Assim, o discurso oficial no Ceará se acomoda a essa perspectiva. A proposta de implantação de uma indústria cultural e o imbricamento com a requalificação urbana, da qual o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura é o maior símbolo, dá conta da aproximação com o imaginário pós-moderno, é a tentativa de inserção via cultura, de Fortaleza no rol de cidades que competem por esta nova demanda.

A primeira ideia de construção de um centro cultural que movimentasse a produção e difusão de bens simbólicos no Estado do Ceará durante o Governo das Mudanças, remonta à gestão de Violeta Arraes como Secretária de Cultura, durante o primeiro Governo de Tasso Jereissati (1987-1990). Naquele momento, a ideia era instituir um centro cultural que se investisse do papel fundamental no processo de revitalização do centro da cidade, através da concentração de atividades culturais, produção e exibição de caráter mais democrático, que dinamizassem o fluxo de visitantes através de um Corredor Cultural composto por outros equipamentos culturais públicos e privados.

Os locais inicialmente cogitados para a implantação foram os galpões da Rede Ferroviária Federal junto à estação Luiz Filipe no centro da cidade, um conjunto arquitetônico de grande valor histórico para a Fortaleza, cuja inauguração data de 1880, e utilizados até recentemente como depósitos.

Finda a gestão de Violeta Arraes, a ideia da implantação de um grande centro cultural terminou por não se concretizar, bem como a da fundação de um pólo de cinema. O seu sucessor Augusto Pontes, que foi nomeado para o cargo por Ciro Gomes em 1991, divulga a ideia da necessidade de criação de um liceu de artes e ofícios, que passou a ser chamado de Escola de Comunicação e Artes - ECOA.

Augusto Pontes pediu demissão do Governo no ano de 1993, sendo substituído por Paulo Linhares em 15/02/1993. Linhares é um publicitário e antropólogo com história de envolvimento com a esquerda no Ceará, tendo participado da administração do Partido dos Trabalhadores, da prefeita Maria Luiza Fontenele (1986-1988), no cargo de Assessor de Comunicação.

Assumindo a pasta da Cultura, Linhares recebeu a herança dessas duas ideias: a instituição de um centro cultural que servisse de referência para fixação de um corredor cultural, dinamizador da produção e da divulgação da cultura proposto ainda na gestão de Violeta Arraes, e da ECOA, ideia de seu antecessor.

Durante o Governo Ciro Gomes (1991-1994), aparentemente sob estas duas influências, torna-se mentor do projeto do Centro Dragão do Mar<sup>36</sup>. Para Linhares, o Estado do Ceará viveria um momento de grande efervescência na área de produção cultural na qual a participação da Secretaria de Cultura como indutora seria fundamental.

Dentro da ótica de desenvolvimento do Governo do Estado com a associação das dimensões econômica, cultural e social, o Centro Dragão do Mar desponta como “âncora cultural de suporte ao desenvolvimento turístico do Ceará” (SECULT-CE, 1996, p.138), envolvendo conjuntamente, a intervenção urbana, o preparo da cidade com equipamentos urbanos que lhe emprestem as características de uma cidade moderna, apta à inserção no roteiro internacional “como polo cultural, de animação e centro de negócios” (SECULT-CE, 1996, p.138).

O Centro Dragão do Mar, apesar do seu peso junto à ação cultural do Governo das Mudanças – como materialização dessa idéia de implantação de um corredor cultural – seria apenas um dos elementos de um projeto mais amplo de política cultural. De acordo com Linhares, todos os setores do projeto, bem como os equipamentos culturais deveriam passar a funcionar de forma integrada ao conjunto Dragão do Mar, o Centro Cultural e o Instituto.

O interesse do Governo em formar rapidamente um grande contingente de trabalhadores capacitados para suprir a indústria de bens simbólicos, parece se fundamentar na idéia de que, ao mesmo tempo que a requalificação e reestruturação do mundo do trabalho aumentará o tempo livre, e as horas de lazer para alguns, para outros restará o desemprego (SECULT-CE, s.d., p.12). Apresenta como solução, recambiar aceleradamente o deslocamento da mão de obra para a indústria cultural,

É sobre esta base de argumentação que “o governo, através da Secretaria de Cultura, convida os cearenses a construir uma sociedade nova (...) porque cresce o sentimento de inadequação da atual sociedade à aspiração verdadeira de justiça social e **felicidade**” (SECULT-CE, s.d., p.71, grifo meu).

A felicidade como *leitmotiv* da sociedade de massas, segundo Morin, só é possível porque o indivíduo a incorporou em sua vida como um elemento integrante de nova mitologia, portanto, uma “ideia-força, busca vivida por milhões de adeptos” (1997, p.125).

De acordo com Morin, no âmbito dos valores próprios da sociedade de consumo, as pessoas parecem não saber ao certo a que se refere a felicidade nos dias de hoje. Depois do

---

<sup>36</sup> Junto com o CDMAC foi fundado o Instituto Dragão do Mar de Arte e Cultura Áudio Visual. Este era responsável pela formação de profissionais voltados para o mercado áudio visual no Estado. O Instituto não funciona mais, tendo parte de suas atribuições assumidas pelo CDMAC.

enfraquecimento dos valores tradicionais e das grandes narrativas, fenômeno próprio da pós-modernidade (LYOTARD, 1998), a sociedade contemporânea precisa encontrar meios para superar a rotina de uma vida “cinzenta e morna dos homens privados” (MORIN, p.125) e esta felicidade acaba tomando uma forma projetiva, através da imagem do *happy end*, o prêmio para uma vida superestimulada por atividades e frustrações, justamente, pelo que é prometido pelos diversos *medias* e não pode ser alcançado, por desígnios de ordem da vida prática, das limitações de meios aos quais cada um está submetido.

Assim, a felicidade como promessa da sociedade de massa encontra um forte aliado nos meios de comunicação, uma forma de estimular a contínua reprodução do conjunto, à medida da renovação dos estímulos a uma busca sem fim pelo extraordinário, com afirma Morin: “não há dúvida que nunca houve, na história da humanidade, um apelo tão maciço e tão intensivo à felicidade, que fosse ao mesmo tempo tão ingênuo e cego...” (MORIN, p.130).

No Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura o novo e o velho convivem em um invólucro *up to date*. Nas favelas vê-se o Dragão do Mar pela televisão na hora do comercial, nas suas proximidades convivem uma favela e os prédios luxuosos da orla marítima. Num Centro Cultural de inspiração pós-moderna<sup>37</sup>, convivem a carroça de verduras que atravessa vagarosamente a restaurada praça Almirante Saldanha<sup>38</sup> e o turista estrangeiro capturando imagens com sua câmera digital.

O Centro Dragão do Mar embora capaz de guardar em si enquanto símbolo de uma sociabilidade, tantos sentidos polares como o provinciano e o moderno, o local e o global, a opulência e a pobreza, celebra a profusão de imagens e sentidos próprios da aceleração do tempo na metrópole ao mesmo tempo em que tensiona os limites do acesso ao espaço público impondo pela sua escala os novos sentidos do espaço ao redor.

Na análise da requalificação urbana na praia de Iracema a partir do CDMAC sob a influência de uma política cultural específica que a do Governo das Mudanças representado, parece ser necessário que observemos na pirotecnia dos espaços requalificados o que nos escapa entre os dedos: os detalhes, os atores como os moradores do Poço da Draga e os pequenos gestos escondidos no grande cenário urbano marcada pelo signo da pressa e da fria racionalidade dos planejadores – encontrar no “novo” atual, os traços de um “novo”, passado.

---

<sup>37</sup> Construído a um custo superior a US\$ 20 milhões.

<sup>38</sup> Também flanelinhas que tomam conta dos carros dos usuários do Centro Cultural e crianças vindas do Poço da Draga que jogam bola na quadra da praça Almirante Saldanha são outros personagens que produzem “ruídos”, “contra-usos” (LEITE, 2004) no cenário requalificado do entorno do Centro Dragão do Mar.

Enfim a história da modernidade fortalezense contada por atores invisíveis, até indesejáveis no cenário enobrecido.

A imponência arquitetônica do Centro Dragão do Mar: a sofisticação dos bares e restaurantes no seu entorno, contrastam com a presença dos moradores de baixa renda do Poço da Draga. Entre os moradores da comunidade são freqüentes as queixas com vizinhos, bares, casas de shows e boates que não se preocupam nem com a limpeza do entorno, pois o Poço da Draga é utilizado por alguns para despejo de lixo, nem com a poluição sonora.

Além disso, a nova e sofisticada vizinhança e os novos freqüentadores, turistas e fortalezenses de alta renda, imputam sentidos negativos a presença da comunidade do Poço da Draga, associando-a freqüentemente à parte da insegurança da região porque seria um possível abrigo para marginais que praticam furtos e roubos nas imediações.

Mas quais as chances de Fortaleza vir a se tornar uma *global city*? Uma breve análise dos recentes resultados desta proposta de inserção da cidade aponta para um relativo sucesso nos campos do setor turístico, na atração de novas indústrias a partir de uma política de incentivos fiscais, e do aumento da caracterização do perfil dos trabalhadores voltados para o setor terciário, o que caracterizaria uma aproximação das características de economia pós-industrial.

Porém, dentro de um quadro de severas limitações sociais representadas pelos índices de pobreza urbana, pelo agravamento da ocupação informal e precária e do desemprego metropolitano, em torno de 18% em 2004, este padrão de desenvolvimento econômico se enquadraria no que Bernal (2004) denominou de “metrópole periférica” em nível nacional.

A candidatura de Fortaleza a uma espécie de *global city* regional acarreta consigo também o peso da não superação do o turismo sexual, lavagem de dinheiro e uma gama de serviços marginais oferecidos para muitos dos estrangeiros, investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Câmara Municipal de Fortaleza. Esta pretensão também traz a marca da ausência de investimentos na interiorização que freiem o êxodo para capital, fazendo com que esta deixe de portar a posição, sem mérito em si mesma, de quinta metrópole nacional em população e um quadro crônico de desigualdade social muito bem representado pela segregação espacial.

## 2.5 Fortaleza, Praia de Iracema e a Construção do Centro Dragão do Mar

O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura instalou-se em meio ao que foi a primeira zona portuária de Fortaleza, ainda hoje pontilhada de alguns antigos galpões e sobrados das companhias de comércio que ali funcionavam junto ao porto até meados do século XX (ver figuras 12 e 13).



ARMAZÉNS DO LADO OESTE DA PRAÇA ALMIRANTE SALDANHA, DESCARACTERIZADOS.



**Figuras 12 e 13:** Armazéns na praça Almirante Saldanha (Rua Almirante Jaceguai), antes da ação do Projeto Cores da Cidade, ainda descaracterizados. (Foto: Oficina de Projetos. <http://www.ofipro.com.br/trabalhos/htmls/coresdacidade.htm>)

Sua criação responderia por uma estratégia de requalificação urbana articulada pelo poder público, na qual sua arquitetura grandiosa e espetacular apontaria para a *gentrificação* ou enobrecimento<sup>39</sup> da área vizinha ao Poço da Draga na Praia de Iracema (GONDIM, 1999; SOUSA, 2000; SCHRAMM, 2001) pelo aumento da frequência de um público de classe média e média-alta, bem como de turistas em uma área que até o final dos anos de 1980 abrigava apenas funções comerciais, marcadamente, de depósitos de empresas de transporte (que funcionavam muitas vezes em antigos galpões do passado portuário do bairro) amplas varandas em branco das casas de fazenda do passado, em um arranjo de monumento arquitetônico o que criaria um diálogo harmônico com o entorno tradicional dos velhos galpões.

O aspecto visual do Centro Dragão do Mar imediatamente se distingue de tudo o que há no entorno, devido tanto à sua arquitetura de inspiração pós-moderna, posta em funcionamento através dos elementos construtivos que se estendem sobre a área de 30 mil metros quadrados, quanto por sua escala monumental (ver figuras 14 e 15).

Porém os responsáveis pelo projeto do CDMAC defendem que existe no prédio a recuperação de antigas tradições culturais e arquitetônicas típicas do sertão. Estas citações sob uma leitura contemporânea, balizada a partir das novas tecnologias, garantiria uma viagem imaginária onde se fariam presentes os oitões, as réstias de sol, as amplas varandas em branco das casas de fazenda do passado, em um arranjo de monumento arquitetônico o que criaria um diálogo harmônico com o entorno tradicional dos velhos galpões.

---

<sup>39</sup> Neste movimento de enobrecimento do local, os sentidos e usos tradicionais do bairro são substituídos por outros, fundamentados em maior aporte de capital, mudança no estrato sócio-econômico dos frequentadores e transferência dos moradores originais.



**Figura 14:** Aspecto do entorno do Centro Dragão do Mar. (Foto: Beatriz Rufino).



**Figura 15:** Centro Dragão do Mar visto da praça Almirante Saldanha onde se destaca a grandiosidade de sua escala construtiva (Foto: Beatriz Rufino).

Antes de tudo, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura parece ser um lugar de modernidade, de renovação dos sentidos da cidade em um sentido aproximado com as do Centro Cultural Georges Pompidou, o *Beaubourg*, de Paris (ver figura 16). Dentre estes sentidos modernos destacar-se-iam os da comunicação e circulação, encerrados em algo que se aproximaria de uma “catedral da modernidade”, criada para marcar uma posição de prestígio e poder, típica de um novo mundo tecnológico (CHESNEAUX, 1995), na situação na qual fora destinado a revitalizar uma área específica do centro de Paris com o incremento do turismo.



**Figura 16:** Centro Cultural Georges Pompidou, o *Beaubourg*, de Paris, ícone da arquitetura pós-moderna. (Foto: <http://www.monument-aris.com/image/monuments/beaubourg.jpg>)

Através da observação do modelo sugerido pelo Centro Cultural Georges Pompidou, seria possível traçar um paralelo à implantação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (ver figura 17), claro, guardando as especificidades de cada processo.



**Figura 17:** Vão de entrada do CDMAC. Reparar as dimensões monumentais. (Foto: Vancarder Sousa)

O Centro Dragão do Mar desponta no projeto oficial como símbolo grandioso desta atmosfera de rompimento com o passado, representado pelo clientelismo e estagnação econômica, que seria, ironicamente uma “era de luzes” (TEIXEIRA, 1994) pautada sobre o desenvolvimento econômico. “Era das luzes” que, chegando ao plano cultural, dota a cidade de um equipamento proposto a romper com o passado e com “uma paisagem deprimida”<sup>40</sup>, que seria o seu entorno anterior à construção do Centro Dragão do Mar, tornando-se, “um orgulho para o Ceará”, como “vende” o seu *slogan* de inauguração visto nos *out-doors* pela cidade. Vale notar que neste processo de implantação do centro cultural, o Poço da Draga se manteve ou foi mantido na mais completa invisibilidade. Suas dimensões grandiosas e sua funcionalidade moderna expressariam um movimento de tempo e de espaço de uma época marcada por

---

<sup>40</sup> Conforme referido por um dos projetistas do Centro Dragão do Mar, em entrevista concedida à Prof.<sup>a</sup> Linda Gondim em 07/12/1998.

aceleradas trocas internacionais e intensificação da produção e do consumo, que teria na sociedade de massas o seu maior sujeito e no *shopping center*, através do consumo simbólico, talvez, o seu lugar de maior representatividade. Nesse sentido, afirma Frúgoli:

Os *shoppings* aspiram a traduzir, do ponto de vista institucional, uma utopia urbana que o capitalismo moderno não conseguiu concretizar: a equiparação de todos os cidadãos a consumidores, circulando incansavelmente por esta microcidade de sonhos (1990, p.28).

Frúgoli sugere que mesmo com consumo definindo a existência e a necessidade do *shopping*, este em seu uso por múltiplos grupos e tipos sociais conteria significados outros que extrapolariam a sua dimensão fundadora, mercantil. Nesse ponto, valeria ressaltar o papel assumido pelo *shopping* na vida da cidade, como ponto de encontro e de socialização.

Para seus criadores, a implantação do Centro Dragão do Mar incorpora alguns dos traços do *shopping center*, como a diversão e o incentivo aos encontros e estreitamento dos vínculos sociais relacionados ao consumo, um lugar onde os bens culturais são dispostos sob forma comercial, ao mesmo tempo em que as pessoas podem passear como se estivessem em uma rua do centro comercial, assim, como afirma um dos projetistas: “a idéia é essa: de um grande *shopping* de cultura, sem o lado depreciativo do que é o *shopping center* hoje” (Apud. GONDIM, 1998, p.11-12)

O Centro Dragão do Mar, em sua concepção, cumpriria uma função social ao se contrapor ao que um dos projetistas chamou de “teoria dos *containers*”, na qual a metrópole moderna estaria em breve sujeita a um acirramento da segregação, posicionando, de um lado, uma maioria armada que dominaria os espaços públicos, e de outro uma minoria com recursos financeiros suficientes para freqüentar, com segurança, lugares privados de trabalho e diversão, se deslocando rapidamente entre uns e outros. A cidade seria marcada assim por enclaves fortificados freqüentados apenas pela elite econômica, enquanto que os espaços públicos degradados seriam destinados ao excluídos do processo de produção e consumo da cidade<sup>41</sup>.

O Dragão do Mar, conforme definido por um de seus arquitetos, além de um lugar de produção e consumo de bens culturais, também cumpre a função de via aberta, marcada pela presença dos equipamentos culturais e pela possibilidade de seu consumo. Onde as pessoas podem ir para “verem e serem vistas”, para compensar um pouco da deficiência de convivência

---

<sup>41</sup> Sobre a discussão da construção de “enclaves fortificados” como efeito do acirramento da violência nas grandes cidades ver Caldeira (2003).

que marcaria as grandes metrópoles modernas, o esvaziamento dos lugares públicos, do sentido da vida pública, que estaria sendo substituída pelos sentidos e motivações da esfera da vida privada como exposto por Sennett (1988).

Sennett indica a tendência nas cidades modernas de procura de uma vida comunitária legítima, mesmo que esta precise ser construída, pois a vida comunitária existente se encontra enfraquecida por uma superlativização da individualidade. Esforço que na maioria das vezes pode redundar em fracasso, pois os lugares erigidos para a recriação da vida pública tornam a acentuar as individualidades e o isolamento entre as pessoas.

Segundo Gondim (1999), a grandiosidade da arquitetura pós-moderna do Centro Dragão do Mar remeteria a um conjunto de imagens identitárias do projeto político em ação no Ceará, e do momento de transformações urbanas e sociais que ele sugere e que ajudariam a formar em torno destas a atmosfera das “mudanças”.

Um dos responsáveis pelo projeto do CDMAC defende a necessidade de se criar uma tradição arquitetônica para Fortaleza. Para os críticos, o Centro Cultural seria problemático por não se preservar a memória e o padrão de sua vizinhança, apesar desta não ser marcada por um estilo de arquitetura em especial, prevalecendo num cenário de certo abandono de galpões e sobrados em grande medida bastante adulterados ao longo do tempo.

Por outro lado, na visão dos seus criadores, prevaleceria a harmonia com o entorno, aparentemente não querendo deixar margem para questionamentos a respeito da conveniência da implantação do conjunto, mesmo sendo tomado sob a perspectiva da preservação da memória do lugar, que seria sob esta ótica antes estimulada, do que destruída, a partir das vivências do lugar proporcionada pela nova estrutura oferecida. Ainda segundo essa visão, tampouco haveria motivos para se questionar o convívio harmonioso com os moradores do Poço da Draga e outros moradores antigos das redondezas.

Enfim, o Centro Dragão do Mar é apresentado como um lugar de livre trânsito, democrático, que estimula a frequência e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida na cidade, resultando na formação de um público consumidor de arte, dando sustentação a intenção oficial original<sup>42</sup> de implantação de uma indústria cultural forte no Estado.

Vale a pena interrogar sobre as condições de estruturação do Centro Dragão do Mar em relação ao meio urbano onde está inserido, e em relação às características peculiares em que o amplo movimento de alcance global, como o da modernidade, pode assumir numa determinada localidade, no caso, Fortaleza.

---

<sup>42</sup> O projeto de Implantação de uma indústria cultural no Ceará como pretendido por Paulo Linhares foi abandonada pelas duas últimas administrações estaduais, sobretudo pela falta de recursos para investimento.

Na década de 1990 a praia de Iracema foi alçada da condição de pacato bairro residencial e de boemia, à condição de principal pólo ético e gastronômico da cidade. Porém, a partir de 2001-2002, com o Centro Dragão do Mar já em plena operação, já se fazia perceber um progressivo abandono dos usuários de classe média e da presença de turistas e famílias nos espaços da Praia de Iracema apenas poucos anos antes tão badalados. Nesse período se notou o fechamento de diversos bares e restaurantes freqüentados por estes usuários em decorrência do desenvolvimento de forte vinculação do espaço com a prostituição.

Por outro lado, a Praia de Iracema pode encerrar outros conteúdos, além da idéia de drama e violação que envolve o mito que lhe emprestou o nome. Em sua atualidade, a cidade de Fortaleza, com a forte intervenção do poder público em âmbito estadual e municipal na reformulação do espaço urbano, re-elabora a velha Praia do Peixe como uma espécie de vitrine da diversão de qualidade na cidade, seu pólo turístico em sentido exato, pronta a recepcionar os novos estrangeiros.

A Praia, enquanto local de encontro da terra com o mar e de ruptura e descontinuidade estabeleceria, segundo Linhares (1992. p.XIX), conteúdos ligados à liberdade e a transgressão imagética. Esta praia, local de passagem, partida e chegada no seu antigo uso portuário, poderia ser hoje novamente o espaço do trânsito, cujas marcas seriam as do consumo de diversão, e desfrute do tempo livre.

Observando o desenvolvimento de sua trajetória provinciana, em seu esforço de parecer moderna, Fortaleza parece se dedicar a voltar sempre a sua atenção para as modas, os gostos, as relações, o comércio e as coisas que vem de longe, pelo oceano (PONTE, 1999; DANTAS 2002). Fortaleza parece sempre estar, nesse sentido, em busca de uma afirmação, da criação de uma identidade.

Isto pode ser sentido nas sucessivas transformações urbanas promovidas por suas elites em busca de características mais racionais, portanto modernas, para suas funções: plano do Eng. Silva Paulet com seu traçado xadrez, que desafiava a sinuosidade do riacho Pajeú, o qual ditava o contorno da cidade (1818); o plano do Eng. Adolfo Herbster, logo depois em 1875, promovendo a “haussmanização” de Fortaleza. Materialização do desejo de atualização conceitual da cidade, de limpeza, de arejamento, conquista do espaço habitado por pessoas sãs e prósperas, coordenadas por elites esclarecidas, vanguardas políticas aptas a promover a materialização do novo e do progresso, a preocupação com o futuro (LINHARES, 1992), como afirma Pimentel Filho:

No caso de Fortaleza, temos uma cidade muito mais em processo de construção de uma identidade, real e imaginária do que (re)construção (...) o processo de formação da cultura erudita local, inclui, portanto, novos lares, nova espacialidade (1998, p.42).

A cidade careceria de uma arquitetura de aspecto memorável, monumental, o que justificaria que fosse construída então uma tradição para Fortaleza, da qual o CDMAC seria o mais visível. Para este gestor, a cidade não teria vivido uma efervescência durante o período colonial, tal qual ocorrido em outras capitais brasileiras como Salvador, Recife, São Luiz. No Ceará os eixos econômicos passavam pelos municípios de Camocim, Aracati, Icó e Sobral, portanto, defende que é preciso estabelecer uma tradição a partir de agora:

Fortaleza teria que compensar essa falta de áreas históricas, de valor histórico, com alguns equipamentos básicos de cultura, que dessem possibilidade inclusive, do aparecimento de uma indústria cultural (...) para competir nesse processo da indústria da informação e da sociedade do conhecimento, e que a gente precisaria ter um equipamento de qualidade.<sup>43</sup>

Contudo, se sustentaria a afirmação de que o Ceará não guardaria uma memória arquitetônica que desse respaldo a uma tradição construtiva e cultural, que fosse necessário recorrer às formas e dimensões ousadas do Centro Dragão do Mar como marco de uma tradição? O apego à novidade, a desvalorização do patrimônio cultural não incidiria no acirramento de numa situação de reféns do novo? E como se localiza nesta idéia a presença dos moradores pobres do entorno do CDMAC, como os moradores do Poço da Draga?

Parecendo concordar com Linhares, um projetista do CDMAC se refere também a um espírito do devaneio, e da boêmia que permearia todo o projeto do Centro. O que o faz representar um marco topográfico no mapa simbólico de um novo momento que a cidade viveria, em que fossem superadas algumas deficiências da cidade em função dos seus espaços de convívio público e de uso cultural.

Dentro do novo panorama que Fortaleza estaria começando a viver, a partir da perspectiva de ares pós-modernos, pós-industriais da leitura oficial, cabe questionar sobre as formas específicas de sociabilidade que poderiam surgir do convívio e dos usos praticados dentro do Centro Dragão do Mar, bem como seu relacionamento com o entorno notadamente marcado por outras referências espaço-temporais que não as da aceleração e do consumo

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida à Linda Gondim em 08/03/1999.

cultural. Por meio da estetização do espaço público, agora enobrecido, são geradas formas de exclusão dos mais pobres não só pela incapacidade financeira de consumo dos produtos culturais ali oferecidos, mas também pela instituição de uma barreira simbólica entre dois mundos.

Observar o desenrolar das ações, os ritmos do público, as construções imaginárias a partir da gama de tipos sociais que o frequentam, desde os extratos sociais mais pobres aos mais favorecidos, pode ajudar a compor uma alternativa de compreensão deste “*shopping* da cultura” e os efeitos deste sobre o entorno. Alternativa de compreensão possivelmente marcada pelo contraste, entre o tempo e espaço pós-moderno da proposta oficial, e o que emerge da vivência da cidade pelos cidadãos, das relações sociais que aí proliferam, assumindo e marcando os espaços, atribuindo-lhes significados próprios, que não os oficiais.

O CMDAC, proposto como lugar de passagem e lazer, de formação de um quadro de consumo específico, prioritariamente de cultura, acomoda usos marcados por uma inflação dos símbolos ali contidos na espetacularização do cotidiano em uma área destinada a ser uma vitrine oficial do “Ceará que deu certo”.

Porém, a observação das ações que se desenvolvem naquele espaço pode revelar os tipos de rupturas que a modernidade proporciona no Dragão do Mar. Índice do processo vivido por essa Fortaleza que aspira se modernizar mantendo seu quadro de pobreza. Criando redes imaginárias nas quais a vida numa cidade de ares pós-modernos poderia compensar a desigualdade e exclusão, chamando a atenção para as formas de manutenção do local e da memória frente a proposta, aparentemente avassaladora, do global e da desterritorialização.

Contraditória por natureza, haja vista as manutenções que preserva frente às mudanças que promove, a modernidade conceitual lida através do Dragão do Mar, com traçado e funções adquiridos à grande distância – nos discursos e práticas relacionados aos países centrais do capitalismo internacional – parece ver se desenvolver na sua vivência pelos usuários um tempo de ritmos mais tranquilos e intimistas, embora, guardando um conflito com o espaço de moradia e usos chamou de vernaculares Zukin (2000) do entorno (como é o caso do Poço da Draga). Inviabilizando a permanência de antigos moradores ou ocupantes do lugar, como artistas plásticos, diretores, atores que ali mantinham seus ateliês e teatros<sup>44</sup>. A tensão com o entorno ganha corpo na fala de uma artesã cujo ateliê se localiza nas proximidades:

---

<sup>44</sup> Como o Teatro Radical do diretor Ricardo Guilherme e outros, como o Teatro da Praia, que se mantiveram presentes durante um período, mas que em função das dificuldades financeiras fecharam suas portas. Outros ainda resistem com dificuldades como o Teatro Boca Rica.

Não há um projeto de integração entre o Dragão e os artistas do entorno. As pessoas visitam o Centro Cultural, mas não passam de lá. Talvez porque as ruas de acesso não recebam os mesmos cuidados. Não há uma continuidade. Talvez porque elas nem saibam que existe algo por ali. Há gente que trabalha com pintura de tela, tecido, escultura em ferro, argila, couro, oficinas de toda natureza, mas parece que nada está acontecendo. Você só vê os bares, cinema, museu e pronto. (Jornal O Povo, 02/08/2004).

## CAPÍTULO 03

### EXCLUSÃO E FAVELIZAÇÃO

#### 3.1 Desenvolvimento Desigual e o Problema da Moradia: O Crescimento das Favelas

A constituição do espaço urbano no Brasil tradicionalmente foi marcada pelo patrimonialismo e pelo fisiologismo dos grupos dominantes, o que resultou, segundo Maricato (2001), na constituição de cidades fortemente excludentes, nas quais a classe trabalhadora não teve acesso garantido a moradia. Esse quadro se agravou após a crise econômica das décadas de 80 e 90 do século passado, aprofundando o óbice da “não-cidade”, esta definida por se encontrar fora da esfera dos direitos, do acesso aos serviços e equipamentos públicos de qualidade.

Porém como lembra a autora, a reestruturação produtiva levada a efeito nas décadas em questão só aprofundou a tendência de constituição de uma sociedade injusta e desigual, e seus efeitos podem ser facilmente percebidos atualmente nas grandes metrópoles brasileiras. A aceleração dos processos de favelização bem como o incremento dos índices de violência são alguns deles. Assim, “a divulgação dos resultados iniciais do censo IBGE de 2000 dá a entender que entre 1991 a 2000 o número de favelas teria aumentado 22% em todo Brasil” (MARICATO, 2002, p.2002), número que certamente deve ser muito maior, segundo a autora, haja vista a metodologia do IBGE não levar em consideração como favela agrupamentos com menos de 50 unidades.

A questão do crescimento das favelas no Brasil relaciona-se a um quadro político-econômico desigual e excludente, sobretudo pela adoção de políticas urbanas e moradias incapazes, seja no seu planejamento ou execução, de enfrentar o problema do crescimento das cidades, funcionando então como uma “máquina de fazer favelas” (MARICATO, 2002, p.39). O problema é antigo e tem se agravado nas últimas décadas com o aprofundamento da incapacidade de realização das demandas sociais pelo Estado. Dessa forma, como afirma a autora:

O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio-ambiente. O número de imóveis ilegais em maior parte das grandes cidades é tão grande que, inspirados na interpretação de Arantes e Schwarz sobre Brecht, podemos repetir que ‘a regra se tornou exceção e a exceção regra’. A cidade

legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria (2002, p.39).

Não é por falta de regulamentação que o problema da moradia persiste no Brasil e, sobretudo o da moradia ilegal, Maricato lembra que “o direito a invasão é até admitido, mas não o direito à cidade” (MARICATO, 2002, p.39), o que pode ser observado com muita facilidade nas favelas constituídas em áreas do Estado, ou de preservação ambiental, porém, a lei certamente tenderá a ser cumprida quando se tratar de invasões de áreas privadas, sobretudo de elevado interesse imobiliário, o que é muito frequente nos projetos de requalificação urbana atuais.

A construção do “problema favela” tem seu início identificado no fim do século XIX, quando o “Morro da Favella” se estruturou como um dos primeiros núcleos de moradores pobres que se aventuravam nas encostas dos morros cariocas para driblar a falta de moradia.

A população deste primeiro núcleo era composta em sua maioria de soldados que retornavam do *front* da Guerra de Canudos. Sem mais ajuda do Governo Federal que lhes devia os soldos pela participação na guerra contra Antônio Conselheiro, o acampamento dos militares no morro que primeiramente serviu para pressionar o Ministério da Guerra, resultou, com o passar do tempo, em um aglomerado de casebres (VALLADARES, 1998, 2005).

Segundo Valladares (1998) só a partir dos anos 1920 a imprensa irá utilizar o termo favela como categoria geral “para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizada nas encostas” (p.3).

Após sua “invenção” (VALLADARES, 2005), o termo favela se desvinculou do morro que lhe emprestou o nome e foi utilizado para se referir aos “riscos” à boa ordem social e aos ares civilizados que a cidade aspirava para si. É importante lembrar que este momento coincide com o momento das reformas urbanas levadas a cabo pelo prefeito Pereira Passos entre 1902 a 1906, inspirado pela ideologia higienista de aformoseamento das cidades voltadas para o ideal de progresso.

Antes das favelas o problema da moradia precária e “socialmente perigosa”, para os olhares do século XIX, já havia tomado a forma dos cortiços, modelo predominante de moradia das classes mais pobres, tomados como locais de concentração de vadios e malandros, concentração essa considerada à época um risco para a proliferação, não só de epidemias como também do crime<sup>45</sup>. O movimento de derrubada dos cortiços pela prefeitura do Rio de Janeiro,

---

<sup>45</sup> O romance “O Cortiço”, de Aluisio de Azevedo, publicado em 1890, pode ser tomado como uma referência importante desse imaginário que associa vícios e problemas a forma de habitação dos pobres.

na reforma urbanística de Pereira Passos, pode ser considerado a primeira reação às concentrações de moradores pobres nos circuitos urbanos.

No entanto é o morro da Favella que vai se destacar como ponto de referência histórico. “Já em 1900 o Jornal do Brasil denunciava estar o morro ‘infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias’” (VALLADARES, 1998, p.4). Em sua origem as favelas nascem com o estigma de problema social em si, antes de um simples aglomerado de pessoas pobres vivendo em condições precárias em uma determinada área, é tomado com frequência como um nivelador social, capaz de imprimir em seus moradores valores, cultura e atitudes identificadas como impróprias para os interesses da cidade legal. Assim, desde o princípio, os moradores das favelas são vistos pelo discurso ordenador e higienista como vetores de problemas, e que, portanto, precisam ser removidos para bem longe das vistas das classes mais favorecidas.

A construção do estigma do favelado se dá em função da possibilidade de manipulação de um grupo social a partir de uma identidade imputada da qual se espera uma determinada conduta. Porém, não necessariamente essas características coincidem com atributos reais dos atores em questão (GONDIM, 1981). A favela desponta do cenário urbano e no imaginário social com lugar da marginalidade. Estar à margem significando pertencimento ao grupo social específico nos quais seus membros dividiram códigos culturais ligados à sobrevivência em condições de extrema privação e sobreviveriam.

Valladares (1998) chama atenção para o fato de que, não por acaso o primeiro mito relacionado às favelas dizia respeito à sua identificação com o comunitarismo da vila de Canudos. Nos anos 1920 as matérias e crônicas jornalísticas a partir do legado literário de Euclides da Cunha davam os primeiros passos para fundar o conceito do morador das favelas com alguém especial (pejorativamente). Considerava-se o sertanejo de Canudos, por sua rusticidade e relações de solidariedade próprias, estaria mais próximo da condição natural, apto a viver de qualquer jeito. Seriam assim, Indivíduos de segunda classe.

Tal associação parece persistir até hoje. Em pesquisa sobre o crime e segregação social na cidade de São Paulo, Caldeira demonstra as tensões expressas nas representações elaboradas por entrevistados tanto de classe média quanto pobres da periferia sobre a categorização do criminoso, “como alguém que vem dos espaços marginais e [que] polui e contamina” (CALDEIRA, 2003, p.79).

Atualmente, nos jornais, se tornou comum encontrar artigos nos quais o “problema da violência” nas metrópoles brasileiras aparece em alguma medida relacionado a presença e ao crescimento desordenado das favelas, sem a presença do Estado como agente regulador e,

sobretudo, em tempos de tráfico de drogas internacional e crime organizado (com destaque na mídia nacional para as grandes favelas do Rio de Janeiro), sem a sua presença como agente repressor da criminalidade.

Mais do que isso, com muita frequência também, a fala corrente das elites urbanas localiza nas condições precárias de moradia e empregabilidade da maioria das pessoas (que precisam viver nestas condições), uma imediata relação com a deterioração do espaço público na cidade. Que estaria cada vez mais contaminado pela influência do medo dos crimes e mesmo da presença nunca bem-vinda e cada vez maior, de pobres nas áreas nobres das cidades, tentando sobreviver nas ruas e sinais de trânsito, vendendo quinquilharias, limpando vidros dos automóveis ou simplesmente pedindo esmolas. Muito comuns nas grandes cidades brasileiras como também em Fortaleza, os assaltos praticados contra condutores de veículos em vias próximas a áreas de moradias de baixa renda, bairros da periferia e favelas, produzem sensação de medo e indignação.

O alvo dessas sensações são os lugares e as pessoas identificadas como origem dos vícios e perigos. Exemplos dessa percepção podem ser encontrados nas listas publicadas recentemente em um dos principais jornais de Fortaleza que oferecem um “*ranking*” da violência, elencando os cruzamentos mais perigosos. Esses cruzamentos são frequentemente associados pelas pessoas ao entorno a favelas ou bairros pobres:

Assaltos em cruzamentos praticados por adolescentes e adultos acontecem diariamente em Fortaleza. Os infratores geralmente se disfarçam de pedintes para agir. Os mais ousados chegam a quebrar vidro para roubar os objetos no interior do veículo. Parar à noite em cruzamentos como da avenida Senador Virgílio Távora com Padre Antônio Tomás ou desta última com Engenheiro Santana Júnior é comprar um bilhete para a violência (...) o cruzamento da Murilo Borges com Raul Barbosa é outro ponto crítico. Lá, os delitos praticados por menores lideram as estatísticas da criminalidade. (Jornal Diário do Nordeste, 04/01/2001, [www.diariodonordeste.globo.com/2001/01/04/010064.htm](http://www.diariodonordeste.globo.com/2001/01/04/010064.htm))

Na matéria em questão o cruzamento da rua Padre Antônio Tomás com avenida Santana Júnior, zona leste da cidade, fica próximo a “Quadra do Santa Cecília”, favela urbanizada nos anos 1980, como enclave na zona “nobre” da cidade, o bairro da Aldeota. Já o cruzamento da avenida Murilo Borges com Raul Barbosa se encontra na vizinhança do conjunto habitacional e Tancredo Neves e da favela do Lagamar uma das maiores e mais pobres de Fortaleza.

Nos dias de hoje o “problema favela” assumiu características mais radicais, os aspectos definidos pelo comprometimento da saúde e estéticas urbanas, típicas do higienismo do princípio do século XX, parecem ter sido superados pela violência e o medo com definidores da condição de favelado.

### 3.2 A “Solução” Remocionista

Em recente debate o jornalista Elio Gaspari, posiciona-se criticamente frente a uma nova onda “remocionista” das favelas do Rio de Janeiro, a partir de uma certa idéia de consenso das elites urbanas de que a origem de todo o mal urbano, a perda da beleza e modos civilizados da “Cidade Maravilhosa” se reporta a um retorno naquela cidade a uma idéia que denominou “favelofobia”<sup>46</sup>. A “nova onda” foi deflagrada na cidade do Rio de Janeiro pela divulgação recente da construção ilegal de um prédio de 11 andares na favela da Rocinha, a notícia motivou políticos, deputados e vereadores a se pronunciarem a favor da retirada dos moradores das diversas favelas do Rio de Janeiro para outras áreas<sup>47</sup> (Revista Rets, Maria Eduarda Matar, 07/10/2005).

Com frequência a ideia das favelas como *locus* privilegiado das referências como “sujo, do feio, do maldito”, da prática de crimes, alvo de catástrofes como deslizamentos de terra e cheias de rios, córregos, ressacas do mar etc.; colocam em evidência, para a maioria das pessoas, que nas territorialidades definidas pelas precárias condições de habitação não pode surgir nada de muito bom. Também como local de abrigo dos indivíduos considerados socialmente indesejáveis pelas elites urbanas, trabalhadores avulsos desempregados, migrantes. Na região Sudeste, a ênfase no estigma recaí principalmente sobre os migrantes nordestinos (CALDEIRA, 2000).

Como visto anteriormente, trata-se de um problema antigo da construção das identidades urbanas brasileiras, dentro de seu esquema tradicional de exclusão. Na constituição social assimétrica das metrópoles brasileiras o termo favela adquiriu autonomia e força suficientes para se tornar uma categoria autossuficiente, embora carregada de preconceito capaz de mobilizar nas elites urbanas sentimentos de repulsa a ideia de convivência.

Porém os processos de exclusão articulados em torno do problema-favela se mostram também contraditórios haja visto o alto grau de integração socioeconômica dos seus moradores.

---

<sup>46</sup> Jornal O Povo, de 12 de outubro de 2005

<sup>47</sup> Apesar da remoção de favelas ser proibida pela Lei Orgânica Municipal, o prefeito César Maia por duas vezes se pronunciou a favor da mudança da Lei, destacando que só dependeria de acordo com os vereadores para tanto.

A favela fornece uma grande parte da mão de obra barata que a cidade necessita. As condições precárias de moradia podem ser caracterizadas como mais um elemento de exploração desta mesma força de trabalho. Tendo historicamente salários muito baixos e sem investimentos suficientes do estado para financiar suas moradias, precisam comprometer ainda mais a sua própria condição de reprodução como classe trabalhadora (KOWARICK, 1993).

Uma rápida visão da caracterização das favelas hoje deixa claro que as mesmas podem se fundar numa grande diversidade socioeconômica entre seus moradores, a ideia de um todo homogêneo, compostas de miseráveis, que deve sobreviver em agrupamentos mais recentes e instaladas em áreas de risco. As favelas mais antigas e estruturadas podem se apresentar mais diversificadas, com estratificações sociais e espaciais que indicam a construção de complexos sistemas de identidade e solidariedade (BURGOS, 2002; ALVITO, 2003).

A favela também é um local de conflitos, além das mistificações associadas ao mito da comunidade, como uma instância conciliatória inata, cada realidade precisa ser conhecida, desvendando-se seus códigos de articulação política, de alianças, de reivindicação, de consensos e dissensões.

Os interesses em jogo só em momentos muito determinados podem se apresentar como mais ou menos convergentes. Assim, a favela apresentada como um todo uníssono é, em muitos casos, um artifício de controle político e social, a facilidade de representação a partir da ideia de unidade esconde que as mesmas são formadas de diversas escalas de diversidade social, além da geográfica. Porém pode favorecer a manipulação política tanto interna, quanto externa:

O estigma da favela permanece, na medida em que se mantém de pé as condições que o originaram: situação de inferioridade econômica, social e política do grupo favelado com relação aos estigmatizadores. E, para estes, a estigmatização continua servindo como justificativa ideológica para essa situação de desigualdade (GONDIM, 1981, p.28).

Durante a estada em campo percebeu-se que frequentemente os moradores referiam-se ao Poço da Draga como uma “comunidade” e a si mesmos como membros desta, recusando, quase sempre a terminologia favela–favelado.

O termo favela foi ouvido dos moradores poucas vezes durante o trabalho de campo, frequentemente em contraposição a caracterização negativa do local frente aos interesses urbanos que ameaçam o local. Durante as entrevistas apenas uma vez o termo aparece como qualificação do próprio local e de seus moradores. O mesmo fora proferido em uma entrevista

por um de seus moradores mais antigos, insatisfeito com as mudanças recentes na vizinhança de sua casa, bem como nos arredores da praia de Iracema. Aponta uma desqualificação do lugar em função da chegada de moradores identificados por ele como “estranhos”, pois não nascidos no lugar. Em outro momento da entrevista o mesmo morador expressa com mais veemência sua insatisfação com a perspectiva da mudança e ao que parece ser uma decadência das relações no Poço da Draga:

Não estou acreditando que vai ter essas casas na [Rua] Dragão do Mar, nem na [Rua] Senador Almino, nem na [Rua] José Avelino, porque eu não acredito que o Dr. Tasso [governador do Estado a época] vá tirar esses favelados daqui, pobre, analfabeto, preto, porque aqui é o lugar do racismo [se referindo à cidade de Fortaleza] (...) não sei não, eu digo que não vai dar certo [a transferência], de maneira nenhuma, porque se fossem umas pessoas civilizadas, educadas, não precisa ter faculdade para ser educado” (entrevista concedida em 02/10/02).

Entretanto, mesmo com a indisposição de alguns moradores em relação a certos segmentos da vizinhança, como visto na fala acima, quase sempre preferem o termo comunidade para referirem-se ao próprio lugar, ao contrário do que frequentemente pode ser ouvido por pessoas que não residam lá, e rejeitam a denominação de favela buscando construir uma referência de si mesmos que destaque a convergência de interesses e de laços de proximidade, seja de familiaridade, seja de vizinhança.

A ideia de comunidade surge em um cenário que mescla conflito e diferenças internas na vida local, como também a necessidade de legitimação social para além de suas fronteiras que viabilize a defesa dos interesses comuns, representados por vantagens no processo de negociação com o Estado. Neste esforço de construção simbólica torna-se importante reafirmar a melhoria do padrão socioeconômico dos moradores em relação ao passado:

[A vida] era ótima era boa porque todo mundo se entendia, todo mundo era simples, eu adorava. Não tinha besteira, não tinha nada. Agora não, agora tem muita gente fina aqui. O senhor vê aqui, essa favela como chamam, aqui não é favela, aqui tem bastante professores de Primeiro Grau, de Segundo não tem (...) tem um moço que trabalha no Seguro Bradesco, tem uma moça que trabalha no Cartório Aguiar há mais de dez anos (...) tem uma pequena indústria de confecção de uma rapaz que mora ali. E todo mundo aqui, quase, têm carro. Só quem não tem carro é eu e minha família. Mas pra lá [se referindo a área mais central da Rua Viaduto Moreira da Rocha onde se encontram a maioria das melhores casas] todo mundo tem carro. Quem tem carrão tem, quem não tem, tem carrinho, mas de qualquer maneira tem (entrevista concedida em 02/10/2002).

Apesar de preferido pelos moradores, o termo comunidade, precisa de certo cuidado ao ser utilizado pela pesquisa haja vista os sentidos de identidade e integração que ele encerra. Para Burgos (2002) a utilização do conceito de comunidade implicaria admitir a possibilidade de um mundo de relações sociais à parte da cidade. Ao contrário, a favela não se encontra excluída da cidade formal, interage intensamente com esta, sob a forma de participação no trabalho, consumo, política cultura etc. A favela possui organizações, relações espaço temporais e historicidade que lhe são próprias, porém, não como um mundo estranho à cidade.

Como afirma Burgos (2002, p.23-25) a diferença entre a favela, a cidade informal, e a cidade formal que a envolve não está nas pessoas, e sim na construção da territorialidade marcada pela forte desigualdade social brasileira.

Apesar de o termo favela trazer em si também um estigma relacionado aos moradores de baixa renda dessas localidades pobres (GONDIM, 1981,1982), em referência aos aglomerados de habitação sem infraestrutura urbana e decorrentes de invasões e ocupações ilegais de áreas particulares ou do Estado.

Como um estigma da urbanização desigual brasileira, o “problema das favelas”, apresenta-se suficientemente enraizado num imaginário social urbano brasileiro para se fazer presente nos momentos em que as tensões sociais se tornam mais evidentes pelo agravamento das condições de desigualdade. Como afirmam Zaluar e Alvito (2003, p.7), “falar de favela é falar da história do Brasil desde a virada do século passado [séc. XIX – séc. XX]”.

Essa história é marcada, inicialmente, pela incapacidade de absorver os enormes contingentes de escravos que, tornados legalmente cidadãos, não encontram condições de inserção que não aquelas marcadas pela subalternidade, o que se reproduz em diversas instancias da vida: na escolaridade, ou em sua ausência, nas condições de moradia, de trabalho, na visão negativa sobre suas práticas culturais e religiosas, mas fundamentalmente numa percepção desigual de suas possibilidades sociais. Essa ideologia tem no corpo e na casa, como afirma DaMatta (1997, p.199), o lugar de reorganização da hierarquia, numa sociedade culturalmente escravocrata que então instituía a igualdade formal. Numa perspectiva higienista a resposta brasileira à igualdade jurídica “foi especialmente fundada numa ênfase nos hábitos pessoais como os banhos, o asseio, o apuro da higiene, o modo de vestir e calçar.”

Nesse contexto, o estigma contra negros e mestiços encontra um lugar de naturalização, provendo de imagens associadas a doenças, sujeira e perigos a visão sobre essa população. Essas imagens são transplantadas para as favelas orientando as avaliações sobre esse lugar e os problemas urbanos a ele associados, ajudando a tornar coerente a ideia de remoção.

Além disto, o “problema favela” esconde da maioria, ou estas não querem perceber, que a condição de morador de favelas é fruto da falta de opções de moradia legal. Quando a cidade legal é negada a um gigantesco contingente de brasileiros, a solução se encontra em encostas de morros, áreas alagáveis, terrenos públicos. Deste quadro surgem as imagens associadas ao “lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido por sentimentos humanitários, **do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade**” (ZALUAR; ALVITO, 2003, p.8; grifos nossos).

Assim, tão logo o problema das favelas é descoberto pelas elites urbanas estas começam os movimentos de retirada das mesmas para as periferias dos grandes centros. A criação dos parques proletários no Rio de Janeiro na década de 1940, responde a essa lógica de preservação da “ordem”, além de abrir novas e rentáveis frentes para os investimentos imobiliários nas regiões ora liberadas (ver BURGOS, 2003, p.27)<sup>48</sup>.

A “descoberta” do fenômeno das favelas pelo poder público nos anos 1930, na opinião de Zaluar e Alvito (2003), parece se fundar na necessidade de extirpação de uma “aberração” (p.27), a qual por sua existência não se adequar aos padrões de civilidade pretendidos pelo discurso de progresso que ora se fazia sentir. O não-reconhecimento oficial se materializava na invisibilidade cartográfica das favelas, sua negação oficial parece se basear na ideia, se não pode existir, logo não existe. Assim definido que as favelas deveriam ter como destino sua remoção para longínquas periferias estas mudanças não se deram por iniciativa dos moradores (ZALUAR e ALVITO, p.27), diante análise do nascimento das políticas de remoção fica fácil depreender daí que as mesmas se davam sob forte viés excludente e autoritário.

O início do processo de remoção de favelas no Rio de Janeiro se deu ainda nos anos 1930. A ideia era conduzi-las para longe do centro urbano, ideia que se tornará comum como medida de “saneamento social” em todo o país. Tratados correntemente como “pré-cidadãos”, os moradores de favelas sempre estiveram sujeitos as ações da razão ordenadora, a lógica de que não detinham direitos civis (ZALUAR e ALVITO, 2003, p.28), talvez por serem tomados como alguma patologia civilizacional, próximo do sentido de anomia definido por Durkheim, estariam sujeitos às práticas remocionistas.

---

<sup>48</sup> Além disso atendiam tanto ao objetivo de “limpeza urbana”, com a retirada dos pobres indesejáveis do campo de visão das elites, quanto a uma política pedagógica, quando os removidos deveriam comprovar bons e antecedentes e se submeter a lições de moral (p.28).

A prática da remoção se conjugava a de confinamento. Nos parques proletários os favelados transferidos a força tinham sua vida vigiada pelo estado. No Ceará, com a grande seca ocorrida no ano de 1932 milhares de sertanejos se dirigiram para a cidade Fortaleza tentando fugir do flagelo (RIOS, 2001). Partes destes contingentes humanos eram barrados a caminho e mantidos em campos de concentração nos quais tinham sua liberdade cerceada. Tempo de autoritarismo social mais explícito, a iniciativa evitava que a “loura desposada do sol”, Fortaleza, tivesse suas ruas tomadas por miseráveis estragando a cena de cidade limpa e ordenada conseguida a partir das reformas urbanas de Adolfo Herbster em 1875 e do crescimento econômico do ciclo do algodão. A primeira metade do século vinte é marcada pelas continuas tentativas de disciplinamento e controle dos miseráveis, mendigos e dos mocambos onde viviam.

O controle da pobreza, tornado caso de segurança e saúde pública, se expressava em matérias de jornal que clamavam pelo resguardo da imagem da cidade, cujos visitantes, chamados pelo jornal de forasteiros, “hão de perguntar a si mesmos [os forasteiros] se não teremos recursos para obstar que a miséria saia à rua com seus trapos, a sua imundície à cata de esmolas” (JUCÁ, 2003, p.171). Esse movimento ocorre concomitante ao crescente fluxo migratório que, acentuado pelas secas, influencia a criação de novas favelas. Como registra Jucá (2003, p.48): “Apesar de pequenos, na década 1930, os bairros pobres se tornavam cada vez mais visíveis, sobretudo acompanhando ferrovias e, na zona oeste, próximo aos trilhos, foram sendo instaladas indústrias”.

Desde os primeiros momentos da cidade a pobreza precisou se instalar nas regiões menos valorizadas, ora junto ao mar, como do caso do Arraial Moura Brasil (ver figura 18) e Pirambu (JUCÁ 2003; DA SILVA, 1992), sujeitos a força das marés e o avanço das areias trazidas pelo vento. O Arraial Moura Brasil ainda precisava conviver com o despejo de detritos da cidade que eram lançados em um lixão conhecido como “rampa”.



**Figura 18:** Aspecto atual do Arraial Moura Brasil, espremido pela avenida Leste-Oeste a esquerda e pelo pátio ferroviário da Estação João Felipe no centro da Cidade. Parte da favela foi removida nos 1970 para a construção da avenida. O destino foram os conjuntos habitacionais na periferia de Fortaleza, conjunto Palmeiras em Messejana e o Marechal Rondon em Caucaia. (Foto: Raphael Bessa. Jornal O Povo, 17/01/2005)

No Mucuripe, área distante do centro da cidade a leste, na qual foi construído o novo porto, em substituição ao da Prainha - local onde se localizava o Poço das Dragas -, também se levantava um outro aglomerado em 1946, o Alto Alegre, onde imperavam as mais graves dificuldades de sobrevivência.

Nas primeiras décadas do século XX diversos segmentos da faixa litorânea que se estendia do Meireles até o Mucuripe foram ocupados por habitações de baixa renda. Esta prática se fundamentava no pouco interesse demonstrado pelas elites urbanas pelo litoral como local privilégio de moradia, e as casas nobres da cidade ainda se localizavam em bairros mais afastados da orla com Jacarecanga, Centro, Gentilândia e a partir dos anos 1940, a Aldeota<sup>49</sup>. A elite de Fortaleza ainda não havia “descoberto” o mar (LINHARES, 1992, DANTAS, 2002, SCHRAMM, 2002).

As regiões litorâneas ficaram relegadas durante muito tempo não só às moradias mais pobres da cidade, como a sua utilização se dava por trabalhadores braçais do porto, marinheiros,

<sup>49</sup> A Aldeota ao longo das décadas da segunda metade do século XX vai se consolidar como o principal bairro nobre de Fortaleza, se tornando a partir dos anos 1980 uma nova centralidade a partir da instalação de bancos, edifícios comerciais e *shoppings centers* (DA SILVA, 1992; BERNAL 2004).

pescadores e prostitutas. A oferta de trabalho para as classes populares e a possibilidade de morar perto dos mesmos se mostravam como grandes atrativos para a fixação destas pessoas. Assim, segunda Da Silva (1992):

A localização da “Zona de Meretrício” nas redondezas do porto, na antiga Praia Formosa e a ocupação das dunas que margeiam o litoral em direção norte/noroeste por favelados foram, sem dúvida, fatores que levaram durante algum tempo ao desinteresse dos fortalezenses pelo litoral, com a finalidade de aí se fixar (p.61).

A falta de interesse na ocupação das áreas litorâneas pelas elites até os anos 1930 se materializou como uma forma de concessão aos pobres para morarem nessas áreas desprovidas de qualquer sorte de urbanização, o que ocasionava grandes transtornos para as populações que nelas precisavam se instalar.

No Pirambu e no Meireles os moradores sofriam com os períodos de cheias das marés (sobretudo de outubro a janeiro), com a quadra chuvosa e, sobretudo com avanço das marés depois da construção do Porto do Mucuripe:

Na sua obra demolidora, arrebentando violentamente de encontro as paredes dos prédios abalados. Na praia Formosa... um grande amontoado de trastes carregados as pressas para os lugares mais elevados, por homens, mulheres e crianças em confusão (JUCÁ, 2003, p.49).

À medida que os interesses urbanísticos e imobiliários começam a se voltar para áreas litorâneas os bairros pobres e as favelas começam a ser pressionados pelo poder público e por grileiros a se afastar para áreas cada vez mais distantes. Como registra Jucá:

A praia do Meireles fora atingida pela ação da prefeitura que deveria retirar os casebres que se alongavam entre a praia de Iracema e o Mucuripe. Edificações condenadas pela prefeitura eram centenas de construções de barro e telha, a maioria sem piso, que manchavam a paisagem das residências modernas que iam sendo construídas. Os moradores pobres das praias de Iracema, do Meireles, da Volta da Jurema e do Mucuripe iam sendo pressionados a ocupar o espaço além do porto (1999, p.50 e 51).

A presença dos pobres passa a ser considerada incompatível com uma visão de uma cidade marcada por referenciais de progresso urbanístico. A convivência com as favelas se pauta, então, pela intolerância e os esforços em sanear socialmente a cidade. Em meados do século XX esses esforços continuam tão intensos quanto no período da virada do século XIX

para o século XX (a *Belle Époque* de influências haussmanianas). Um leitor do Jornal O Povo em 1949, em carta intitulada “favelas no litoral de fortaleza” preocupa-se com a ocupação desenfreada da orla marítima pelos pobres, sem preocupação nem com a estética nem com a ordem:

Estão sendo ali construídos casebres e mais casebres, em propriedades privadas, sem plano, sem licença, sem nenhuma norma legal (...) até casas edificadas no espaço reservado às ruas (...) outros com os fundos para frente (...) [criando o] (...) mais sério e insolúvel problema para a higiene e estética locais, com uma favela a mais e uma praia a menos. (apud. JUCÁ, 2003, p.50).

Como lembra Jucá, a preocupação presente na observação do leitor, não levou em conta que a área em questão era uma área de Marinha e não terras privadas (p.50). É importante registrar que a Marinha e a Secretaria de Patrimônio da União exerciam forte controle sobre o desenvolvimento de favelas à beira mar, impedindo a construção de imóveis de alvenaria, como no Poço da Draga, no qual a maioria dos casebres no início da ocupação eram feitos de madeira. É o que observa Luciano Gaspar em pesquisa junto aos moradores da área em 1970. O pesquisador verifica que 70% das edificações eram feitas desse material (GASPAR, 1970, p.12).

Apesar de inconveniente em relação ao calor nordestino, as edificações além de terem baixo custo de construção obedeciam ao desígnio legal, sendo marcadas pela precariedade e provisoriedade necessárias à iminente possibilidade de devolução das áreas ocupadas ao poder público.

Com o desenvolvimento da orla marítima de Fortaleza e sua ocupação por uma nova infra-estrutura, a condição de permanência dos casebres se torna cada vez mais difícil. São exemplos desse novo momento a construção da avenida Aquidabã e da estrada Fortaleza-Mucuripe (JUCÁ, 2003, p.51). Além disto, a situação de remoção premente oferecia combustível para inúmeros conflitos entre a população dessas áreas e o poder público. No Monte Castelo, em 1948, por exemplo, em uma área conhecida por “Rampa Velha” (devido a antiga rampa de despejo de lixo da cidade), os moradores confrontaram a ação de despejo da prefeitura e com a resistência conseguiram o direito de cobrir as casas e instalar luz elétrica (p.51).

Nesse ambiente as representações sobre a pobreza que ganhavam os jornais pareciam indicar, mesmo nos anos 1950, um extremo incômodo com a presença dos pobres junto aos espaços próximos ao mar recém enobrecidos:

Muitas células vivas da pobreza abandonada (...) casebres de palha e lata velha, tugúrios de tábuas de caixão, guaritas afundadas na lama, arranjos híbridos ou heterogêneos de madeira, lona e alvenaria, pendentes do alto das dunas (...) contrastam evidentemente com a convicta formosura dos bangalôs modernos e dos clubes da beira-mar (O Povo, 28 de março de 1955, apud. JUCÁ, 2003, p.53).

Embora a solução remocionista tenha sido alvo de fortalecimento com o advento dos governos militares que se sucederam a partir do golpe militar de 1964, quando da repressão às tentativas de organização de moradores em Associações para lutar por moradia, a cidade registra nessa década e na seguinte dois importantes embates. Ainda em 1962 Fortaleza assiste a uma grande mobilização contra a expulsão dos moradores do bairro do Pirambu, que ocupavam o litoral a oeste do centro da cidade, conseguindo impedir a remoção do bairro. Já 1978, em plena ditadura militar, os moradores da favela da José Bastos, não tiveram a mesma sorte, e apesar de forte mobilização dos moradores, políticos e da sociedade civil, a mesma foi removida para a construção de uma avenida (MATOS, 1998).

Os padrões de crescimento e desenvolvimento observados até os anos 1980 ainda parecem se identificar com alguns elementos do que Harvey (1992) chama de urbanização fordista, a cidade aspirando se industrializar, objetivo parcialmente conseguido com a atuação da SUDENE a partir dos anos 1960 (DA SILVA, 1992; GONDIM, 1999; BERNAL 2004) e com a idéia de planejamento estatal. Também a questão da moradia passou a deter uma atenção diferenciada por parte do poder público. Após o Golpe Militar de 1964, se acentuou o crescimento da presença da União na regulamentação da questão da moradia, e isso se deveu também ao fato da necessidade de repressão do risco ao regime representado pela organização popular em movimentos reivindicatórios contra o regime.

Com a criação do Banco Nacional de Habitação em 1964, a problemática da moradia foi integrada ao plano maior de desenvolvimento econômico articulado entre Estado e mercado imobiliário (DA SILVA, 1992) a necessidade de proporcionar habitação para as massas de trabalhadores urbanos forçou, a partir de 1970, a construção de grandes conjuntos habitacionais localizados nas periferias: Conjunto Prefeito José Walter, Conjunto Ceará, Conjunto Jereissati entre outros (GONDIM, 1999).

Ainda em 1970, com a construção da Avenida Leste-oeste, à oeste da Praia de Iracema ocorre a quase destruição do Arraial Moura Brasil, onde sua porção voltada para o mar foi tomada pela avenida. Restou apenas um pequeno aglomerado de casas ainda no lugar, a maioria dos moradores foram removidos para um conjunto habitacional na periferia construído pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, o Conjunto Palmeiras. É para lá também que será transferida parte dos moradores do Poço da Draga em meados dos anos 1970 quando se dá a instalação da Indústria Naval – INACE.

Este novo momento da política de moradia destinada aos mais pobres acentua a metropolização da cidade de Fortaleza no período, com o acelerado avanço em direção aos municípios de Maracanaú e Caucaia. Porém expunha a incapacidade quase absoluta de fornecer respostas à altura para demanda por moradia, como também revelava a disposição do estado planejador de manter as massas de trabalhadores segregada espacialmente na cidade. O preconceito e a hostilidade em relação aos “favelados” adquirem uma nova faceta com o advento dos conjuntos habitacionais, como afirmam Zaluar e Alvito:

A própria identidade coletiva dos excluídos, baseada na condição de favelado, parecia ter sido fragmentada pela presença de uma nova categoria de excluídos: o morador do conjunto habitacional. Nesse caso, entretanto, logo fica evidente que a condição de habitante de uma casa equipada com infra-estrutura oficial e cuja propriedade é formalmente reconhecida pelo poder público não basta para conferir um *status* diferenciado, ao menos no que se refere à sua cultura política (2003, p.38).

Aparentemente, a longa modernização urbana da cidade fundada nas ideias de industrialização e racionalização urbanística, presumia um razoável componente de consenso social. Aos pobres sujeitos aos efeitos tanto das ameaças de proprietários/grileiros quanto das ações do poder público, restava a conformação da sorte, afinal, quem seria contra o progresso, a ideia de cidadão de uma cidade que se tornava moderna a olhos vistos? A segregação espacial das classes trabalhadoras em favelas e longínquos conjuntos habitacionais e a crescente hostilidade aos moradores favelados seria o preço a ser pago, conforme afirma Bernal:

Assim, haveria uma tensão entre contar com componentes urbanos sofisticados, enquanto uma grande massa trabalhadora de baixo poder aquisitivo exige um processo de reprodução que seja barato. Isto seria conseguido através de uma segregação socioespacial muito acentuada, distinta daquela observada nos países centrais (2004, p.146).

Em grande medida as remoções como solução do problema das favelas se configuram como uma opção política, econômica e, acima de tudo ideológica. A favela surge como solução desesperada para a maioria das pessoas que não podem comprar, construir sua casa ou pagar alugueis diante do quadro de baixos salários e desemprego e subempregos que grassa a sociedade brasileira. A saída para muitos é a ocupação de áreas públicas e privadas onde se efetua a autoconstrução com os recursos à mão. A presença das favelas desvaloriza os imóveis do entorno, daí um dos principais argumentos das remoções, argumento tratado com discrição pela opinião pública.

Porém, existe a possibilidade da permanência da favela no seu local através da correção da precariedade que a define: infraestrutura urbana (água, luz, esgoto sanitário), legalização da ocupação. A população não precisaria, assim, ser transferida para regiões na maioria das vezes, muito distantes dos seus locais de trabalho, o que ocasionaria um alto custo de locomoção e tempo.

A alternativa da urbanização, caso haja vontade política ou uma conjuntura que permita a permanência, pode ser acompanhada pela participação da população na definição do projeto. Solução esta encontrada na experiência vivida pela favela carioca de Braz de Pina nos 1960 no Rio de Janeiro e narrada no trabalho de Dos Santos (1981) em uma pesquisa intitulada “Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro”. Naquela ocasião os moradores elaboraram junto a um grupo de trabalho o tipo de moradia que queriam, chegando ao modelo definitivo após processo de escolha a partir de propostas desenhadas pelos próprios moradores.

Nesta experiência se percebeu que apesar do pequeno terreno disponível para a construção das residências, os moradores insistiam em indicar a existência de varandas nas plantas que elaboravam. (DOS SANTOS, 1981, p.67), autor avalia este procedimento como uma forma de reduzir a distância social que os separavam das classes mais favorecidas, haja vista a varanda ser um item quase obrigatório na casa dos ricos. A opção por uma minúscula varanda nas residências de 47 metros quadrados fındou sendo aceita. Este episódio parece corroborar a ideia da necessidade de superação do grande estigma do favelado. A opção pela adoção da varanda nas casas urbanizadas de Brás de Pina cumpriria esta função de mecanismo simbólico de redução da exclusão e do preconceito.

Atualmente, após advento da globalização e a emergente valorização da imagem da cidade (*image making*) como indutora da condição de concorrência por visitantes e investimentos frente a outras metrópoles, vai trazer a luz novas conotações do velho problema “o que fazer com as favelas e seus moradores?”. Esta questão é colocada a partir de novos princípios de acumulação capitalista e novas bases do planejamento urbano voltados para

projetos pontuais de requalificação de áreas degradadas e antigas centralidades, muitas delas ao longo de antigas áreas portuárias e a beira de rios, como nos casos do Bairro do Recife (LEITE, 2004, ZANCHETTI 2004a, 2004b) e da revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (SCOGGULIA, 2003).

Assim, a partir das últimas décadas do século XX, com os novos imperativos do planejamento estratégico voltados para a concorrência entre metrópoles, o velho problema da negação da permanência dos pobres toma a forma de processos de enobrecimento, de exclusão física (remoções), financeiras (o custo da utilização dos novos espaços) ou simbólicas (a desestímulo a frequência pela falta de domínio de códigos sociais dos grupos elitizados).

As remoções vão, a partir de então, ocorrer não apenas sob a justificativa ideológica da melhoria urbana em si, mas também como forma da cidade participar dos fluxos internacionais de negócios, visitantes e capitais. Com o encolhimento do Estado e a consequente limitação dos investimentos públicos frente à ascensão da doutrina neoliberal, a entrada de investimentos privados e preferencialmente externos para aplicação nas reformas urbanas são cada vez mais visadas pelos governos como solução para os déficits de modernização na cidade.

A “operação urbana” (FRÚGOLI JR. 2000; FIX, 2001) se apresenta com uma das formas por excelência de intervenção urbana na pós-modernidade. Dá-se a partir da formação de consórcios de investidores dispostos a construir condomínios, shoppings e outros equipamentos de alto valor e o compromisso de atração de novos ocupantes de alto padrão financeiro para estes novos imóveis para reabilitar áreas degradadas e torná-las pólos de negócios. Ao poder público cabe criar as condições de infra-estrutura para que os novos investimentos possam ganhar corpo. Neste esforço, também cabe ao poder público a alteração de qualquer legislação que represente obstáculos aos projetos, como também a destinação dos antigos moradores.

No caso de São Paulo, a “Operação Urbana Faria Lima”: “não se tratava apenas da abertura de uma avenida, mas da transformação de uma área da cidade para adaptá-la às exigências do setor ‘terciário de alto padrão’, configurando o ‘novo centro’ de São Paulo” (FIX, p.29). Também a construção da via expressa onde se localizava a favela de Águas Espraiadas em São Paulo vai se alimentar da justificativa da inclusão na concorrência global para remover milhares de favelados de forma violenta para a periferia da cidade. Estas operações se dão a partir da construção de mecanismos de consensos que dificultam a manifestação de resistências à materialização dos projetos.

### 3.3 Atualidade do Problema Favela em Fortaleza

A questão das favelas, ou seja, da dificuldade de acesso à moradia digna para as classes menos favorecidas, apresenta-se como um problema democraticamente distribuído pelas metrópoles brasileiras. O processo de modernização econômica vivida pela metrópole de Fortaleza e pelo estado do Ceará a partir de meados dos anos 1980 até 2002<sup>50</sup>, pautada pela flexibilização produtiva e adequação ao neoliberalismo, acarretou implicações sobre sua estratificação social, agravando o quadro de concentração de renda, apesar das sucessivas marcas positivas de crescimento do Produto Interno Bruto-PIB nos anos 1985 a 1990 e 1990 a 1995, superando inclusive a média nacional: “quando registrou índices de 20,71% e 19,94%, enquanto no mesmo período o PIB nordestino obteve uma taxa de 13,79% e 11,75% e o PIB nacional registrou aumentos de 11,01% e 14,73%, respectivamente”<sup>51</sup>

No caso de Fortaleza alguns dados são esclarecedores do problema do crescimento das favelas e da negação do direito a cidade. Em 2004, segundo o IBGE, a cidade tinha 31% de sua população vivendo em favelas, o que equivalia a 700 mil pessoas, do total de 2,1 milhões de habitantes<sup>52</sup>. O processo de favelização tem se acentuado nas duas últimas décadas, como demonstra a tabela 5:

**Tabela 5:** Número de favelas em Fortaleza.

| Ano  | Número de favelas em Fortaleza |
|------|--------------------------------|
| 1985 | 234                            |
| 1991 | 313                            |
| 2004 | 621                            |

**Fonte:** Jornal O Povo, 14/02/04.

Ainda segundo dados do IBGE, Fortaleza é a terceira cidade brasileira em número de favelas, com 157 núcleos<sup>53</sup>, e a segunda em número de moradores vivendo em favelas, como demonstra a tabela 6.

<sup>50</sup> Período que compreende o primeiro e o segundo governos de Tasso Jereissati e o de Ciro Gomes.

<sup>51</sup> Jornal Diário do Nordeste, 22/10/2000, <http://diariodonordeste.globo.com/2000/10/22/020016.htm>

<sup>52</sup> Jornal O Povo, 14/02/04

<sup>53</sup> O IBGE e a Federação de Bairros e Favelas utilizam metodologias diferenciadas, o primeiro só considera como favelas núcleos que apresentem mais de 50 unidades habitacionais, a segunda considera a existência de uma favela a partir de 10 unidades habitacionais.

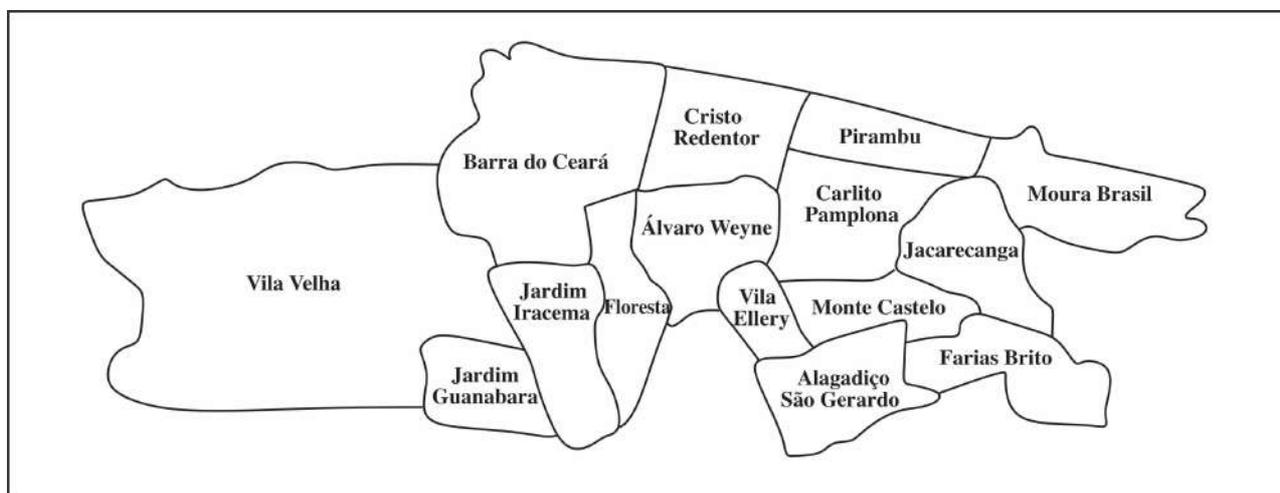
**Tabela 6:** Principais capitais brasileiras em número de favelas

| Cidade         | Número de favelas | População morando em Favelas % |
|----------------|-------------------|--------------------------------|
| São Paulo      | 612               | 22%                            |
| Rio de Janeiro | 513               | 20%                            |
| Fortaleza      | 157               | 31%                            |

Fonte: Jornal O Povo, 14/02/04.

A capital cearense hoje está dividida em seis regiões administrativas, as Secretarias Executivas Regionais – SER. Os dados dessas regionais são indicativos da concentração de renda e da exclusão que marcam a constituição dos núcleos favelados na cidade. Para os fins desse trabalho, os números de duas dessas regionais - a SER I, a mais pobre das regionais e a SER II a mais rica das regiões administrativas e sede do Poço da Draga - são significativos, na medida em que explicitam os caminhos através dos quais se define o acesso desigual à cidade e a seus recursos e equipamentos.

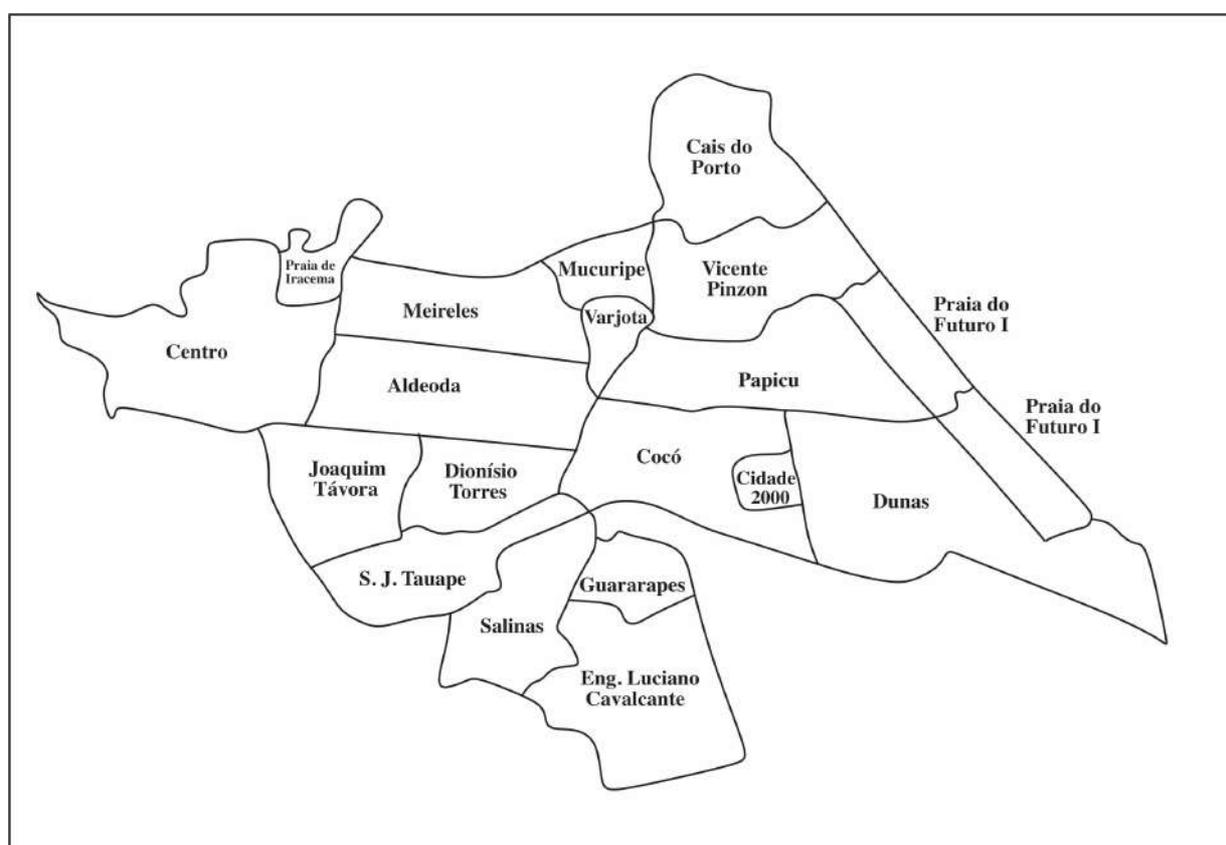
A SER I, está localizada na Costa Oeste, onde se concentram os primeiros e históricos núcleos favelados da cidade como o Pirambu e o Arraial Moura Brasil (ver figura 19).



**Figura 19:** Mapa apresentando os bairros sob administração da Secretaria Regional I – SER I, região oeste da cidade, que além de ter abrigado as primeiras favelas da cidade também foi o primeiro núcleo industrial da cidade. A SER I é contígua a SER II onde se encontra o Centro Dragão do Mar e a Favela do Poço da Draga. (Fonte: [www.fortaleza.ce.gov.br](http://www.fortaleza.ce.gov.br))

Esta SER possui 15 bairros, 363 mil habitantes, 38 favelas e 19 áreas de risco. Nessa região há 793 unidades com apenas um cômodo. É uma das regiões mais pobres da cidade, segundo dados do estudo “Política Habitacional de Interesse Social do Município de Fortaleza”, elaborado em julho de 2003 pelo CETREDE<sup>54</sup>. A renda média mensal dos chefes de família é de 3,49 salários mínimos, enquanto a média do município é de 5,61 salários mínimos.

Já a Secretaria Executiva Regional II possui uma população de 311.842, 20 bairros e 16 áreas de risco. Em oposição à regional I, é esta a mais rica região da cidade, possuindo o metro quadrado mais valorizado do município (ver figura 20).



**Figura 20:** Mapa apresentando os bairros sob administração da Secretaria Regional II – SER II. Tem a maior parte dos seus bairros localizados a leste do centro. Região da cidade de maior poder aquisitivo na qual se encontra a Praia de Iracema. (Fonte: [www.fortaleza.ce.gov.br](http://www.fortaleza.ce.gov.br))

<sup>54</sup> Dados divulgados pelo Jornal O Povo. FONTE: SCALIOTTI, Oswaldo. Mirante Fortaleza Regional I: problemas e potenciais. Jornal O Povo, 22/08/2004, Política, p.22).

A tabela abaixo exhibe dados sobre a arrecadação por regional que demonstram as diferenças entre as diversas regionais.

**Tabela 7:** Arrecadação do IPTU por Região Executiva Administrativa

| Regional | Percentual de arrecadação |
|----------|---------------------------|
| SER 1    | 4,87                      |
| SER 2    | 61,19                     |
| SER 3    | 5,98                      |
| SER 4    | 9,97                      |
| SER 5    | 2,8                       |
| SER 6    | 15,19                     |

**Fonte:** Secretaria de Finanças do Município. Apud. BORNEL, Claude; FERRAZ, Arthur. A regional que cresce. *O Povo*, Fortaleza, 08 ago. 2004. Dossiê do Cidadão, p.6

Segundo o Ministério das Cidades, a maioria das residências, 60%, esta localizada irregularmente em áreas do poder público: municipal, estadual ou federal. E 192,8 mil pessoas não tem esgotamento sanitário, 67,4 mil não tem abastecimento de água, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará - IPECE de 2000, e destas, 58% das famílias vivem com menos de dois salários mínimos<sup>55</sup>. A tabela abaixo apresenta o crescimento das áreas de risco da cidade nos últimos dez anos.

**Tabela 8:** Crescimento das áreas de risco em Fortaleza

| Ano   | Número de áreas de Risco | Número de famílias | Número de pessoas |
|-------|--------------------------|--------------------|-------------------|
| 1994  | 34                       | 3937               | 16535             |
| 1995  | 63                       | 5231               | 21971             |
| 1996  | 69                       | 6217               | 31085             |
| 1997  | 61                       | 5453               | 27265             |
| 1998  | 64                       | 9556               | 47780             |
| 1999* | 45                       | 4287               | 21435             |
| 2000  | 47                       | 4938               | 24690             |
| 2001  | 52                       | 7239               | 36195             |
| 2002  | 69                       | 11546              | 48498             |
| 2003  | 82                       | 12375              | 51975             |
| 2004  | 92                       | 17078              | 71728             |
| 2005  | 94                       | 20580              | 85898             |

\*mudança na metodologia usada pela defesa civil.

**Fonte:** Defesa Civil. Apud. CRONEMBERGER, Daniela. Casas de menos, favelas demais. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 23 dez. 2004. Política.

<sup>55</sup> “A capital da exclusão”. *Jornal O povo*, Fortaleza, 01/11/2004.

A dinâmica da urbanização excludente no Brasil se mostra, portanto, com muita vitalidade em continuar reproduzindo um modelo de segregação sócio-espacial que culmina por definir traços fundamentais de uma sociabilidade assimétrica, entre os lugares de pobreza e a cidade que aspira se desenvolver.

## CAPÍTULO 4

### “A CIDADE DE FORTALEZA NASCEU AQUI”: O POÇO DA DRAGA E A CIDADE

#### 4.1 Mapas Imaginários e a Pesquisa no Espaço Urbano

A grande cidade surge para a maioria das pessoas como amálgama de referências, estímulos, formas e detalhes. O ato prosaico de cruzar a pé a metrópole pode sugerir ao passante uma vasta gama de sensações, podendo, instantaneamente e sem o conhecimento do mesmo colocar em funcionamento um complexo mecanismo pessoal de identificação e localização, no que poderia em primeiro instante aparentemente só sugerir o caleidoscópio de impressões sobre o meio.

A necessidade do estranhamento impõe que se olhe como se fosse pela primeira vez para a cidade e os fenômenos urbanos que nela se desenvolvem. O pesquisador que desenvolve trabalho de campo com populações urbanas vive a peculiar situação de alguém que se encontra suspenso entre dois mundos (ORTIZ, 1997, p.26). A viagem, nesta metáfora do ato da pesquisa urbana, pressupõe uma iniciação a um universo de subjetividades estranhas. Em particular, no Poço da Draga, o que significa a experiência de ameaça, ou mais prosaicamente, como são construídas as referências da vida comum, do dia a dia de pessoas com contatos familiares, afetivos e espaciais tão intensos? Como se articulam as representações da mudança nas suas narrativas?

Para Ortiz, o “viajante é um intermediário, ele coloca em comunicação lugares que se encontram separados pela distância e pelos hábitos culturais”. (1997, p.26). Na metrópole o “dentro” e o “fora” nem sempre se apresentam tão distantes, afinal, ambos são produtos de uma única força de transformação, a modernidade. Porém a escala e a produção de nuances é tão acentuada que a “viagem” ao super-conhecido se torna um ato de descobrimento.

Nesse exercício o pesquisador pode se sentir “perdido” entre uma gama de referências, sentidos e símbolos - a maioria deles compondo cenários cotidianos que ao longo da vida se tornam “opacos”, despertando pouco interesse pelo seu aspecto extremamente comum. Sob uma outra perspectiva ganham nova dimensão, põem em relevo áreas e sentidos antes não pensados para perceber a vida que se organiza por trás da opacidade cotidiana. Neste momento o trabalho do pesquisador em campo é o de descrever e buscar associações entre mundos sociais

vizinhos e associados, analisando as camadas do super-conhecido depositadas sobre a realidade para ampliar as cartografias subjetivas que compõem essa mesma realidade.

Lynch (1997) ao observar uma condição fundamental na integração espacial dos indivíduos nas cidades, a de orientação – esta, dependente da clareza do meio ambiente circundante à percepção dos passantes –, afirma:

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata, quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações orientar a ação (1997, p.4-5).

Além das formas visíveis, componentes dos quebra-cabeças urbanos e dos seus espaços, outras peças se articulam no âmbito do imaginário para cimentar a localização e a construção do espaço de convivência comum, cotidiano e familiar dos indivíduos na cidade: a memória, as relações sociais cotidianas e políticas. A cidade se desdobra em citações sobre si, onipresente, demarcando horizontes de sensibilidade; o visitante atento bem pode senti-lo pelo olhar, como o visitante de Tamara, citado por Ítalo Calvino:

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes (1999, p.18).

Marco Pólo em suas viagens, das quais nos fala Calvino (1999), tal como o antropólogo, parece ter se investido do estranhamento necessário para ter acesso ao jogo de significados do espaço e das mensagens urbanas, com uma objetividade que os cidadãos podem ter dificuldade de ter, por estarem mergulhados nesta mesma realidade. A prescrição de Canevacci (1997, p.31): "Olhar *obliquamente* o super-conhecido", remete ao difícil esforço de estranhamento necessário à análise de nosso próprio meio, para a elaboração de mapas que não os inconscientes, produzidos a partir das vivências cotidianas, condição para realizar uma investigação interpretativa em culturas modernas (GERTZ, 1989; DAMATTA, 1997).

Da questão de como os cidadãos se orientam e estabelecem relações com o lugar, e, portanto, como se estabelecem os mapas imaginários que cada um carrega (as práticas que conformam os discursos correntes sobre a cidade), se desdobra a pergunta de como articular na sociologia urbana um *corpus* alternativo sobre a definição do espaço da metrópole. Esta representada enquanto discurso subjetivo e sujeito as vicissitudes das posições a partir das quais se originam os enunciados, marcados por diferentes tensionamentos políticos. Para Guattari (1992) a subjetividade torna possível que os indivíduos e grupos possam se apresentar como “território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (p.19).

Dá-se então a possibilidade da articulação de interpretações a partir de um outro recorte metodológico do objeto cidade, não mais como um dado imóvel fruto do determinismo econômico, antes, como forma mutante, caleidoscópica, fundada numa cartografia "feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele [o grupo social] se posiciona em relação aos seus afetos" (idem, 1992, p.22). A cidade e seus lugares podem ser narrados além dos aspectos geográficos, das delimitações físicas como fatos em si, mas antes como demarcações cognitivas constituídos pelas experiências pessoais e coletivas.

Desta forma, a produção de saberes que definem o espaço ao mesmo tempo é construída por ele. As "práticas urbanas" estruturadas pelas narrativas (recentes e antigas), na modernidade das grandes cidades, formam um dos objetos ao qual se dedica De Certeau (1999). Este discute a possibilidade de formação de mapas urbanos subjetivos. “O como” estes podem ser elaborados a partir de pequenas coisas como hábitos cotidianos, relações de vizinhança, usos da cidade como as caminhadas, compras etc. Ações estas articuladas simbolicamente através das narrativas de quem as pratica. Elementos corriqueiros que, elevados à posição de instrumentos válidos na constituição do discurso sociológico, ganham força também através de autores como Augé (2001), Canevacci (1997), Magnani (1998, 2002) posições que apontam para os fundamentos antropológicos da formação do espaço urbano e sua apreensão como tal.

Somando as referências antropológicas da experiência da cidade com as definições do espaço e do tempo urbano no projeto da modernidade, e as macro-narrativas que engendra (discurso urbanista, desenvolvimento econômico, exclusão social, etc.), é possível se aprofundar ainda mais no questionamento e como são produzidos os lugares e os espaços na *urbe* e suas possibilidades de representação cartográficas.

A compressão espaço-temporal da modernidade parece remeter a um "esvaziamento do tempo" da condição de "coordenação temporal através do espaço" pela re-conceituação do

lugar, redefinido pelas influências que passam a vir de muito longe (GIDDENS, 1991). Passa a se fazer sentir um enfraquecimento da cadeia de relacionamentos estritamente locais definidos pela presença, num sistema de coincidência espaço-temporal - marca segundo Giddens, das sociedades pré-modernas. Dessa maneira:

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros 'ausentes', localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face-face (...) o lugar torna-se cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são complementemente penetrados e moldados em termos de influências bem distantes deles (GIDDENS, p.27).

Investigar as negociações de sentido de tempo e espaço constituídas por um grupo social em face às transformações do urbano e do local permite acessar o “outro lado da moeda” das conseqüências do projeto de modernidade na metrópole contemporânea. Uma face pessoal, que na elaboração de seu cotidiano cose um tecido imagético próprio de todo um conjunto ambiental (material e simbólico) ao seu redor, se reproduzindo sob forma de *locus* de cultura e identidades: recomposição "em sua singularidade individual e coletiva" (GUATTARI, 1992, p.170).

Sob o enfoque da experiência vital, a grande cidade oferece através do seu mundo simbólico e imaginário pontos de identidade e coesão do grupo, conflitantes e contraditórios na maioria das vezes, ainda assim suficientes para respaldar a paixão sentida pelos que nela habitam e exercer, também, atração, fascínio ou repulsa sobre os que acabam de chegar.

Assim, a metrópole pode abrigar tanto a experiência singular, individual, quanto a coletiva e possibilitar, através de processos políticos de consensos e dissensos, o trânsito entre estas duas dimensões. O *continuum* entre o lugar de pertença e a cidade (e o espaço que ela engendra) produz uma polifonia de imagens que condicionam a subjetividade de seus cidadãos:

Quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação (GUATTARI, 1992, p.157-158).

Desta forma, a partir da perspectiva da pertença pode-se entender que de uma leitura em escala mínima dos hábitos (do que se diz sobre a cidade, das suas imagens, do pensar e perder-se em devaneios, a percepção do tencionado flerte cotidiano entre seus habitantes e a luta para ganhar a vida) pode suscitar uma série de maneiras de significar esse espaço que responde por tantas complexidades simultâneas - como afirma Augé, trata-se da constituição mesmo do lugar antropológico:

Se nos detivermos, por um instante, na definição de lugar antropológico, constataremos que ele é, antes de mais nada, **geométrico** (...) trata-se da linha, da interseção das linhas e do ponto de interseção. Concretamente, na geografia que nos é cotidianamente mais familiar, poder-se-ia falar, por um lado, em itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar ao outro e foram traçados pelos homens e, por outro lado, em cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem (...) quanto aos itinerários, passam por um certo número de fronteiras e limites cujo funcionamento, sabe-se muito bem, não é autônomo e implica, por exemplo, certas noções econômicas e rituais (2001, p.55-56, grifos nossos).

O espaço da comunidade, da vizinhança, dos deslocamentos para o trabalho - como exemplo da narratividade cartográfica - podem ser significados a partir dos relatos, das práticas do lugar por seus habitantes:

Todo relato é um relato de viagem - uma prática do espaço (...) essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um 'suplemento' aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (DE CERTEAU, 1999, p.202).

Sob esta perspectiva, enquanto especificidade da *urbe*, o bairro pode ser definido como,

uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário do espaço público até exercer aí uma apropriação. A trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural (MAYOL, 1997, p. 42).

Assim, para Mayol, desta atmosfera gerada pelo entrelaçamento das mais diversas práticas cotidianas, surge o espaço urbano, não só como objeto de conhecimento, mas sob a forma do “lugar de um reconhecimento” (1997, p.45), de micro ações e interação, emocionalmente relevantes, capazes de auxiliarem na tecitura de cartas de navegação imaginárias, e não só geográficas, nos quais desejos e limites apontem para as possibilidades de identidades partilhadas.

Estes mapas imaginários se apresentam como “portolanos”<sup>56</sup> contemporâneos das navegações urbanas e diárias, preenchidos de gravuras que expressam a sintomatologia subjetiva de cada lugar, para os que lá já estavam e para os que vieram de longe. A cidade, assim definida por mapas imaginários prontos para articular as metáforas dos lugares, põe-se a re-combinar incessantemente a subjetividade de quem a pratica.

O espaço surge assim polissêmico e, se por um lado pode trazer a marca de processos macro-estruturais que pretendem controlá-lo, a partir de enclaves permanentes de poder, por outro, por se mostrar sujeito às recriações das práticas de enunciados de que fala De Certeau (1999), podem apresentar as possibilidades de recriação dos usos, oriundas da tensão entre a pretensão de mudanças do discurso de poder e as “respostas vernaculares” (ZUKIN, 2000) associadas à mobilização política dos *outsiders* (ELIAS, 2000).

---

<sup>56</sup> Mapas medievais que construíam a localização a partir das impressões e emoções, transformadas em gravuras e imagens, de quem experimentava o caminho.

## 4.2 O Poço da Draga: A Formação e as Ameaças Constantes

Para entender como se apresenta essa polissemia nas relações entre o Poço da Draga e a cidade é preciso compreender como se articulam as dimensões estruturais e vernaculares, o que remete à própria formação da favela. Uma melhor forma de visualizar estas articulações se dá através da constituição de uma “linha do tempo”, como a apresentada abaixo, na qual os principais eventos que condicionaram as relações entre o lugar e as pessoas possam ser identificados:

### LINHA DO TEMPO DO POÇO DA DRAGA

- 1910 (aproximadamente)** – Início do povoamento do núcleo que se tornará o Poço da Draga
- 1947** – Início do funcionamento do Porto do Mucuripe. Fim das atividades portuárias que empregavam muito dos moradores.
- 1963** – Aprovação do “Plano Diretor de Fortaleza”, de autoria do arquiteto Hélio Modesto. Aprovado pela Lei nº. 2128 de 20 de março de 1963. Previa o aterramento e construção no Poço da Draga de um parque e locais de concentração pública (feiras, exposições, congressos etc.) (SEINFRA, 2002, p.10).
- 1970** – Preparativos para a remoção do Poço da Draga em função da execução do Plano Diretor.
- 1975** – Instalação da INACE no antigo poço das dragas, parte dos moradores são obrigados a se mudarem para a área atual, mais distante da praia, outros são transferidos para o Conjunto Palmeiras. Dissolução da Colônia de pescadores Z-18 no Poço da Draga.
- 1979** – Aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo nº. 5122-A que previa a verticalização da Av. Beira Mar, o que resultou na construção de condomínios e hotéis de luxo. Lançou as bases para a valorização imobiliária da Praia de Iracema e a expulsão de parte dos antigos moradores deste bairro (SCHRAMM, 2001).
- 1980** – O Poço da Draga foi selecionado para participar do PROMORAR, programa de erradicação de favelas e construção de conjuntos habitacionais do governo Federal. Foi considerada área de risco e classificada em quarto lugar em prioridade de remoção entre as favelas da cidade (OLIVEIRA, 2002, p.49).
- 1984** – Criação da Associação dos Moradores do Poço da Draga – AMPODRA, no contexto de ampliação dos movimentos sociais em Fortaleza.
- 1995** – Nova ameaça de remoção, anúncio da Operação Consorciada da Praia de Iracema pela Prefeitura Municipal para revitalização da área compreendida entre o hotel Marina Park (dos mesmos proprietários da INACE e o bar Pirata) na gestão de Antonio Cambraia (1993-1996). A proposta motiva o CDPDH a mover uma Ação de Interdito Proibitório com pedido de liminar contra a execução do projeto.

- 1996** – Diante da reação da comunidade a Prefeitura recua da idéia de remoção e oferece a proposta de urbanização com a permanência da comunidade em condomínio de bom padrão. A proposta é aceita e a Ação de Interdito Proibitório suspensa.
- 1997** – A Prefeitura Municipal de Fortaleza, gestão de Juraci Magalhães, cancela o projeto da gestão anterior e anuncia a transferência da comunidade para um terreno próximo, a “chácara das flores”, para a construção da “via expressa”. A comunidade, ainda com a assessoria do CDPDH, retoma a Ação de Interdito Proibitório suspensa e impede o desenvolvimento da proposta.
- 1999** – Inauguração do CDMAC pelo Governo do Estado, durante a terceira gestão de Tasso Jereissati (1999-2002).
- 2000** – No final da gestão Juraci Magalhães (o prefeito seria reeleito), a Prefeitura realiza obras de pavimentação e drenagem em parte do Poço da Draga, reduzindo os efeitos dos alagamentos.
- 2001** – Anúncio do CMEFC pelo Governo do Estado. O Governo propõem a “troca” da área do Poço da Draga por uma outra de escolha da comunidade dentro da Praia de Iracema e a construção de um condomínio para as famílias. A comunidade aceita a proposta.

As mudanças na comunidade do Poço da Draga ao longo do tempo refletem as transformações urbanísticas da cidade e das experiências dos moradores. A trajetória de desenvolvimento da cidade de Fortaleza, suas reconfigurações econômicas e suas necessidades de expansão espacial, irão definir aspectos fundamentais da estrutura social do Poço da Draga: as formas como os membros desta comunidade tecem sociabilidades internas, relações de solidariedade, vizinhança, parentesco e conflitos, assim como se relacionam e simbolizam suas posições frente aos diferentes interesses urbanísticos.

O ano de 1875 é marcado pela primeira tentativa de dotar Fortaleza de um porto, na porção inicial da Praia de Iracema, espaço chamado à época de Prainha, na vizinhança do atual Poço da Draga. O projeto foi uma iniciativa do engenheiro inglês Sir John Hawkshaw e, segundo Girão, fracassou porque, “a impetuosidade dos verdes mares e volubilidade dos ventos e das areias inutilizaram por completo o desafio de Hawkshaw, afinal reduzido a mero paredão sem utilidade, batido impetuosamente pelas vagas furiosas” (1979, p.213).

Esse “paredão sem utilidade” formou uma piscina, um “poço” de águas tranquilas que viria servir para o ancoradouro das jangadas dos pescadores que moravam nas proximidades. Serviria, também, de abrigo para as dragas que trabalhariam no futuro porto, a Ponte Metálica, projetada pelo Eng. Domingos Sérgio de Sabóia e Silva e inaugurada em 26 de maio de 1906 (ver figura 18), que viria a substituir o primeiro projeto fracassado de Sir Hawkshaw.

Atualmente a Ponte Metálica (Viaduto Moreira da Rocha) se encontra em ruínas (ver figura 21 e 22).



**Figura 21:** Ponte Metálica em 1906. Ao fundo a esquerda vê-se um coqueiral, à direita o Prédio da Alfândega (Fonte: Arquivo Nirez).



**Figura 22:** Ponte metálica atualmente. Degradada e com risco de desabamento é bastante freqüentada por pescadores. Na imagem se percebe as marcas dos trilhos da antiga ferrovia (Foto: Vancarder Sousa).

Condenada pelos técnicos da prefeitura, é freqüentada por pescadores amadores e visitantes interessados em observar o pôr-do-sol.

Já antecipando uma parte da discussão das mudanças nos usos e sentidos dos lugares no entorno do Poço da Draga, a Ponte Metálica é referenciada com carinho pelos moradores do Poço da Draga em relação ao passado, no presente. Apesar de surgir nas narrativas como um ponto de fundação imagética da comunidade ela apresenta aspectos que desagradam à maioria. Devido ao abandono e a pouca iluminação dos arredores ao entardecer e, sobretudo à noite, também pode ser um local de freqüência suspeita, quando marginais podem cometer assaltos aos incautos visitantes que se aventuram por ali. Como afirma um morador:

Outro ponto da comunidade que eu não gosto muito é a nossa ponte velha, a Ponte dos Ingleses [Ponte Metálica] que hoje em dia está virando um ponto de pessoas que vendem drogas, que anda mesmo o povo da droga. Porque antigamente tínhamos a Ponte Metálica [Ponte dos Ingleses] que hoje está reformada, aonde acontecia muitos casos como esses, de se rolar uma droguinha escodidinha, debaixo dos panos, mas acontecia. E isso depois que a Ponte dos Ingleses foi reformada virou realmente um ponto turístico muito forte dentro de Fortaleza para história de Fortaleza, para o turismo de Fortaleza. A Ponte dos Ingleses hoje abarcou e praticamente abraçou todos os pontozinhos [de venda de drogas] que vieram da Ponte Metálica [Ponte dos Ingleses] para cá. Então, isso é um dos pontos que eu não gosto. A gente andava antigamente quando era nosso, hoje em dia não gosto mais de andar. É um caso que está trazendo justamente esse problema maior dentro da nossa comunidade, que é o problema da prostituição, que é o problema das drogas que estão começando a rolar por ali (Entrevista concedida em 01/11/03).

Enquanto a outra ponte, vizinha, a dos Ingleses (construída em 1923) foi reformada em 1994 pelo Governo do Estado, também contribuindo para a “revitalização” da Praia de Iracema (ver figuras 23 e 24).

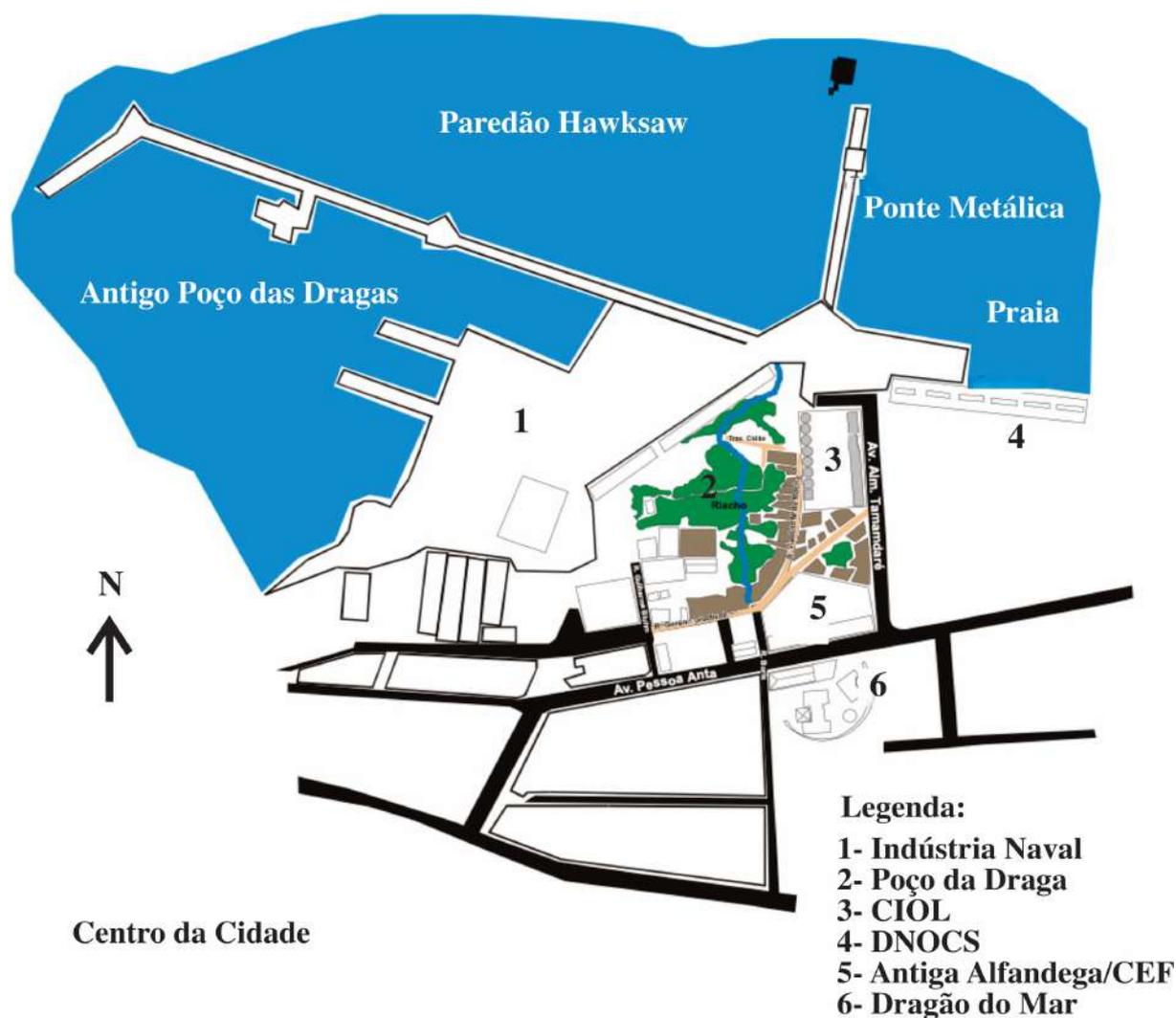


**Figura 23:** Ponte dos Ingleses antes da reforma de 1994 (Fonte: <http://www.cearaexplorer.com.br>).



**Figura 24:** Ponte dos Ingleses atualmente. Ao fundo vê-se a Ponte Metálica em ruínas (Foto: Chacon).

No período da inauguração do Viaduto Moreira da Rocha, nome oficial da Ponte Metálica (ver localização na figura 25), segundo o recenseamento geral de 1872, Fortaleza contava 26.943 moradores (apud. GIRÃO, 1979, p.165). A Prainha, bem como a Paia do Peixe (antigo nome da Praia de Iracema) eram marcadas por extenso areal, repleto de coqueiros.



**Figura 25:** Localização das principais referências espaciais no entorno do Poço da Draga.

Anteriormente às construções portuárias, datadas do final do século XIX e início do século XX, já existiam pescadores instalados nos arredores. Esse primeiro núcleo de pescadores pode ser considerado como o precursor do atual Poço da Draga. Girão, a partir da leitura do mapa do município elaborado em 1856 pelo Padre Manuel do Rego Medeiros, afirma que neste mapa já se pode observar “na praia, algumas construções que formariam as ruas do Chafariz (José Avelino) e da Alfândega (Dragão do Mar)” (1979, p.79).

A Ponte Metálica passou a ser o marco ao Norte do território onde se encontra hoje a comunidade do Poço da Draga, e funcionou como ancoradouro de barcas que faziam a ligação com os navios fundeados ao largo na Praia do Peixe. As condições portuárias eram limitadas

pelas condições adversas de ventos e marés e pela pouca profundidade do mar naquela área. Além de tudo, o baixo calado impedia a aproximação dos navios, que eram obrigados a ficar ancorados ao largo do Porto, e executar as operações de carga e descarga através de botes de madeira. Tipo de operação muito arriscada que ocasionava acidentes freqüentes com a queda de passageiros e cargas ao mar (ver figuras 26 e 27). Essa situação motivou Girão a designá-la como uma “tragédia portuária”, pois que já na década de 1930 obrigava o poder público o desenvolvimento do projeto de um novo porto, na enseada do Mucuripe, que passou a funcionar a partir de 1947.

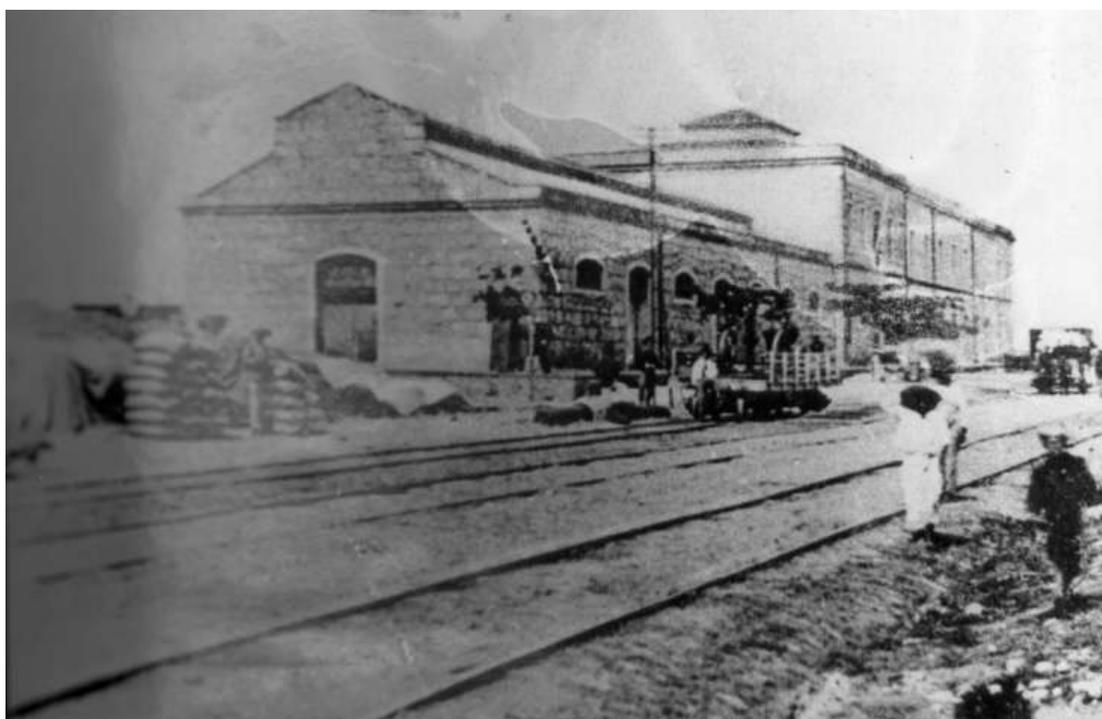
O núcleo portuário da Prainha teve grande movimentação com a exportação de algodão, cera de carnaúba e couros nas últimas décadas do século XIX. Esta movimentação exigiu a construção da Alfândega, inaugurada em 1891, um edifício que se encontra até hoje no limite Sul do Poço da Draga. No rastro das transformações advindas da instalação do porto também surgiram: a linha férrea que trazia cargas da Estação Central (1879); a linha de bonde que ligava o Centro à Alfândega (1880) (ver figura 28); e os armazéns e as sedes de casas comerciais.



**Figura 26:** Movimentação de passageiros na Ponte Metálica. (Fonte: MIS, s/d).



**Figura 27:** Aspecto da precária operação de carga e descarga dos botes e lanchas que faziam a ligação com os navios fundeados ao largo do Porto em 1933. Ao fundo pode se perceber uma faixa de areia de praia que desapareceu posteriormente com o avanço das águas provocado pela construção do Porto do Mucuripe nos anos 1940. Também pode ser vislumbrado um aspecto do skyline de Fortaleza para os viajantes que chegavam por mar no início dos anos 1930 (fonte: MIS).



**Figura 28:** Movimentação de carga nos arredores da Alfândega em 1910. Notar os trilhos ferroviários, inaugurados em 1879 e os trilhos de bonde a tração animal que realizavam o transporte de carga e pessoas para a Praia do Peixe (Fonte: MIS).

Ainda vivendo a euforia da exportação algodoeira, Fortaleza se torna pólo de atração das populações que fugiam das condições precárias de vida no interior do Estado, em busca de trabalho. Assim, entre 1920 e 1940, a população da capital teve um crescimento de 129,4 % (IBGE, apud. Silva, 1992, p.36), em boa medida devido aos fluxos migratórios. Um dos problemas associados a esse incremento foi a formação de diversas favelas na cidade, a partir de 1930: Cercado do Padre Zé (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954) (SILVA, 1992, p.29).

A região portuária se tornou um dos focos de atração de trabalhadores, pois as oficinas, a estiva e as atividades relacionadas ao comércio e à exportação alimentavam a esperança de se conseguir trabalho. As novas levas que chegavam à Prainha lá encontraram uma vila de pescadores, e logo o novo grupamento social começou a crescer junto à Ponte Metálica, ao longo dos trilhos do trem (ver figura 29).



**Figura 29:** Casebres na praia ao longo da via férrea na área que viria a ser o Arraial Moura Brasil, provavelmente na virada do século XIX para o século XX. Um pouco mais ao fundo está a área do Poço da Draga, que a essa época se caracterizava por habitações do mesmo padrão (fonte: MIS).

A movimentação em torno do porto e o trabalho a ela associado deixou ver muitas marcas à memória do local. Uma outra antiga moradora, D<sup>a</sup>. Quinquinha, 79 anos em 1994 (já falecida) lembra das instalações ferroviárias da área (ver figura 30):

Aí era os... como é que chamava eles? Antigamente se chamava era os trabalhador, né? Hoje em dia não, tem outros nome, né? Eles trabalhando ali na RFFSA, lá a gente via quando chegava o trem, a Maria Fumaça, que nesse tempo era à lenha, viu? Aqui, no cais aí, tinha a polícia marítima, tinha, eu ainda alcancei... e vinha os trói [trole], você sabe o que é os trói?”. (Entrevista concedida a Tadeu Feitosa, em Julho de 1994) (FEITOSA, 1998, p.186).



**FOTO 30:** Trilhos remanescentes da estrada de ferro que fazia a ligação entre a CIDAO e a Estação João Felipe no Centro, até a década de 1980. Hoje desativada, corta o Poço da Draga. A imagem também representa o limite oeste do Poço da Draga, não “revitalizado”, na direção do centro da cidade. (Foto: Vancarder Sousa).

A expansão das atividades portuárias, e a promessa de trabalho na capital em face das condições de pobreza encontradas no interior do Estado, compõem a trajetória de muitos dos habitantes do Poço da Draga. É o que confirma a história de vida de uma moradora (77 anos de idade) que chegou ao local em 1935 ainda menina, trazida por sua mãe, vinda do interior. Segundo ela:

Minha mãe tinha uma loucura para vir aqui para Fortaleza (...) ela achava que lá, ela estava muito cansada, meu pai se separou dela e ela ficou sozinha, aí uma amiga disse pra ela que aqui era muito bom (...) aí viemos pra cá, ficamos aqui, minha mãe botou um botequim pra vender comida (...) e minha mãe alugou uma ‘gurita’ e foi morar comigo e ela” (Entrevista concedida em 02/10/2002).

Gaspar (1970), em pesquisa realizada em 1970 no Poço da Draga, quando este ainda contava 500 casas (p.6), levantou dados que ajudam a compor o contexto populacional da favela ao qual a moradora se refere (ver tabelas 9 e 10):

**Tabela 9:** Origem dos Chefes de Família.

| Procedência    | Famílias  |               |
|----------------|-----------|---------------|
|                | Número    | Percentual    |
| Interior       | 32        | 64,0          |
| Fortaleza      | 13        | 26,0          |
| Outros estados | 5         | 10,0          |
| <b>Total</b>   | <b>50</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Gaspar, 1970, p.10.

**Tabela 10:** Residência na Favela.

| Anos         | Número    | Percentual    |
|--------------|-----------|---------------|
| 0-1          | 2         | 4,0           |
| 2-5          | 8         | 16,0          |
| 6-10         | 12        | 24,0          |
| 11-15        | 8         | 16,0          |
| 21+          | 11        | 22,0          |
| <b>Total</b> | <b>50</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Gaspar, 1970, p.11.

As “guritas” a que se refere uma das moradoras eram casebres de madeira, construídos em grande número sobre palafitas, pois toda a antiga área do Poço da Draga era alagada pelo mar, que nas ressacas ou nas quadras chuvosas fazia transbordar o riacho, que corta o lugar (ver figuras 31).



**Figura 31:** Barracos na área alagável onde se instalou a INACE (Fonte: Gaspar, 1970).

Uma outra moradora descreve os problemas vividos com as constantes cheias na área:

Quando era ressaca a maioria das casas enchia, outras eram trepadas, a água passava por baixo, mas as que não eram trepadas a maioria realmente tomava água (...) Vinha até lá, onde a gente morava, e tanto que não construía batente na casa, era lisa total, não tinha batente era totalmente plana, porque às vezes a maré conseguia botar de um lado e passava pela porta da cozinha e ia até a porta da frente, aí ficava aquela areia, um palmo, meio palmo de areia, aí quando passava a ressaca, a gente tirava aquela areia novamente e construía sempre um pequeno morro atrás da casa. Porque a gente morava, nos fundos da nossa casa era a orla marítima, a praia. A gente construía uma pequena barreirazinha, todas aquelas casas fazia aquela cerca, porque a maré pequena na parede da barreira, só entrava mesmo às vezes uma vez por ano,

que era a maré de fevereiro, que era a ressaca maior. Realmente conseguia botar água em todas as casas (Entrevista concedida em 08/11/03).

A difícil convivência com os problemas gerados pelas águas também é lembrada por outro morador:

Uma lembrança totalmente desagradável no Poço da Draga era quando a gente sofria muito na época de inverno. No tempo de inverno as casas chegavam a alagar, alagamento até que ponto que chegava até mais ou menos 30 centímetros, chegava até 50 centímetros de altura de água dentro das residências. Então, a gente tinha esse trabalho todo de tirar a água dentro das residências, amanhecia com água, dormia com água, então, o inverno aqui no Poço da Draga era muito triste, era penoso a gente perdia muita coisa, a gente tinha muito essa luta contra o inverno (Entrevista concedida em 01/11/03).

O Poço da Draga, por se encontrar à beira mar, ser cortado por um riacho e ainda por contar com um pequeno mangue residual, é, por natureza, um lugar associado à presença da água. A vida da maioria das pessoas era ganha a partir do mar e a ele até hoje está fortemente associada. Mas também as infelicidades eram trazidas pela presença da água com as cheias, como visto antes.

O próprio nome da comunidade remete a um tipo de embarcação, a draga, e ao local onde esta se encontra, o Poço. Segundo o Novo Dicionário Aurélio (2004), a palavra poço, em um de suas acepções, significa “local de maior profundidade num ancoradouro”. De acordo com este sentido, uma antiga moradora afirma que o nome da comunidade se deve aos momentos em que a

maré era alta e enchia aí atrás, o poço aí, onde tem essas casinhas (...) Aí enchia, tinha aquela baixa assim como corrente, enchia d’água. Entrava justamente as lanchas para fazer reparo. Então as lanchas chamavam draga. Aí ela entrava, ia para o estaleiro, tinha os rapazes, os “calafates”, que faziam os serviços na lancha, depois a lancha ia de novo pro mar, porque quando a maré estava alta para descer para lá, é por isso que chamavam Poço da Draga, por causa da lancha que entrava” (Entrevista concedida em 02/10/2002).

A ambiência marítima do lugar fica ainda mais evidente no relato dessa moradora quando apresenta detalhes da dinâmica das marés e inundações. Como já apresentado por outros moradores, o sobe e desce das águas podia ser motivo de aflição e de grandes tristezas, o que se torna mais grave com a instalação da Indústria Naval (ver figuras 32 e 33):

Depois desse serviço aí na Naval [Indústria Naval], quando chovia outrora as casas não enchia de água assim. Mas depois que ela [D. Elisa Gradvoll, proprietária da Indústria naval] fez esse serviço aí, quando chove, as casas enchia d'água. Nós aqui todo mundo ficava, ficava água em mim por aqui, na minha cintura aqui. Eu tinha um dormitório que a minha filha mandou do Rio pra mim, pela Confiança. Oh! Acabou! Acabou cama, acabou guarda-roupa (...) a água entrou e desmanchou tudo (...) a maré acabou com os móveis” (Entrevista concedida em 02/10/2002).



**Figura 32:** Limite Oeste: o paredão Hawkshaw e a Indústria Naval, vistos da Ponte Metálica. (Foto: Vancarder Sousa).



**Figura 33:** Riacho que corta o Poço da Draga. Nas cheias, motivo de aflição, como narrado por diversos moradores (Foto: Vancarder Sousa).

Além dos problemas relativos a falta de serviços de infraestrutura na área, a história da favela é marcada pelas constantes propostas de remoção. O Plano Diretor de 1963, elaborado por Hélio Modesto, já previa a transferência dos moradores para ceder espaço para a construção de um Centro Cívico, parques e praças como continuação da avenida Beira Mar (SEINFRA, 2002, p.10), visando à requalificação e ao embelezamento da área.

Gaspar (1970) faz uma descrição das condições de extrema pobreza vivida pelo Poço da Draga à época do anúncio de remoção motivado pelo plano diretor:

Em estreita conexão com o problema sanitário dos moradores estão as condições de higiene da favela. As seguintes considerações dão uma idéia da situação existente no Poço da Draga.

a) *Não há serviço de esgoto* – Localizada em nível baixo, já bem próxima ao mar, a maioria das casas é inundada pelas águas quando ocorrem chuvas mais pesadas sobre a área mais alta da cidade.

b) *Não há água encanada* – Dois chafarizes, um particular (pertencente à CIDAIO, Companhia Industrial de Algodão e Óleos) e outro público, fornecem, durante algumas horas do dia, água para os moradores da favela. Quando isto ocorre, verifica-se uma grande disputa para se conseguir uma lata d'água, que, pela sua escassez, é utilizada apenas no preparo de alimentos. Raras são as casas que dispõem de cacimba e nestes casos quase sempre os moradores ganham dinheiro vendendo água, sobretudo para banhos.

c) Não há instalações sanitárias – As fezes são aterradas no quintal ou, quando este não existe, são jogadas nas ruelas da própria favela, infestando-as de mosquitos.

d) *Não há coleta pública de lixo* – Os carros da municipalidade que recolhem o lixo das casas localizadas nas áreas privilegiadas da cidade não passam pela favela e os seus moradores têm que atirar para fora de suas casas as imundícies e excrementos, que contaminam a própria área em que vivem. (p.20-21).

Seguindo a linha do tempo na descrição deste espaço, em 1975 foi instalada a Indústria Naval do Ceará – INACE na área protegida pelo paredão Hawkshaw, no antigo poço das dragas, atual limite a Oeste da comunidade. Sua chegada ocasionou o que foi, provavelmente, a segunda experiência de ameaça de remoção, estando às referências ligadas a este episódio muito nítidas nas narrativas dos moradores mais antigos. Até aquela data existia um núcleo de casebres, ou “guritas”, como alguns preferem chamar, sobretudo de pescadores, que foram transferidos para casas construídas num subúrbio distante do Centro, o Conjunto Palmeiras. Alguns preferiram receber a indenização oferecida pela INACE e compraram casas nos bairros do Pirambu e Mucuripe, ambos de origem pesqueira. Outros, mais afortunados conseguiram se mudar para áreas ainda dentro dos limites do próprio Poço da Draga. Um morador se refere da seguinte forma a este momento de remoção promovida pela INACE:

[Foi] pequena a resistência naquela época, porque a comunidade não tinha uma liderança. As pessoas não conheciam bem os seus direitos, houve pouca, mas o pessoal não resistiram, D<sup>a</sup>. Elisa naquela época com os órgãos públicos conseguiram tirar realmente todos daqui. (Entrevista concedida em 08/11/ 03).

Além das condições difíceis vividas pelos moradores à época, a baixa articulação política pode ter favorecido a remoção. Os pescadores do Poço da Draga eram organizados em torno da Colônia de Pescadores Z-18, dissolvida após a desapropriação promovida pela INACE, com a conseqüente saída de muitos pescadores para outras praias da capital: Mucuripe, Pirambu ou Barra do Ceará. A presença dos pescadores entre as profissões dos moradores do Poço da Draga é destacada na pesquisa de Gaspar (1970). De um universo de 50 titulares entrevistados 25 afirmaram trabalhar por conta própria. Além da pesca, têm destaque as profissões de estivador e arrumador (ver tabela 11):

**Tabela 11:** Trabalhadores por Conta Própria.

| <b>Profissão</b> | <b>Numero</b> | <b>Percentual</b> |
|------------------|---------------|-------------------|
| Estivador        | 5             | 20                |
| Arrumador        | 3             | 12                |
| Pescador         | 7             | 28                |
| Motorista        | 1             | 4                 |
| Sapateiro        | 2             | 8                 |
| Marchante        | 4             | 16                |
| Comerciante      | 3             | 12                |
| <b>Total</b>     | <b>25</b>     | <b>100</b>        |

Fonte: Gaspar, 1970, p.14-15.

Em 1970, o Poço da Draga contava com 500 casas, atualmente, segundo dados do Censo Habitacional realizado pelo Governo do Estado, apresenta 273 imóveis (ver tabela 12), com um total de 1071 moradores (SEINFRA, 2001). Dos 291 titulares cadastrados (em condições de atendimento) na localidade, 132 (45,36%) moram lá há mais de 20 anos (ver tabela 13).

**Tabela 12:** Resumo do Levantamento Cadastral do Poço da Draga.

| <b>FAMÍLIAS CADASTRADAS</b>                       |                          |
|---------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>SITUAÇÃO OCUPACIONAL</b>                       | <b>TOTAL DE FAMÍLIAS</b> |
| Titulares                                         | 183                      |
| Titulares com coabitação                          | 25                       |
| Titulares com coabitação pendente                 | 06                       |
| Agregados                                         | 26                       |
| <b>SUB TOTAL</b>                                  | <b>240</b>               |
| Coabitação dentro de critérios de atendimento (*) | 28                       |
| Cessionários                                      | 09                       |
| Inquilinos                                        | 14                       |
| <b>SUB TOTAL</b>                                  | <b>51</b>                |
| Coabitações fora dos critérios de atendimento     | 08                       |
| <b>SUB TOTAL</b>                                  | <b>08</b>                |
| <b>TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS</b>              | <b>299</b>               |

| <b>FAMÍLIAS NÃO CADASTRADAS</b>            |                          |
|--------------------------------------------|--------------------------|
| <b>SITUAÇÃO</b>                            | <b>TOTAL DE FAMÍLIAS</b> |
| Proprietários de imóveis alugados          | 05                       |
| Proprietários de imóveis cedidos           | 06                       |
| Imóveis desocupados ou em questão judicial | 10                       |
| <b>TOTAL</b>                               | <b>21</b>                |

| <b>IMÓVEIS EXISTENTES</b>                  |              |
|--------------------------------------------|--------------|
| <b>SITUAÇÃO OCUPACIONAL</b>                | <b>TOTAL</b> |
| Titulares                                  | 214          |
| Agregados                                  | 26           |
| Cedidos                                    | 09           |
| Alugados                                   | 14           |
| <b>SUB TOTAL (Imóveis Cadastrados)</b>     | <b>263</b>   |
| Imóveis desocupados ou em questão judicial | 10           |
| <b>TOTAL DE IMÓVEIS</b>                    | <b>273</b>   |

| <b>QUADRO RESUMO</b>                                     |              |
|----------------------------------------------------------|--------------|
| <b>FAMÍLIAS</b>                                          | <b>TOTAL</b> |
| Famílias cadastradas dentro dos critérios de atendimento | 291          |
| Coabitações fora dos critérios de atendimento (*)        | 08           |
| Famílias não cadastradas                                 | 21           |
| <b>TOTAL</b>                                             | <b>320</b>   |

(\*) 04 não têm famílias constituídas e 04 não moram na comunidade.

Fonte: SEINFRA-CE 12/11/2001.

**Tabela 13:** Tempo de Residência no Imóvel.

| <b>Anos</b>  | <b>Quantidade</b> |                   |
|--------------|-------------------|-------------------|
|              | <b>Absoluto</b>   | <b>Percentual</b> |
| até 1        | 12                | 4,12              |
| de 1 a 2     | 7                 | 2,41              |
| de 2 a 3     | 8                 | 2,75              |
| de 3 a 4     | 9                 | 3,09              |
| de 4 a 5     | 15                | 5,15              |
| de 5 a 10    | 44                | 15,12             |
| de 10 a 15   | 33                | 11,34             |
| de 15 a 20   | 31                | 10,65             |
| mais de 20   | 132               | 45,36             |
| sempre morou | 0                 | 0,00              |
| <b>Total</b> | <b>291</b>        | <b>100,00</b>     |

Fonte: SEINFRA, 2001.

Devido ao exíguo espaço onde está comprimido na Praia de Iracema, o Poço da Draga já há algum tempo não pode mais receber novas casas. Depois do cadastramento da Secretaria de Infra-estrutura novas inclusões para a transferência se tornaram proibidas. Os dados do cadastramento evidenciam que dos 291 chefes de família, 30,93%, vieram do interior do estado. Dentre os 115 migrantes, cerca de 54% apontaram a busca do emprego como motivo da

mudança ou de melhores condições de vida (17,39 %), em um momento de aceleração da favelização de Fortaleza (ver tabela 14).

**Tabela 14:** Motivo da Mudança.

| Discriminação             | Quantidade |               |
|---------------------------|------------|---------------|
|                           | Absoluto   | Percentual    |
| Atração por Fortaleza     | 13         | 11,30         |
| Busca de melhoria de vida | 20         | 17,39         |
| Outros                    | 19         | 16,52         |
| Procura de emprego        | 62         | 53,91         |
| Seca                      | 1          | 0,87          |
| <b>Total</b>              | <b>115</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: SEINFRA, 2001.

No curso do crescimento populacional da cidade de Fortaleza, a desigualdade social tem sua melhor definição pelas péssimas condições de moradia, como evidenciado em uma matéria jornalística de 1976, que assim descreve o Poço da Draga:

(...) A área é suja, o mau cheiro está no ar, o local se alaga freqüentemente, as condições de vida dos moradores é (sic) a pior possível (...) Alguns passam dias e dias [no mar] e o apurado não dá sequer para a alimentação da família. Vender? Só quando sobra. (...) e assim, vão passando pela vida, sempre ligada ao mar... (...) As mulheres consertam as velas que chegam rasgadas. Meninos e cachorros (como tem) brincam no pano branco, de muitos remendos. O cheiro de peixe está no ar, está no estômago, na vida de todos eles. (Jornal O Povo, 13 de Julho de 1976. O Poço da Draga Desapropriado. Apud. SCHRAMM, 2001, p.94)

A descrição das condições de moradia acaba também por gerar uma representação negativa e estigmatizante de quem lá mora. Por isso, apesar da precariedade identificada, freqüentemente os moradores evitam a denominação de favela, como nas falas seguintes:

Moradora A: Eu não me acho, eu não me sinto uma favelada, eu moro numa comunidade. Eu não me acho.

Moradora B: Favela é aquelas de papelão, de lona.

Moradora A: Eu não me acho favelada de maneira alguma, apesar da minha casa não ser a das melhores, mas também não é das piores... (Entrevista concedida em 16/08/02).

Dentro da própria comunidade uma visão hierarquizante das posições geográficas também se desenvolve. Muitas das residências encontram-se nas margens do riacho que passa pelos fundos das casas da Rua Viaduto Moreira da Rocha, local ao qual os moradores mais favorecidos se referem, de forma discriminatória, como “o Poço”.

Alguns números revelam a escassez dos serviços e da infra-estrutura urbana do lugar. Dos 263 imóveis cadastrados pela SEINFRA, 133 (50,57%) não possuem qualquer tipo de esgoto enquanto que 44 famílias (16,73%) não possuem nenhum banheiro em casa. O cadastro registra também, 20 imóveis (7,60%), de madeira (SEINFRA, 2001). A maioria dos moradores contatados pelo censo possui baixa escolaridade, mal concluíram o ensino fundamental, fato que pode ser observado para a maioria dos habitantes do Poço da Draga (ver tabela 15):

**Tabela 15:** Escolaridade.

| Discriminação            | Quantidade   |               |
|--------------------------|--------------|---------------|
|                          | Absoluto     | Percentual    |
| Analfabeto               | 62           | 5,79          |
| Primeiro grau completo   | 55           | 5,14          |
| Primeiro grau incompleto | 572          | 53,41         |
| Segundo grau completo    | 91           | 8,50          |
| Segundo grau incompleto  | 92           | 8,59          |
| Sem idade escolar        | 198          | 18,49         |
| Superior incompleto      | 1            | 0,09          |
| <b>Total</b>             | <b>1.071</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: SEINFRA, 2001.

A partir das experiências e práticas do espaço narradas por seus moradores, chama atenção o limite Leste da favela, marcado por três pontos fundamentais: a praia situada entre as duas pontes – Metálica e a dos Ingleses, que alguns chamam de Praia da Pedra Preta<sup>57</sup>; o prédio da Segunda Diretoria Regional do DNOCS<sup>58</sup>, moderna edificação em concreto aparente em frente a mencionada Praia da Pedra Preta; e, por fim, o paredão de depósitos e prédios comerciais, a maioria fechados, da avenida Almirante Tamandaré.

Na praia (ver figura 34), os moradores têm um dos principais lugares de socialização. Além da diversão dos finais de semana e do jogo de bola diário dos rapazes é um espaço que sugere integração, mostrando-se, nas narrativas dos residentes, como capaz de fortalecer os

<sup>57</sup> Com a construção do Porto do Mucuripe entre as décadas de 30 e 40 do século passado, suas obras impediram o fluxo das correntes marítimas que depositavam sedimentos na Praia de Iracema. Com isso as marés foram escavando o fundo do mar e puseram à mostra um banco de calcário nas proximidades da Ponte Metálica.

<sup>58</sup> Construído em 1981, hoje se encontra subutilizado, funcionando apenas como arquivo morto do órgão.

vínculos de identidade e solidariedade. Ela é um referencial simbólico importante dos rituais de confraternização do local, como os banhos coletivos nas comemorações de Ano-Novo. Após a ceia comum feita em mesas postas na frente das casas, adultos e crianças, ao romper do ano, seguem todos para o banho de mar, uma tradição do local. Assim, para um morador, residente há 46 anos, quando indagado sobre qual o local que mais lhe toca na Praia de Iracema, no Poço da Draga, respondeu:

A praia, porque eu vou sempre visitar meu amigo deus mar, o Deus sol (...) entre as duas pontes, porque é a única praia do Centro que não tem poluição (...) Eu chamo de minha ilha, isso aí me pertence, minha propriedade, mas eu sou um homem rico e deixo meus irmãos entrar (Entrevista concedida em 27/04/02).

A importância da praia no cotidiano dos moradores é confirmada pelo censo. A praia é indicada como a atividade de lazer preferida entre os titulares dos imóveis do Poço da Draga com 49,83% da preferência dos entrevistados entre os 263 titulares cadastrados pela SEINFRA (ver tabela 16).

**Tabela 16:** Atividades de lazer.

| Discriminação             | Quantidade |            |
|---------------------------|------------|------------|
|                           | Absoluto   | Percentual |
| Praia                     | 145        | 49,83      |
| Cinema                    | 2          | 0,69       |
| Esporte                   | 25         | 8,59       |
| Televisão                 | 131        | 45,02      |
| Música                    | 41         | 14,09      |
| Festas                    | 16         | 5,50       |
| Nenhum                    | 13         | 4,47       |
| Outros                    | 108        | 37,11      |
| <b>Total de Registros</b> | <b>291</b> |            |

Fonte: SEINFRA, 2001.



**Figura 34:** Praia frequentada pelos moradores do Poço da Draga nos fundos do prédio do DNOCS. Esta área também era ocupada por barracos que foram removidos pela Prefeitura em face do risco representado pelas ressacas do mar (Foto: Vancarder Sousa).

Voltando aos limites da área, têm-se ao sul, após o prédio da Caixa Econômica Federal, o vizinho de maior destaque do Poço da Draga, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Este é tomado nesta pesquisa como um símbolo tensionador entre as temporalidades locais relacionadas à vida cotidiana e ao vernacular (ZUKIN, 2000) dos moradores do Poço da Draga, e o discurso de “revitalização” associado ao desenvolvimento da metrópole.

O Centro Dragão do Mar divide a ambiência marítima do Poço da Draga e, simbolicamente pode funcionar como metáfora do progresso urbano. Nesse sentido pode ser entendido como um tipo de porto ligado ao consumo da cultura e às mudanças aceleradas da contemporaneidade. Sob um outro enfoque, a mesma idéia pode ser associada à proposta de implantação do CMEFC.

O Poço da Draga, também visto de modo metafórico, pode ser associado a um lugar de memória que teme os novos eventos e mudanças urbanísticas que “recriam”, a partir das transformações do espaço, a vida dos que lá hoje vivem.

O carinho e respeito como é tratada a Ponte Metálica pelos moradores em suas narrativas remete a essa idéia. Na memória dos residentes mais antigos, o Poço da Draga “de antigamente” aparece como o lugar por excelência da tranquilidade, das boas relações, da segurança. Como formas de representação e de ação sobre o real, como afirmam De Certeau (1999) e Cadeira (2003), as narrativas dos moradores sobre as mudanças e a incerteza quanto

ao futuro parecem tentar “estabelecer uma ordem num universo que parece ter perdido o sentido” (CALDEIRA, 2003, p.28).

Segundo Nora, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto” (1993, p.9). Assim, no modo de vida das sociedades de massa contemporâneas, marcado profundamente por uma aceleração do tempo e desligamento entre o passado e o presente, a memória coletiva parece se esvanecer ante os padrões impessoais de relação. Este ambiente parece então, ceder lugar aos sentimentos enfastiados, desenraizados, que Simmel identifica na metrópole moderna:

Não existe fenômeno mais exclusivamente próprio da grande cidade que o homem enfastiado [...] o que define o homem enfastiado é que ele se tornou insensível às diferenças entre as coisas; não que ele não as perceba, não é que seja estúpido, é que a significação e o valor destas diferenças e, pois, das próprias coisas, para ele resulta negligenciável. Os objetos aparecem-lhe com uma tonalidade uniformemente insípida e cinza, nenhum sendo julgado digno de preferência (1979, p. 332-333).

Em meio às profundas intervenções urbanísticas levadas a efeito nas grandes cidades sob a égide do mercado e do estado, confirmando processos de racionalização próprios da modernidade, “resta redescobrir os lugares onde esta memória coletiva se preservou espontaneamente” (DE DECCA, 1992, p. 130). Talvez nestes lugares seja possível evitar “a perda de referência com qualquer sentido coletivo, [que] além de deixar de projetar perspectivas futuras faz aumentar a sensação de que os vínculos com o passado estão prestes a se desfazerem definitivamente” (p.131).

Halbwachs (1990) relaciona a memória do grupo ao espaço, ao entorno material, e deste relacionamento resulta a moldagem do meio à imagem dos indivíduos, ao mesmo tempo em que há uma adaptação do grupo à resistência que o entorno estabelece. Através deste processo, ele define as vinculações entre comunidade, as imagens espaciais e a memória coletiva: “o lugar recebe a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos” (1990, p.133). A memória social é uma forma fundamental de aproximação da historicidade como índice de identificação do grupo e, sobretudo, ferramenta política de legitimação da permanência dos moradores do Poço da Draga frente a ação de um sistema disciplinador que lhes nega a presença, ou pior, o próprio reconhecimento ao longo do tempo.

Considerando-se que a presença de moradores pobres nas imediações das antigas praias Formosa e Prinha já se fazia sentir ainda no século XIX, com casebres e mocambos que

serviam sobretudo aos pescadores, estivadores e retirantes do sertão dos períodos de estiagem<sup>59</sup>, estes sempre contrastaram com os interesses urbanísticos sofisticados de uma Fortaleza que aspirava os ares de progresso importados de Paris para compor a versão semi-árida da *belle-époque* parisiense inspirada nas reformas de Haussmann. Como nota Ponte (1999) analisando o processo de modernização de Fortaleza:

A proliferação crescente de pobres em Fortaleza – vale dizer, do contingente de trabalhadores em disponibilidade ou não-ativos do mercado de trabalho urbano, em geral fruto do êxodo rural e das tantas secas que assolaram o Estado no período – não só provocou a organização do assistencialismo médico-filantrópico como também preocupou intensamente o aparelho policial cearense. Identificando-os como propensos ao vício, furto e roubo, a polícia redobrava a vigilância sobre estes grupos à medida que se multiplicavam no espaço urbano, multiplicação esta que gerava inquietação e tensão sociais (p.163-164).

O contraste se acentuou primeiramente pela necessidade de aformoseamento pregado pelas elites locais. Estas, movidas por uma cultura higienista voltada para o disciplinamento urbano, viam na presença física dos pobres, das suas casas e do seu modo de vida uma forma de “doença” que precisava ser erradicada a qualquer preço para abrir espaço em definitivo para formas de convívio digno do progresso pretendido pelas classes sociais mais abastadas. Talvez como rudimentos do atual espírito do enobrecimento, e da indisposição deste tipo de intervenção em permitir a frequência dos pobres aos lugares “revitalizados”. Fundado neste princípio, talvez, se deu a tentativa de remoção de 1967/1970, do Plano Hélio Modesto Inspirado no progresso urbano que se dirigia à praia e nos novos usos destinados ao litoral.

O conflito vivido atualmente pelo Poço da Draga, em relação à ameaça iminente de transferência, porém, ocorre agora sob a tônica de discursos fundados na concorrência das metrópoles fornecedoras de serviços e produtos culturais. Parece tratar-se de uma atualização deste velho conflito entre discurso de progresso, desenvolvimento desigual e as classes populares, para as quais as benesses deste processo de crescimento não chegaram. Este conflito se manifesta de formas diferentes ao longo do tempo, porém sempre com a marca de algum tipo de sujeição imposta aos segmentos populacionais mais pobres.

Durante a chamada *belle-époque* fortalezense (PONTE, 1999), o receio das elites da presença dos pobres e desocupados culminou com a redefinição do traçado urbano e a adoção

---

<sup>59</sup> Como nota Jucá (2003), a planta da cidade de Fortaleza de 1888 já apresenta casebre na região do Arraial Moura Brasil, vizinho a oeste do Poço da Draga atual. Hoje, apesar de ser um dos bairros mais pobres da cidade, abriga um hotel cinco estrelas, o Marina Park à beira-mar.

de normas de transferência e contenção da presença física dos habitantes indesejáveis para a elite da cidade. Desta lógica social resultou a destinação, até o início do século XX, da praia como lugar destinado aos pobres, pois sem interesse para a cidade.

Na atual configuração de mudanças urbanas geradas pela necessidade concorrencial de viabilidade comercial das cidades, fundadas em imagens de consumo que pretendem excluir os pobres de suas vitrines, a presença destes é aceita desde que, assim como o espaço, possam ser requalificados.

Do lado dos moradores, o temor localizado nas ameaças de remoção e na relação assimétrica com os poderes da cidade pode influenciar a vida das pessoas, estabelecendo formas de relacionamento individuais e coletivos que trazem as marcas das imposições sociais oriundas das mudanças espaciais e das respostas dadas a elas.

No Poço da Draga, desta situação de vulnerabilidade renovada, parece nascer uma forma de apropriação simbólica do espaço pelos moradores. A internalização destas relações espaciais entre os indivíduos e o meio que os cerca remete à construção de um sentimento de pertencimento.

É importante ressaltar que esse pertencimento tem duas dimensões. Ao mesmo tempo em que é resultado das relações e sentimentos nascidos do cotidiano e dos vínculos de proximidade é também um instrumento político, usado para validar posições nos processos de negociação das mudanças do espaço. As falas seguintes de dois moradores ilustram aspectos desta construção. Primeiro, a fala de uma representante da AMPODRA, em uma reunião do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza - PLANEFOR<sup>60</sup>:

**“Primeiro, a minha comunidade, Poço da Draga já é cultura, certo? (...) Porque as pessoas lá nasceram, viveram, eu já vou na terceira geração, então eu estou até lá agora, então eu sou cultura do Poço da Draga (...) [A] nossa comunidade, há sessenta anos que ela existe, eu lembro até do coqueiral da Maria Júlia, que é da tia dele aqui, a gente já morava ali, naqueles igarapés d’água, e a água passava em baixo. Só que agora não é mais assim, mas não tem nenhuma [infraestrutura], nunca foi urbanizado, nunca botaram um cano de água lá, para urbanizar. Nós não temos saneamento, nós não temos pavimentação, nós não temos [garantia de] permanência no lugar, estamos lutando por essa, pelo título lá da terra, que até agora ainda não consegui, certo? Com o governo; nós não temos posto médico, nós não temos geração**

---

<sup>60</sup> Fundado em 1997, O PLANEFOR é uma organização não governamental com o patrocínio de diversas entidades empresariais de Fortaleza e com o apoio do Governo do Estado voltada para a discussão e implementação de projetos de desenvolvimento local em Fortaleza.

de emprego, nós não temos educação profissionalizante, violência urbana é só o que tem lá, poluição sonora, nem se fala... nós precisamos de creche comunitária. **É um desrespeito à memória viva da nossa comunidade.** Eu queria que a nossa comunidade tivesse acesso à arte e à cultura também, certo? (...) eu preciso de urbanização urgente para o Poço da Draga. (Apud. GONDIM, 2000, p. 6, grifos do autor)

A construção de um discurso fundado na relevância “cultural” do local para a cidade, elaborada por seus moradores, parece se estabelecer como uma ferramenta útil frente a necessidade de afirmação social, de superação da invisibilidade, ou da “visibilidade às avessas”, quando os locais de pobreza aparecem, nos meios de comunicação, como locais de violência e misérias. Ou ainda, como ocorreu nas propostas de remoção da Prefeitura (Plano Hélio Modesto - 1970, gestão Antônio Cambraia - 1995 e Juraci Magalhães – 1997), como entrave à “revitalização” urbana da área. Como contraposição a elaboração do discurso do poder, o discurso local tece vinculações entre imagens e mitos de fundação da própria cidade que legitimam a valorização de si frente aos macroprocessos de mudança. É o que pode ser percebido na fala de um morador:

[O Poço da Draga] é muito importante, antigamente, onde é a Alberto Nepomuceno o Poço da Draga estava dentro, **essa área mais central onde surgiu Fortaleza, surgiram aqui no Poço da Draga. Então, o Poço da Draga é história, é muito importante, que realmente a Iracema, ela andou, se banhou nessa área todinha.** E veio que era a área mais povoada da época, que surgiu em Fortaleza andava muito mais era por aqui. Por isso que o Poço da Draga é muito importante por causa da sua história na Praia de Iracema (Entrevista concedida em 08/11/03, grifos nossos).

Partindo do sentido de inserção em um determinado espaço, elaborado comunitariamente pelos que o compõem, passado, presente e futuro podem articular formas de ação que contenham traços desta totalidade, implicando a reflexividade entre as pretensões da pessoa e as do grupo que a abriga.

Weil (1996), analisando o enraizamento, apresenta-o como um dos mais importantes e desconhecidos atributos da alma humana – em grande medida desconhecido ou negligenciado diante dos demais atributos humanos. Desta forma,

o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do

lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. (1996, p.411).

A história do Poço da Draga é assim a história da construção de mecanismos e estratégias elaborados ao longo do tempo para pensar a sua inserção no espaço. Também para constituir e manter laços de solidariedade e identidade frente aos desafios da própria sobrevivência material e simbólica, sobretudo, diante à ameaça concreta de remoção e do desenraizamento. Como afirma Magnani (2003):

Diferentemente daqueles setores – onde na maioria das vezes os vínculos que ampliam a sociabilidade restrita da família nuclear não são os de vizinhança, mas os que se estabelecem a partir de relações profissionais - uma população sujeita às oscilações do mercado de trabalho e a condições precárias de existência, é mais dependente da rede formada por laços de parentesco, vizinhança e origem. Essa malha de relações assegura o mínimo vital e cultural que a assegure a sobrevivência, e é no espaço regido por tais relações onde se desenvolve a vida associativa (...), onde se tece enfim a trama do cotidiano (p.117).

Este sentimento, se funda na vida comunitária, nos vínculos de proximidade e de vizinhança como pretende Tönnies (TÖNNIES apud. BIRBAUM & CHAZEL, 1977, p.109-110), não comporta apenas uma solução idealizada do desenvolvimento das sociabilidades na grande cidade. Ele pode ser visto como uma via de mão dupla entre a formação do indivíduo e os processos sociais que constituem a relação com a cidade. Assim, as falas anteriores, como as demais, podem ser relativizadas, entendendo-as também como construtos intelectuais voltados para a organização política do lugar.

Desta forma, o bairro pode ser tomado como espaço de convivência e índice de identidade e segurança, mas, também, de tensões e estranhamentos entre os sujeitos, e destes frente aos processos rápidos de mudança da cidade, da possibilidade de projeção dos anseios de futuros e a desilusão por sua não realização.

### 4.3 O Dragão, a Ponte e o Poço

Em um sábado à tarde, por volta das 17 horas. A vida nas ruas do Poço da Draga aparentemente transcorre na mais tranqüila rotina, mesmo com todo o processo de preparação, debates acalorados e intrigas entre moradores que antecipam a transferência anunciada da comunidade para um outro sítio, mesmo que localizado a 600m da atual posição e não para uma periferia distante, como é freqüente nestes tipos de operação. Quem visita o Poço da Draga pela primeira vez pode não o achar diferente da maioria dos bairros pobres, vilas ou de outras favelas de Fortaleza.

A pouco mais de cem metros do estacionamento do CDMAC, na Avenida Pessoa Anta<sup>61</sup>, por onde a vida da cidade (diurna e noturna) corre apressada. A apenas pouca metros do trânsito da Avenida encontra-se uma temporalidade mais tranqüila e intimista representada pela Rua Viaduto Moreira da Rocha.

Nesta, as pessoas conversam na frente de suas casas, crianças brincam na rua<sup>62</sup> e alguns homens podem ser vistos no boteco, em rodas animadas de conversa. De algum lugar ressoa o som de uma música que preenche o ambiente, alguém ouve um pagode em volume mais elevado.

A comunidade do Poço da Draga encontra-se escondida da visão da cidade, dos usuários do Dragão do Mar e dos bares da Praia de Iracema por um “muro de edificações”, tanto pela Avenida Pessoa Anta quanto pela Avenida Almirante Tamandaré. Para chegar à sua entrada mais próxima (acesso Sul) é preciso sair da Avenida Pessoa Anta, percorrer um trecho de uns quinze metros de extensão da Rua Boris<sup>63</sup>, apertado entre a Agência da Caixa Econômica Federal (ver figura 35) e um prédio comercial, para chegar à Rua Gerson Gradwohl, já no Poço da Draga.

Pelo contraste entre o dentro e fora, tanto pelo ritmo, quanto pela estética da simplicidade que marca as casas, o visitante é remetido a forte impressão de chegada em um outro mundo: a descoberta, no coração de Fortaleza (segundo o discurso oficial, aspirante à rota nos circuitos globais através da cultura e do turismo), de uma outra cidade (pobre), vizinha ao imponente Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

---

<sup>61</sup> A avenida é um importante corredor de tráfego que liga a orla marítima leste ao Centro da cidade

<sup>62</sup> Pela precariedade da infra-estrutura, característica das áreas pobres e favelas como também por suas pequenas dimensões, as ruas do Poço da Draga não possuem calçadas.

<sup>63</sup> A Rua Boris deve seu nome à família de negociantes franceses, os irmãos Alphonse, Theodore, Isaie, Achille e Adrien. Estes chegaram ao Ceará em 1865 e aqui fundaram um duradouro império econômico a partir da exportação de matérias primas e importação de produtos manufaturados. Sua sede se encontra na rua que hoje leva o nome da família, ao lado do CDMAC.



**Figura 35:** Caixa econômica Federal, agência Pessoa Anta, prédio em que funcionava a antiga alfândega e que servia às atividades portuárias da Ponte Metálica (Viaduto Moreira da Rocha). Localizada em frente ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o prédio se interpõe entre o Poço da Draga e a avenida. Tornando invisível a comunidade tanto para os visitantes do equipamento cultural, quanto para os passantes da avenida que leva ao Centro da cidade (Foto: Vancarder Sousa).

Sendo o espaço e o tempo dimensões fundamentais para definição dos lugares e das relações sociais que nestes se desenvolvem, pensar sobre as mudanças simbólicas deste trecho da Praia de Iracema e de suas relações sociais ajuda a perceber tanto a construção de um imaginário coletivo de progresso refletido na aspiração de permanência representada pela arquitetura suntuosa do CDMAC, quanto da fragilidade, representada pela pobreza invisível do Poço da Draga.

Situação comum na elaboração desigual e injusta das metrópoles brasileiras, a constituição dos lugares que representam o discurso de poder tende a constituir barreiras em relação aos espaços sociais destoantes, como afirma Damatta:

Nossos espaços nem sempre são marcados pela eternidade. Há também espaços transitórios e problemáticos que recebem um tratamento muito diferente. Assim, tudo o que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição – como as regiões pobres ou de meretrício – fica num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às áreas mais nobres da mesma cidade (1997, p.45).

O entorno “revitalizado” do CDMAC e da Praia de Iracema, nesta operação de re-significação promovida pelo discurso de modernização, parece se adequar ao que Zukin (2000, p. 84) chamou de “paisagens de poder”, referindo-se à materialização no espaço de fronteiras que disciplinam os usos em função do poder econômico e cultural. O Poço da Draga aparece simultaneamente como um entrave e uma oportunidade no processo que se desenvolve na Praia de Iracema. Ao mesmo tempo em que destoa do ambiente enobrecido que se estabelece ao lado, sua existência é também uma possibilidade de ampliação da área requalificada, o que só pode ocorrer, entretanto, com sua saída. Uma moradora, refletindo sobre a situação da área em que vive afirma:

Que não vai ficar não vai, porque não vai mesmo [O Poço da Draga no local original]. Isso aqui, um pedacinho de chão desse aqui, custa muito dinheiro. E a outra coisa, o Centro Dragão do Mar ai é muito apresentável, e essa favela aqui... não vou dizer que faça vergonha, mas não fica bem sendo vizinho do Centro Dragão do Mar (Entrevista concedida em 16/08/02).

Como um processo, a transformação da paisagem dialoga tanto com interesses favoráveis à mudança quanto com interesses contrários a ela. Estes interesses aparecem associados, no caso do Poço da Draga, a um discurso de ordem impessoal e técnica que exalta, sobretudo, as vantagens econômicas da elaboração da nova paisagem, em detrimento de uma reflexão, também não menos técnica, sobre os impactos sociais e ambientais de sua implantação. Os interesses contrários ao processo são apresentados como atrasados e egoístas, pondo em risco o desenvolvimento econômico da cidade em nome dos interesses de um pequeno grupo.

Assim, durante Audiência Pública promovida pela Câmara Municipal em 13/12/01 na Escola de Ensino Fundamental Elvira Pinho sobre a construção do CMEFC, o coordenador da temática “Terra” do CDPDH leu, em tom de denúncia e indignação, um artigo publicado no jornal “O Estado” deste dia de autoria de um jornalista local:

O Governo do Estado do Ceará não tem que implorar aos ambientalistas por aval para fazer o Centro de Feiras ali no Poço da Draga. Aquela porcariada toda, que ta lá e que enfeia, suja, degrada e esculhamba o meio ambiente. Esse negócio de impacto ambiental no trecho, num trecho daquele, é gastar dinheiro à toa. Fica mais barato pagar um avião pra esses ambientalistas, levar para Lisboa e mostrar o que foi feito para a

grande Feira Universal na beira-mar, e deixá-los lá aprendendo (Jornal O Estado 13/12/2001).

A matéria que gerou a polêmica foi apenas uma das muitas que, em um curto período de tempo, deu visibilidade ao tema da requalificação da Praia de Iracema, incluindo-se nela o futuro do Poço da Draga. A tabela abaixo apresenta um panorama destas reportagens:

**Tabela 17:** Artigos de Jornal Sobre Poço da Draga e CMEFC – 1985 a 2004.

| <b>Data</b> | <b>Jornal</b> | <b>Matéria</b>                                                                                                                                                                       |
|-------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 16/08/04    | O Povo        | David e Golias                                                                                                                                                                       |
| 29/01/04    | O Povo        | Manifestantes exigem terras                                                                                                                                                          |
| 19/08/03    | O Povo        | Porque o PD é melhor                                                                                                                                                                 |
| 09/08/03    | O Povo        | Dona Alzira e os tubarões                                                                                                                                                            |
| 16/08/03    | O Povo        | Depois do Castelão agora Aeroclube                                                                                                                                                   |
| 14/08/03    | O Povo        | Bismark defende Centro no Castelão                                                                                                                                                   |
| 06/01/02    | O Povo        | Fortaleza vai ganhar o maior Centro de Convenções do país.<br>Aterro da área já estava previsto desde 1962                                                                           |
| 07/04/02    | O Povo        | Questionado local para o centro de feiras                                                                                                                                            |
| 05/04/02    | O Povo        | Moradores querem vida melhor                                                                                                                                                         |
| 05/04/02    | O Povo        | Mudar de local e de vida                                                                                                                                                             |
| 05/04/02    | O Povo        | Ter a própria lojinha                                                                                                                                                                |
| 05/04/02    | O Povo        | Região saneada                                                                                                                                                                       |
| 05/04/02    | O Povo        | Divergências quanto a localização                                                                                                                                                    |
| 05/04/02    | O Povo        | Ceará quer filão de turismo e negócios                                                                                                                                               |
| 05/04/02    | O Povo        | Praia de Iracema já esta degradada                                                                                                                                                   |
| 07/03/02    | O Povo        | Projeto de Centro de Negócios: um novo drama ambiental                                                                                                                               |
| 22/02/02    | O Povo        | Três considerações sobre o Poço da Draga                                                                                                                                             |
| 22/02/02    | O Povo        | Debate questiona local para o Centro Multifuncional                                                                                                                                  |
| 22/02/02    | O Povo        | Moradores vivem expectativa de mudança                                                                                                                                               |
| 22/02/02    | O Povo        | Pintor acredita que projeto vai demorar                                                                                                                                              |
| 04/11/01    | O Povo        | Centro de convenções será construído sobre aterro                                                                                                                                    |
| 04/11/01    | O Povo        | Moradores inquietos e divididos                                                                                                                                                      |
| 28/08/01    | O Povo        | Governo vai desapropriar Poço da Draga                                                                                                                                               |
| 08/05/01    | O Povo        | Área residencial do Poço da Draga está desaparecendo - a história de Fortaleza vem se perdendo nas ruas do Poço da Draga                                                             |
| 25/07/01    | O Povo        | O Poço da Draga                                                                                                                                                                      |
| 18/03/01    | O Povo        | Vândalos atacam mangue do Poço da Draga                                                                                                                                              |
| 23/10/00    | O Povo        | Comunidade do Poço da Draga vive intranquilidade                                                                                                                                     |
| 10/06/97    | DN            | A comunidade do Poço da Draga vem acumulando problemas seríssimos                                                                                                                    |
| 26/07/97    | O Povo        | Viaduto, ponte e solidão: os personagens, as histórias e a maneira de ver e de viver dos moradores da favela do Poço da Draga.<br>Poço da memória da Praia de Iracema e de Fortaleza |
| 22/05/96    | DN            | Moradores do Poço da Draga festejam obra de urbanização                                                                                                                              |
| 06/02/95    | DN            | O Poço da Draga será urbanizado através de consorciada                                                                                                                               |
| 21/12/92    | DN            | Favela lança SOS à véspera do inverno: é o Poço da Draga                                                                                                                             |
| 14/03/85    | DN            | Poço da Draga pede da Cagece os serviços de limpeza                                                                                                                                  |

Retornando ao trajeto pelo Poço da Draga, a calçada alta da lateral do prédio da antiga alfândega imprime, ao visitante, uma primeira impressão da historicidade deste lugar. Plataforma típica de prédios destinados ao armazenamento e à movimentação de cargas do século XIX, lembra imediatamente o passado portuário daquele lugar, as idas e vindas de veículos de cargas e estivadores. A chegada impressiona também pelo presente estado de abandono, à esquerda um muro elevado e velho, o capim alto e o lixo espalhado ao longo deste trecho da rua e na beira da calçada contrasta com a continuação da mesma, do outro lado da Avenida Pessoa Anta, entre a Casa Boris e o Centro Dragão do Mar, sempre muito bem cuidadas.

A área de acesso ao Poço da Draga tem a aparência de estar abandonada, poucas pessoas a utilizam e, vista da Avenida Pessoa Anta por quem está passando, parece não ter saída, não dar a lugar nenhum, pois, no final, se vê apenas algumas casinhas pobres contra um fundo de árvores.

Um *container* de lixo remexido (em meio ao capim, poças de lama e à margem de um riacho poluído) demarca simbolicamente os sentidos de tensão daquela territorialidade em relação ao visual asséptico do entorno sofisticado dominado pela presença do Centro Cultural (ver figuras 36 e 37).



**Figura 36:** Rua Boris, uma das entradas do Poço da Draga. Acesso mais próximo ao Centro Dragão do Mar, ao lado da Caixa Econômica Federal (Foto: Vancarder Sousa).



**Figura 37:** O camburão de lixo na Rua Boris recebe quem chega ao Poço da Draga. Frequentemente os bares e restaurantes do entorno do Centro Dragão do Mar depositam lixo aí, causando o transbordamento que provoca a irritação dos moradores. “Cartão de visitas” indesejado do Poço da Draga, como afirmou um morador: “quando está cheio, eles não se preocupa [os restaurantes e bares] em colocar tudo em cima não, derrama no chão. E fica lá no chão” (Entrevista concedida em 26/01/04) (Foto: Vancarder Sousa).

Ultrapassado o *container*, chega-se ao trecho mais largo da rua Gerson Gradvohl. Mais adiante uns 100 metros, esta se bifurca para formar a Rua Viaduto Moreira da Rocha e uma travessa remanescente da época em que a linha férrea cruzava o local para dar acesso aos vagões que transportavam óleo vegetal para a Cia. Industrial de Algodão e Óleos Vegetais – CIDAO<sup>64</sup> (ver figura 38).

<sup>64</sup> A CIDAO encerrou suas atividades na área em 1980, mas, pela proximidade física, sempre esteve muito presente na vida dos moradores. Seu muro se estende pela maior parte da Rua Viaduto Moreira da Rocha até o seu final, no início da rua dos Tabajaras, junto à praia. No passado, antes do fornecimento da água encanada à comunidade pela CAGECE, era a CIDAO, antes de seu fechamento, que fornecia água para os moradores de um poço próprio. Ela também empregava alguns moradores do lugar.



**Figura 38:** Bifurcação da Rua Gerson Gradvohl onde ainda se encontram os trilhos ferroviários da época do funcionamento do Porto. À direita, segue-se a Rua Viaduto Moreira da Rocha, núcleo mais favorecido da comunidade. A rua está ornamentada com fitas verde-amarelas em função da Copa do Mundo de 2002 (Foto: Vancarder Sousa).

O cenário que se abre é composto por casas simples de alvenaria com reboco e caiadas, porém, na sua maioria com marcas de desgaste pela falta de manutenção. Algumas se apresentam sem reboco ou pintura. Esse quadro reflete parte da tipificação dos imóveis encontrados na comunidade (ver tabela 18).

**Tabela 18:** Tipificação do Imóvel.

| Discriminação         | Quantidade |            |
|-----------------------|------------|------------|
|                       | Absoluto   | Percentual |
| <b>PAREDE</b>         |            |            |
| Madeira               | 20         | 7,60       |
| Outros                | 1          | 0,38       |
| Tijolos               | 242        | 92,02      |
| <b>PISO</b>           |            |            |
| Areia                 | 4          | 1,52       |
| Barro                 | 2          | 0,76       |
| cimento               | 219        | 83,27      |
| Outros                | 15         | 5,70       |
| <b>VASO SANITÁRIO</b> |            |            |
| Não                   | 60         | 22,81      |
| Sim                   | 203        | 77,19      |
| Total de registros    | 263        |            |

Fonte: SEINFRA, 2001.

Pode ser notada uma evolução do padrão construtivo em relação ao observado em 1970, quando 70% das casas eram de madeira e 20% de taipa, contra apenas 10% de alvenaria (GASPAR, 1970). A mudança no perfil construtivo também parece denotar a operação de mudança no sentido de transitoriedade para o de permanência na favela pelos moradores, mesmo que sob ameaças de remoção contínuas:

Com pouco tempo que eu cheguei aqui [chegou em 25/12/1971], nós estava fazendo isso [reforma do piso elevado de madeira], [os funcionários da Prefeitura] passaram medindo, “é bom a senhora não fazer isso que a casa vai sair” (...) Com um ano, talvez, que eu estava aqui. De lá para cá está com trinta anos, mas sempre a gente vive com esse fantasma de sai não sai. E agora a gente não sabe como vai ficar, agora parece que agora, parece que não tem jeito não (Entrevista concedida em 20/11/02).

Embora fique mais evidente na tabela acima a presença maior de casas de alvenaria (92,02%) em relação às mais precárias de madeira (7,60%), é a situação do saneamento que talvez apresente uma dimensão mais evidente da precariedade da moradia no Poço da Draga. A maioria dos imóveis (246 ou 93,54%) não tem acesso à rede pública de esgoto, obrigando ao uso de fossas sumidoras, ou ainda mais grave, ao lançamento de dejetos nos quintais, no córrego ou nas vielas da comunidade (ver figura 39).



**Figura 39:** Esgoto a céu aberto no quintal de uma casa da Rua Viaduto Moreira da Rocha, o odor é muito intenso. Após o muro passa o riacho, na quadra invernososa as águas poluídas invadem o quintal.

Neste percurso visual-narrativo, a construção simbólica da moradia representa uma das principais referências presentes nas falas dos seus personagens. Dois aspectos merecem destaque na construção dessa referência. O primeiro, a chegada destes atores e a difícil constituição da morada no Poço da Draga, em seguida, o sofrido progresso acompanhado de perto pela incerteza. Estes aspectos aparecem no relato de uma moradora da Rua Viaduto Moreira da Rocha. Nascida em Caucaia<sup>65</sup>, chegou ainda jovem no Poço da Draga acompanhando os pais que vieram em busca de trabalho na capital:

Quando eu cheguei aqui há 40 anos, o pessoal já falava em tirar o Poço da Draga. Eu morava na Praia Formosa [local onde hoje se encontra a Indústria Naval], e eu queria muito morar aqui nessa rua, o Poço da Draga fica ligado a Praia Formosa, ali é Praia Formosa é aqui do outro lado é Poço da Draga. Então, depois que eu casei, eu queria muito morar nessa rua [ver figura 40], muito mesmo. Porque lá onde a gente morava as casas era de tábua, e quando o mar enchia, passava por debaixo das casas, deixava resto de peixe, não prestava (...) (Ficava) areia mesmo (...) Até que eu consegui comprar uma casa aqui, aonde eu queria. Só que na época eu chorei muito, porque a gente comprou uma casinha, fez uma vaquinha com meus tios, minha mãe, meu sogro

<sup>65</sup> Município da região metropolitana de Fortaleza.

e aí compramos uma casa. Na época, meu marido trabalhava na Sul América que hoje em dia é ali na Praça do Ferreira. Ele trabalhava nos elevadores, na época quando ele foi despedido, aí ele juntou o dinheiro que ele recebeu e a gente comprou essa casinha aqui. Daí então, eu realizei meu grande sonho, eu saí de onde eu achava mais ruim e vim para cá. Aí foi um sonho que eu realizei aqui no Poço da Draga. E eu chorei muito na época, a gente comprou a casa no mês de maio, a gente se mudou para cá no mês de junho, aí pronto, saiu aquela conversa que até o fim do ano as casas iam sair, “ai meu Deus estou a cinco meses nessa casa e já vou sair” [se referindo ao anúncio da remoção de 1970 para a construção de um Centro Cívico pela Prefeitura Municipal] (Entrevista concedida em 16/08/02).



**Figura 40:** Moradora apresenta com satisfação sua casa. Perceber o padrão construtivo mais elaborado com a presença de portão de grades de aço. O desnível da varanda em relação à rua se deu após a construção do calçamento pela Prefeitura. O baixo nível do terreno é uma característica da maioria das casas do Poço da Draga, o facilita a entrada da água (Foto: Vancarder Sousa).

Às ameaças de remoção somam-se as dúvidas quanto à adaptação ao novo padrão. Há a preocupação não só com questões de ordem econômica, representadas pelos impostos e taxas advindos do condomínio, que se apresentam a partir da pergunta “como mantê-lo?”, mas, também, com as questões relativas a composição e organização das novas residências e o convívio dela advindos: “qual a nova vizinhança?”, “O prédio será bonito?”, “Como será estar lá?”.

Seguindo o percurso em direção ao mar é possível observar outra rotina de preocupações mais distantes dos projetos de “revitalização” e mais ligadas ao dia-a-dia e à vida para levar. Muitas pessoas se encontram em frente às suas casas, na maioria mulheres, aproveitando a menor intensidade do sol e sombra que se deita sobre a rua. A cena lembra uma paisagem vista com frequência nas cidades do interior do Estado ou nos bairros de periferia. As crianças brincam na rua, correm e jogam bola. O final da tarde é sempre marcado por essas brincadeiras. Andando ali, naquele momento, o pesquisador chamava a atenção, pois era visto como uma pessoa estranha ao lugar. Por onde passava era possível perceber os olhares inquiridores sobre aquele estranho visitante vespertino.

A paisagem verificada ao adentrar o Poço da Draga parecia concordar com informações anteriores obtidas em uma visita de reconhecimento realizada pelo pesquisador em outra oportunidade em que estava interessado em conhecer o vizinho invisível do Centro Cultural (SOUSA, 2000). Trazia em mente a afirmação proferida por uma moradora do local na ocasião. Para ela a favela “era um lugar de gente ordeira e trabalhadora, onde não tinha violência, não”; confusão, quando tinha, segundo ela “era provocada por gente de fora”.

Parte do sentido da fala da representante comunitária era associada ao esforço político de apresentar bem a comunidade para o visitante da “universidade”. Em grande medida suas afirmações se tornaram mais compreensíveis tempos depois, na realização da pesquisa atual, na qual a complexidade das relações sociais internas e externas do Poço da Draga se mostrou mais claramente.

Um outro morador percebe a violência na área da seguinte forma:

Porque se a gente for falar de violência, pelo que me falha a memória se chegou a morrer aqui foi de doença normal, foi por idade, nunca por crime, nunca por violência, graças a Deus nunca teve violência, aqui nunca teve nenhum tipo de vandalismo, pelo contrário, quando vinham alguns marginais, algumas pessoas que vinha para querer assaltar ou trazer droga aqui dentro do bairro chegou um certo ponto que a juventude aqui do bairro começou a colocar esse pessoal para fora. Então,

todo marginal que chegava aqui era posto para fora por essa juventude, por essa grande riqueza, eles não aceitavam de maneira nenhuma nenhum tipo de criminalidade. Então, os próprios marginais começaram a batizar o Poço da Draga de Baixa Pau<sup>66</sup> (Entrevista concedida em 01/11/03).

Contudo, a sensação de insegurança do ambiente, refletia-se na construção simbólica da violência urbana vinculada a favela, e ao Poço da Draga em particular, como afirma uma moradora:

Tem outros [lugares] piores, porque desde que eu moro aqui eu nunca vi, assim, falar em estupro, essas coisas assim, morte violenta, essas coisas assim, que a gente vê diariamente, ai nesses bairros, muitos bairros a gente vê. [Aqui] Já não é mais calmo como antigamente, mas também não é tão assim... Semana passada eu pedi um remédio na farmácia, o rapaz veio deixar à noite aqui, o negócio é a fama, a fama do lugar, ele chegou ali e perguntou a um motorista de táxi, “você acha que eu devo entrar ali?”, ai o rapaz disse, “se eu fosse você eu não entrava não”, ele voltou. (...) ele veio deixar no outro dia bem cedinho, com medo de entrar aqui, aí eu disse, “não, mas isso é só boato”. Assim mesmo a gente diz assim, porque a gente ainda acha, que eu vivo na minha casa, quem vive na rua é que sabe mais ou menos. Porque para mim, eu vivo aqui na minha casa, está tudo bem ainda.

As informações e entrevistas com moradores publicadas em jornais sob o calor do anúncio, na mídia, do projeto do CMEFC<sup>67</sup>, bem como as notícias chamavam a atenção para o aumento repentino da violência, atritos e transtornos no entorno do Centro Dragão do Mar. Destaque-se aqui, os furtos e roubos a automóveis e visitantes, a venda e o consumo de drogas (com ênfase na venda de bebidas a adolescentes), a prostituição e as brigas de gangues juvenis.

O crescimento repentino da frequência aos novos equipamentos também gerou o congestionamento das ruas e evidenciou a falta de estrutura para receber o volume de novos usuários. Esses problemas motivaram várias reuniões de entidades da sociedade civil com representantes do Poder Público, além da instalação de uma Delegacia Especial de Polícia em um prédio anexo ao CDMAC, como pode ser visto em matérias da imprensa diária<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Em uma matéria de 18/03/2001, o Jornal O Povo, publicou: “Vândalos atacam mangue do Poço da Draga”. A matéria afirma que indivíduos não identificados colocaram fogo na vegetação do mangue provocando um incêndio de pequenas proporções e apreensão entre os moradores.

<sup>67</sup> Meados do ano de 2001.

<sup>68</sup> “Caos na Rua Dragão do Mar: som alto, lixo, brigas e roubo” (12/09/01) e “Dragão ganhará posto policial” (09/12/01).

Já nas matérias jornalísticas que versavam sobre o projeto do CMEFC e suas conseqüências para o Poço da Draga, alguns moradores manifestaram, mais receios que esperanças frente à proposta de transferência da comunidade. Nestes relatos, os traços de identificação com o lugar surgem com maior ênfase. Diante do temor frente ao desconhecido, se apresenta alguma esperança fundada no discurso do Governo do Estado de prestar assessoria para a requalificação da população para um novo padrão social, no qual o projeto do CMEFC traria benefícios em termos de ocupação, renda e infra-estrutura. Nas palavras de um representante da SEINFRA a requalificação do Poço da Draga passaria pela capacitação de seus moradores para uma nova realidade econômica condicionada também pela nova vizinhança:

Qual é o grande patrimônio que eles têm e que foi motivo da consulta inicial? Antes de qualquer coisa nesse projeto foi feita uma consulta àquela população, em que o Governo procurou mostrar para eles que eles tinham um grande patrimônio que era a posição estratégica que eles hoje ocupam e que o Governo estaria disposto a fazer uma troca desta posição estratégica pelos benefícios que o projeto vai gerar. (...) A nova localização do projeto, são blocos em que o andar térreo fica todo destinado a realização de negócios da própria comunidade para aproveitar esse potencial enorme que é o mercado naquela área, ou seja, o desenvolvimento de pequenas micro-empresas, de pequenos negócios etc., é uma etapa absolutamente decisiva nessa requalificação. A comunidade Poço da Draga seria... será, uma chance que a população como um todo e a própria comunidade terá de constatar, de comprovar os benefícios... dos benefícios que você pode tirar de um projeto turístico. **Nosso objetivo principal é requalificar essa comunidade** e fazer com que esta comunidade de cerca de 1100 pessoas tenham uma melhoria de padrão, de qualidade de vida que seja visível para ela própria e pra toda a comunidade cearense (fonte: SERPA, 2005, grifos nossos).

Havia também nas matérias expressões de resistência estimuladas pela mais recente ameaça de remoção, provocando a elaboração de estratégias de negociação com o poder público e a acomodação da inquietude interna entre os próprios membros da comunidade. Porém, nestas matérias já se vislumbrava a resistência da Associação (e de alguns moradores mais engajados), dentro dos limites impostos pela proposta do governo.

Referindo-se à iminência da transferência, um morador residente há 54 anos na comunidade, afirmava: “só acredito vendo”, ressaltando que a transferência deverá demorar, por ser o projeto do CMEFC, “grande e caro”, e que passou a vida ouvindo notícias que sairiam dali. Também ressaltava que apesar das melhorias pelas quais passou o local ao longo dos anos,

pois antes “era só areia e mato”, ainda falta segurança e saneamento. Dessa forma, para ele, “a segurança somos nós mesmos”<sup>69</sup>.

Das tensões entre a comunidade e os interesses do crescimento urbano que a circundam, parece se destacar a desconfiança sobre a mudança a partir da experiência adquirida em uma difícil convivência com o poder público ao longo do tempo. Devido a ausência ou incapacidade deste em resolver as demandas mínimas da comunidade. Nesta posição de sujeição, ainda vê-se na situação de “parceira” involuntária de um negócio que deveria interessar a todos: o desenvolvimento da cidade<sup>70</sup>.

A fala anterior do morador dá margem também, para questionamentos sobre esse campo da construção das relações entre os moradores, entre estes e os estranhos ao lugar ou aos valores comunitários, que seriam responsáveis por parte desta violência, como brigas e tensão associadas, por um lado, à venda e consumo de drogas, e por outro, à não colaboração, e até sabotagem, das ações de negociação com o Poder Público. O campo representado pelos conflitos internos à comunidade parece uma referência importante na definição da identidade de grupo e de legitimação da sociabilidade local ao longo do tempo.

Trabalhando em uma pesquisa sobre urbanização de favelas do Rio de Janeiro, com a participação ativa dos próprios moradores, Santos distingue os “moradores plenos” dos “não-moradores”. Para essa definição foi preciso “evocar um espírito’ para o bairro; a identificação com uma série de símbolos, a adesão e o respeito a um conjunto de comportamentos que qualificariam o morador”. Os moradores mais antigos e conseqüentemente os que moravam nas melhores áreas da favela, possuem prerrogativas sobre as decisões e freqüentemente se destacam, ganhando o respeito dos demais (1981, p.200).

A presidente da Associação de Moradores, que acompanhou o desenrolar desta pesquisa, sempre se mostrou zelosa em relação à proteção dos interesses da comunidade e à sua imagem pública. Em geral, esta conduta pode ser sentida também nos outros membros da Associação, porém, a convivência de pesquisa com estes personagens revelou aspectos mais conflituosos nas relações sociais existentes na localidade. Sobretudo estimulado pelo anúncio de remoção e pelo papel das lideranças nas negociações com o Estado.

<sup>69</sup> “Pintor acredita que o projeto vai demorar”. Jornal O Povo, 22/02/02.

<sup>70</sup> “Nós estamos com um avanço bastante grande para o Poço da Draga. Não foi pedido ao governo [do Estado], nem a ninguém, para ser feito uma intervenção aqui. É a cidade, pela exposição do Fausto [um dos arquitetos responsáveis pelo projeto do CMEFC], que vocês acompanharam atentamente, que precisou, precisa, renovar esta área para que, o uso dessa área pela cidade seja feito pelo número maior possível de fortalezenses. Então, não era justo, nem razoável que a comunidade arcasse, ela, com o ônus dessa necessidade, que é uma necessidade coletiva da cidade”. [Representante da SEINFRA em Audiência Pública realizada em 13/12/01 sobre o projeto do CMEFC na Escola Elvira Pinho – Praia de Iracema].

A construção simbólica do espaço, por sua constituição coletiva, é aberta a lapsos e brechas. Desta forma, a ambiência conflitiva em um momento ou outro “escapa” nas narrativas, de modo indesejado, o que pode gerar indisposições dos atores para com alguns membros da diretoria. Nos momentos seguintes ao anúncio do projeto, os moradores que contrariavam os interesses da Associação ou criticam suas decisões em relação ao processo de mudança, eram rotulados como inimigos da comunidade. A aparente paz que o bairro apresentava para o visitante de primeira viagem se desfez logo após as primeiras conversas com diferentes personagens. Um antigo morador, crítico da transferência, se considerava de certa forma, “vigiado” por alguns membros da Associação, fato que gerava atritos quando as notícias de que alguém andou falando “isto ou aquilo” desagradava a alguns membros mais destacados da Associação.

Além da relação conflitiva que divergentes interesses tendem a gerar em qualquer grupo social, e cuja evidência é a razão de existir das relações políticas presentes na associação de moradores, a existência de áreas dentro do Poço da Draga com valorações sociais e hierárquicas claramente demarcadas tornava essa questão das disputas internas mais complexa. Assim como Elias (2000) no clássico estudo sobre os estabelecidos e os *outsiders* identificou a existência de dois bairros na cidade de Wiston Parva com significados sociais e *status* diferentes - cujo vetor era a crença na superioridade de um e na inferioridade do outro - o Poço da Draga também registrava esse tipo de relação.

Elias percebeu em sua pesquisa que os estabelecidos, do ponto de vista econômico, partilhavam o mesmo universo de oportunidades que os *outsiders*, ainda assim sobre estes pesavam associações com a violência, a sujeira e uma moralidade duvidosa, tornando sua presença objeto de estigma. A resposta para a construção de uma auto-imagem negativa imputada aos *outsiders* e uma auto-imagem positiva e superior alimentada pelos estabelecidos residia no tempo de residência no local, e na crença de que os problemas sociais decorriam da mudança para o bairro dos *outsiders*. Ocupando posições importantes dentro da comunidade, os estabelecidos cristalizavam as opiniões sobre os moradores definidos como *outsiders*, ao mesmo tempo em que os alijavam das oportunidades de visibilidade, poder e ação.

A mesma configuração parecia se repetir no Poço da Draga, onde os moradores da área do Poço, a mais degradada da favela, eram estigmatizados e destituídos das posições de decisão, poder ou visibilidade. A eles era imputada a responsabilidade por uma série de mudanças consideradas negativas, ocorridas na área como o aumento da violência (com a presença do tráfico de drogas e aumento da delinquência juvenil e a desconfiança em relação aos moradores mais recentes), que eram vistas de modo comparativo com um passado idealizado.

Assim, a área do Poço e seus moradores eram associados a redes de fofoca, de desentendimento, de violência, ou falta de generosidade, como atesta a fala de um dos moradores mais antigos:

Às vezes tem [desentendimentos entre vizinhos], mas pra lá [fazendo gesto apontando para a região do Poço]. [Antigamente] Não, não tinha [desentendimento entre os vizinhos], de jeito nenhum. Aqui todo mundo se entendia, não tinha ‘disse me disse’ de estar contanto estória: ‘ah! Dona fulana disse isso de você. ‘Ah não! Quem disse foi ela’. Não, não tinha. Todo mundo se entendia aqueles pescadores quando chegava de noite do mar, com aqueles peixes, tinha aquele prazer de botar aqueles peixes meu prato, dar para os vizinhos. Não bem na minha casa que não precisava muito, que eu tinha meu marido empregado e tudo, mas eles me davam peixe. Peixe bom, peixe bonito, trazia com aquele gosto... era a amizade sem nenhuma maldade, hoje não (Entrevista concedida em 02/10/2002).

Hoje o Poço da Draga se encontra fechado para o estabelecimento de novos moradores. Em parte pelo esgotamento de novas áreas, dada a limitação espacial, em parte pela restrição imposta pela SEINFRA à chegada de novos habitantes, que não os já cadastrados para a transferência. Os titulares que chegaram mais recentemente do Poço da Draga somam 32,64% ou seja, os que residem no máximo há dez anos (SEINFRA). Com as áreas mais altas ao longo da Rua Viaduto Moreira da Rocha já ocupados, os moradores mais recentes foram obrigados a ocupar as áreas úmidas e alagáveis nos fundos das casas mais “nobres”, justamente o caso do morador acima citado:

[Antes] era amizade, sem nenhuma maldade, hoje não. (...) isso mudou quando esse pessoal invadiram pra morar aqui [se referindo aos moradores mais novos, sobretudo os que passaram a ocupar a área do “Poço”]. Aqui tem gente de todo canto. Tem gente do Antônio Bezerra, tem gente de Paracuru, tem gente não sei de onde. Tem tanta gente aqui que não era daqui, que veio para aqui e ficou que é uma tristeza. Justamente ai está o desacordo (Entrevista concedida em 02/10/03).

O percurso narrativo pelo Poço da Draga que se iniciou no Centro Dragão do Mar, concluiu-se na chegada à Ponte Metálica. A chegada é marcada pela visão de um barraco de madeira em péssimo estado sobre ela (ver figura 41). Sua proprietária, de idade avançada, nascida em 1921, solteira e sem filhos, sobrevive sozinha ali há muitos anos. Sua trajetória

sintetiza muito dos elementos estruturadores dos diversos momentos e percursos pessoais encontradas na comunidade:

Minha mãe trabalhava no cais fechando saca de cera [cera de carnaúba] para embarque no navio, e eu já conhecia aqui. Aí ela foi embora e eu vim pra cá, aí ela faleceu e eu virei mulher e eu vim pra cá, “vou procurar lugar pra eu morar na praia” (inaudível) ai eu fui na Capitania [Dos Portos] pra conseguir esse lugar onde eu moro [se referindo ao barraco sobre a Ponte Metálica]. Nem tem água, nem tem luz, vivo só eu e Deus. Ai eu vendia café e merenda nas firmas e sobrevivia, mas agora chegou o ponto de eu não poder mais trabalhar. Eu sobrevivo da pescaria e de muita gente que pesca aqui (Fonte: SERPA, 2005).

Pelo tempo que mora no Poço da Draga a moradora experimentou as diversas transformações ocorridas no entorno da favela e suas conseqüências sobre a comunidade. Testemunhou o auge da movimentação do porto na Ponte Metálica e o seu declínio, com a transferência para o Mucuripe. Experimentou cada um dos anúncios e tentativas de remoção, até o presente. Ela vê da seguinte forma a proposta de transferência do Governo do Estado:

Todos os anos eles tiram a gente e nunca que a gente sai. Eu já tô pedindo a deus que chegue esse dia, mas pra longe eu não vou. Ou me botam pra perto do mar onde eu possa pescar o meu peixinho ou já disse que pra longe eu não vou (fonte: SERPA, 2005).



**Figura 41:** “Vivo só eu e Deus”. Barraco de uma das moradoras mais antigas do Poço da Draga.

#### 4.4 As Mudanças e a Disputa pela Legitimidade

A condição de enraizamento dos indivíduos, de criação de laços com o local, aponta para a possibilidade da formação de redes de sentido e sociabilidades próprios, que possam ser reconhecidos por todos. Como forma de re-fundação da sociabilidade, o ato de lembrar estabelece a possibilidade de enfrentamento dos temores advindos da inevitabilidade do tempo e do desaparecimento. Mais do que isso, os próprios eventos oriundos das transformações da cidade, do seu crescimento e da especulação imobiliária, ressaltariam esta característica de defesa contra o esquecimento e a aniquilação.

Este processo apoia-se na vivência e na relação dos indivíduos com o lugar e com a cidade, a partir da experiência diária e dos suportes da memória social. É o que se pode observar na reflexão de uma antiga moradora, se referindo a atividade da pesca no Poço da Draga:

Antigamente, uma coisa que eu acho uma injustiça, era os pescadores que tinha, os pescadores que tinha na beira da praia e foram retirados, e foi para a Palmeira. Como é que tira um pescador da praia, e foram para a Palmeira? (Entrevista concedida em 20/11/02).

O sentido da exclusão nasce, então, do encontro entre passado e futuro, inserido no campo mais amplo dos elos entre identidade e aversão sob a condição de personagens de uma trama, que apesar do seu enredo mais amplo e condicionante, é reconstituída a todo o momento por cada um. Continua a mesma moradora:

Está certo que as moradias, também, não eram dignas, eram casinhas de papelão, casebres mesmo, para lá, para cá ainda tinha ainda umas casinhas boas. Para ali, não sei se é Praia Formosa [local onde hoje se encontra a INACE] que chamam por ali, mas aí foi uma injustiça muito grande, tirar os pescadores da praia para botar para Palmeira. Não são nem caçador (...). Já fiz sacrifício para ter uma casa boa, eu não acho justo agora, na altura da minha vida eu ter que trocar minha casa por uma menor (Entrevista concedida em 20/11/02).

Em um tom mais incisivo um outro morador articula as dimensões de passado e futuro em favor da legitimidade da presença do Poço da Draga na área:

Eu acho que o governo aproveitando uma oportunidade, de fazer um mega projeto, não sou contra o projeto. [O governo] está querendo, palavra sincera, roubar a comunidade. Oferecendo, o que eu diria, uma pocilga, porque nós não somos porcos, nós não estamos pedindo para sair daqui, nós moramos confortavelmente, talvez, em Fortaleza não exista um lugar melhor para se morar do que aqui. Porque aqui nunca teve estupro, nunca teve assalto, os comerciantes trabalham tudo de porta aberta. E posso provar, se vocês passar aqui às onze horas, está aberto. Agora, é claro, se existe [roubo], no senado existe, isso não é só aqui. Eles que poderiam dar bom exemplo, foram bem educado, são os primeiros a meter a mão no onerário [erário] público [Entrevista concedida em 27/04/02].

Outro aspecto interessante constantemente presente nas falas dos moradores se referia à questão da violência. Quando eram indagados sobre o assunto, a resposta que davam era a de que não havia violência no Poço da Draga, e que lá você pode “andar na rua, à noite, na hora que quiser, que não existe perigo”.

No esforço da construção de uma auto-imagem positiva, os personagens tendem a não assumir a sua própria condição conflitante. Esta condição poderia funcionar como motivador

de situações de distensão frente aos interesses do grupo. Quando indagados sobre diferenças e rivalidades, os “responsáveis”, os “culpados” sempre pertencerão a outros grupos.

Estes mecanismos de identificação dos indesejáveis para a coletividade parecem responder a uma lógica pendular de discriminação, entre valores integrativos e dissociativos que definem a convivência e a construção política do espaço comum, este sempre entendido como espaço de negociação e tensão permanente para a viabilização de códigos de convivência possíveis.

A sociabilidade no local não é dada por nenhum voluntarismo, mas disputada dia-a-dia pelos atores reunidos em campos de interesses opostos. Assim, a situação de pobreza, além das ameaças de remoção históricas vividas pelo grupo, complexifica a aproximação de interesses pelos moradores. Como afirma Koury:

Para os próprios pobres é na pobreza que estão as causas da violência, onde se encontram os violentos e os desajustados (...) esta generalização da pobreza, por outro lado, não é o pobre que eu sou, mas sim, o outro. A estratificação na pobreza da própria pobreza e especifica o pobre que não é bandido, que sofre violência também e que tem medo (1988, p.149).

Esse distanciamento entre interesses e pessoas no Poço da Draga também se refletia nas reuniões promovidas pelo governo do Estado onde a comunidade participava. Num *workshop* sobre Violência e Cidadania (realizado em 11/05/2002)<sup>71</sup>, um facilitador perguntou: “que tipo de violência existe no Poço da Draga?”. Durante alguns angustiantes minutos, o silêncio foi a resposta do grupo de moradores. Após uma nova tentativa e da reformulação da abordagem, alguém se manifestou: “a droga, o problema lá é droga!”. Momentos depois, um rapaz afirmou: “o pessoal que assalta e consome drogas é de fora, mas isso não quer dizer que lá também não tenha”.

Aquele silêncio poderia ser uma evidência das violências ali existentes, cotidianas e invisíveis, como em todo lugar, mais difíceis de serem assumidas: violência contra mulher, violência doméstica, contra crianças etc. e outras sofridas na rua ou no trabalho (ou na falta dele) diariamente. Uma adolescente até esboçou um “acho que existe desrespeito com as mulheres”, mas os homens, que eram maioria, não deram atenção e sua observação ficou no vazio.

---

<sup>71</sup> Ouvindo os relatos dos moradores que participaram ficou claro que a violência que mais identificam é a relacionada com o tráfico de drogas e suas conseqüências.

Um morador antigo, com 77 anos de idade, afirmou: “é fácil identificar quem trafica, basta perguntar quem não quer permanecer com os mesmos vizinhos”. Referia-se ele à disposição de muitos moradores não quererem permanecer vizinhos das pessoas ligadas ao tráfico de drogas no novo condomínio. E como solução, arrematou: “só tem uma solução, tirar os elementos ruins pra outro lugar, o Pirambu”.<sup>72</sup>

A construção de mapas imaginários do lugar relacionados às experiências de insegurança e de injustiça, frente aos interesses urbanos refletidos no Poço da Draga, além de apresentar “mecanismos” eficientes de identificação dos *outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000), também opera muito bem na significação e hierarquização espacial do lugar. Desta forma, o Poço da Draga é representado pelos seus moradores como dividido por duas grandes áreas: a Aldeota, alusão a um dos bairros mais ricos de Fortaleza (FEITOSA, 1998, p.165) e o Serviluz, favela localizada na área leste da cidade, ao lado do porto, onde se encontra uma zona de prostituição. Como afirmou uma moradora da Rua Viaduto Moreira da Rocha: “aqui chamam nós é Aldeota, ali é Serviluz” (Entrevista concedida em 16/08/02).

Na “Aldeota” estão as casas de melhor padrão construtivo, casas de alvenaria, melhor acabadas e algumas até com dois andares, portanto as mais caras, localizadas nas duas ruas principais (ver figuras 42 e 43). No “Serviluz” estão as casas mais pobres, periféricas, localizadas em locais de difícil acesso, como nos becos, entre outras casas, ou nas áreas mais baixas e úmidas, sob influência do mangue: ambientes que estariam marcados pelo medo, incertezas e violência. Para outra moradora, o perigo no Poço da Draga se encontra nas pessoas que vivem na área mais pobre, o Poço:

Tem tantas casas, barracos aí dentro que você nem imagina. (...) Começa ali onde era a DICOL, arroteia isso aqui tudinho [apontando em direção aos fundos da casa onde estávamos]. O perigo mora é dentro do Poço”. (Entrevista concedida em 16/08/2002).

---

<sup>72</sup> Considerada a maior favela de Fortaleza (zona Oeste) e uma das mais antigas, aparece, com frequência na mídia, como cenário de manchetes violentas.



**Figuras 42 e 43:** Sobrados localizado na “Aldeota” do Poço da Draga, área pavimentada e boa circulação. Diferente das áreas úmidas onde se encontram as edificações mais pobres da favela (Foto: Vancarder Sousa).

Quando se demonstrou interesse em que esta moradora facilitasse o contato com algum morador daquela área, sua reação foi de sobressalto: “ninguém vai querer entrar no meio dessas pessoas! A gente conversa assim... mas...”. (idem). Seu sobressalto e a inquietação demonstrada em relação à menção do Poço, e a possibilidade da ida até lá de um estranho, pareceu um bom indicativo do temor e do distanciamento associados àquele lugar e às pessoas que o “dominam” (traficantes<sup>73</sup>, “mirins”, malfeitores que aproveitam para se esconder na mata etc), mas também aos moradores “idôneos” (ver figuras 44 e 45). Esta representação remete à expressão “favela da favela” notada em uma outra pesquisa sobre favelas (BURGOS, 2002), para identificar a situação de estigmatização vivida pelos moradores do Poço. Para esse autor:

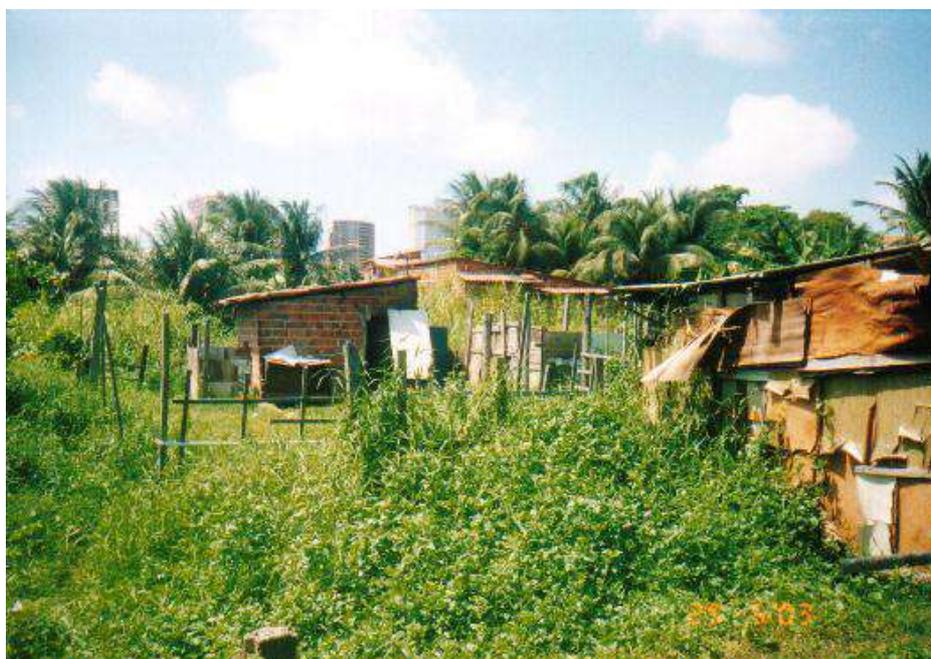
Quase toda favela tem uma área dramaticamente pobre. Em geral, esses espaços são habitados por famílias sem qualquer tipo de renda, e com quase nenhuma inserção social. É comum, entre seus moradores, a expressão “favela da favela”, demarcando bem uma nítida diferença entre essa área e as demais. Em Rio das Pedras [favela da cidade do Rio de Janeiro] essa diferença é tão saliente que pudemos constatar que a impressão causada pela paisagem social da periferia da favela a um morador do centro é de grande estranhamento, o que, evidentemente, contribui para estabelecer uma forte distância psicológica entre centro e periferia (p.48).

---

<sup>73</sup> Na região do Poço existe uma “boca de fumo”, se localizava ao fundo de um dos becos que se dirigem para o centro da favela. Durante uma visita foi possível chegar próximo a ela e perceber, tanto os olheiros nas proximidades executando o controle da entrada, quando três ou quatro jovens do apoio, aparentemente do lugar, nas proximidade da porta do barraco.



**Figura 44:** Aspecto dos becos que formam o labirinto de acesso ao “Poço” (Foto: Heloísa Oliveira).



**Figura 45:** Centro do “Poço” aonde podem vistos alguns dos barracos mais pobres da comunidade que são alagados por um pequeno mangue que ainda resiste no local. (Foto: Vancarder Sousa)

Assim, a desconfiança se localiza espaço-temporalmente na favela, ou seja, as diferenciações se dão também a partir de estratificações fundadas geograficamente.

Nestes mapas imaginários elaborados pelos moradores podem se localizar as hierarquizações, relações de afeto e desafeto, tanto de origem interna à comunidade quanto externa. Assim localizadas, contribuem para estimular reações e atitudes frente às sujeições simbólicas e materiais que afligem a vida do grupo, não só em relação ao espaço, mas também em relação ao tempo.

Através da constituição destes mapas simbólicos, os sentimentos vão dando o tom das descrições dos momentos e das posições sociais por eles ocupadas. As reações frente à angústia e da mudança manifestam-se como negociações simbólicas delicadas, objetivando dirimir os efeitos da perda, e podem ser discernidas a partir das ações e falas dos moradores. Como afirmou uma moradora comentando a possibilidade de deixar sua casa e da perda afetiva associada ao espaço:

Ah, não! Ai eu tenho muita saudade, eu tenho saudade do meu quintal, que eu tenho coqueiros. Tenho saudade da convivência daqui, dos meus filhos que brincavam muito, que tem [tinham] espaço para brincar, para correr e tudo. Esse meu filho do Tribunal, mora num apartamento lá para o lado do Rodolfo Teófilo, traz o filho para cá, vem conversar, vem brincar aqui. Tem muito espaço aqui, morro de saudade, morro de saudade quando sair daqui. Até chorar, um dia desse, o Dr. Ney [da SEINFRA] viu, [eu] estava muito triste com a conversa aqui, “a senhora ama aqui” [ele disse], “adoro, adoro a minha casa”.

Como exemplo deste tipo de operação de requalificação dos sentidos pelos indivíduos, vividas naquele cotidiano, em modulações de ação, pode-se observar algumas narrativas referentes às ameaças simbólicas em curso e as passadas; neste caso, a memória é quase sempre o seu veículo.

Antes do atual desassossego diante da iminente transferência, a comunidade já convivia com um clima de tensão com um outro vizinho de peso, a INACE, ocupou, com o aval da Marinha, a parte costeira da área, construindo um estaleiro e obrigando muitos moradores a se mudarem. Alguns permaneceram onde hoje é o atual Poço da Draga. Os moradores relatam que, ao longo desse tempo, a INACE vem avançando fisicamente sobre pequenas porções de terreno do Poço da Draga. Segundo uma residente, “nascida e criada aqui”:

Ela [a dona do Estaleiro] quer mesmo é botar todo mundo pra fora daqui. Cercou aquele terreno ali [apontando] da continuação da Viaduto Moreira da Rocha, e agora cercou um terreno onde haviam umas casas que foram desapropriadas pela prefeitura por serem área de risco [ficavam à beira-mar e sujeitas a ação direta das ressacas]. Ela não quer nem saber, bota cerca, segurança e pronto (Entrevista concedida em 15/06/2002).

Em seguida, narra a época em que era criança e junto com os irmãos ia tomar banho na praia onde hoje é a INACE. Mostra-me uma foto do início dos anos 1970 (não consegue precisar a data) onde ela e seus irmãos, ainda crianças e adolescentes, estão em roupas de banho, molhados, se divertindo sobre o paredão Hawkshaw.

Uma outra oportunidade na qual apareceu certa articulação entre identidade e o conflito representado pelo projeto de transferência, se deu na apresentação para os moradores do “Projeto de Realocação e Requalificação da Comunidade do Poço da Draga”, na Universidade Estadual do Ceará em 11/05/2002. Na exposição para a plenária da temática “Pertença e Identificação com o Novo Lugar”, o técnico responsável ressaltou a necessidade de identificar os turistas que dividirão a nova área com o Poço da Draga de “uma comunidade”, que seriam “uma nova vizinhança” e que se fazia imperativo a realização de esforços para uma adaptação amigável entre os dois interesses. Também foi ressaltado que “o turista tem dinheiro pra gastar, daí a importância do turista para a cidade”, e que a partir da transferência, o turismo será “uma das maiores fontes de renda pra comunidade”.

Outro ponto de destaque nesta exposição foi a proposta de criação da “Casa da Memória do Poço da Draga”, lugar no qual seriam depositados fotos e outro registros do antigo Poço da Draga. Segundo os técnicos, seria um local que poderia atrair também a atenção dos turistas. O professor da UECE, responsável pela apresentação, completou a proposta de criação do Memorial a partir da adaptação de um casco de navio produzido pela Indústria Naval como sede deste museu. Com entusiasmo, afirmou que o barco representaria um símbolo da comunidade, da sua proximidade com o mar e o estaleiro naval.

Um dos moradores, já apresentado e há muito residente no Poço da Draga, reagiu contra a proposta de instalação do Memorial num casco de navio da Indústria Naval. Segundo ele, o “Poço da Draga não teria nada a ver com o estaleiro”, e que “a dona [do estaleiro], sempre quis expulsá-los dali”. Concluiu que os moradores não se identificavam com um barco; sua “identificação era com a Ponte Metálica”. Diante da recusa desta proposta, foi possível perceber certo constrangimento na postura entusiasta anterior do apresentador que, recuperando-se,

apressou-se em afirmar que se tratava apenas de uma proposta, a qual os moradores poderiam recusar.

O Poço da Draga se apresenta fortemente integrado ao seu entorno. O relacionamento com este e a reação frente às mudanças que os interesses econômicos apresentam se mostram também de forma pendular, entre a aceitação e a negação. Em relação à implantação da INACE foram muitas vezes relatados pontos favoráveis à sua presença entre eles: oferta de empregos, indenização para os moradores transferidos e, finalmente, o controle de parte das enchentes com a construção de uma tubulação na saída do pequeno mangue.

A partir dos fragmentos de experiência aqui narrados, verifica-se que este momento parece marcado por uma sucessão de representações na qual a nostalgia por um passado idílico (a chegada, a fundação), de um presente conflituoso e a tensão por um futuro incerto se mesclam, apontando para um resultado emocional aparentemente contraditório sobre os eventos atuais e o balanço de suas vidas naquele pedaço da Praia de Iracema.

O condutor das ações ao longo do tempo parece se centrar no retorno constante de certo tipo de ameaça mais evidente, a de remoção, e das conseqüências econômicas destas na vida dos moradores. Porém, esta ameaça se apresenta sempre requalificada de acordo com os interesses envolvidos e a conjuntura política de cada época, como também o são as formas de reação e negociação da comunidade a estes momentos.

A sensação de perda é uma emoção presente no Poço da Draga sob efeito da atmosfera da mudança. Perda do espaço e das condições de sustentabilidade oriundas do lugar, segundo um morador que vive da coleta e reciclagem de lixo (ver figura 46):

Lugar de pobre é a beira de praia. Porque as vezes a pessoa não tem um centavo no bolso, mas aí vai ali na beira da praia pega um siri, pega um peixe e aí já faz... [faz gesto coma mão indicando alimentação] (...) Eu saio uma hora da madrugada ai nas boates, nos restaurantes, onde tem movimento, ai começo a apanhar minha reciclagem, pra quando chegar o fim do mês ter um trocadinho melhor pra comer o feijão com os meus filhos (fonte: SERPA, 2005).



**Figura 46:** Depósito de lixo para reciclagem no interior do Poço da Draga, exemplo de atividade que dificilmente poderá ser desenvolvida no ambiente do novo condomínio (Foto: Vancarder Sousa).

A indignação frente às condições da mudança que o projeto do CMEFC indica, entrelaça-se com as resistências do passado, referidas com frequência nas narrativas dos moradores, às tentativas anteriores de retirada total da favela, ou levadas a termo parcialmente, como no caso dos antigos moradores da área onde é hoje a Indústria Naval, transferidos em sua maioria para o Conjunto Palmeiras na periferia de Fortaleza.

Os vínculos de solidariedade que podem ajudar os mais necessitados também ficam comprometidos com a perspectiva da mudança para o novo condomínio. Segundo um morador:

Desde de pequenininho que a gente ouve que vai sair hoje, sai amanhã, a gente tá aqui pensando porque não pode ajeitar a casa da gente, não pode nada por causa dos empresários que querem tirar a gente daqui. Pra você ver, hoje eu tenho uma canoa, trabalho no cais, quando não tem serviço, eu vou pescar trago peixe pra mim, pra minha família, mando pra minha mãe ajudo meus irmãos, algum amigo meu que

chega e ele tá com fome, tome leve esse peixe ai pra tu comer, se a gente for para um canto que não tiver o mar como é que a gente vai viver? Porque o mar ele também faz parte da vida da gente” (fonte: SERPA, 2005). (ver figura 47)



**Figura 47:** Jangada em rua do Poço da Draga, maritimidade e possibilidade de sobrevivência. Com a construção do CMEFC o acesso ao mar será bloqueado na região (Foto: Vancarder Sousa).

Há indignação e sofrimento nesta expectativa dos novos eventos. Embora carreguem características básicas dos momentos passados, a insegurança do porvir está presente na vida de cada um, na desestabilização do cotidiano. Para um morador:

Se fosse pra eu escolher eu escolhia ficar aqui. Porque aqui eu... tá certo que não é um espaço muito grande, mas tem um espaçozinho, né? Tem um quintal, tem onde a gente colocar uma plantazinha, como eu, trabalho com esse tipo de medicamento que eu faço, essas garrafadas, esses lambedor, tem que ter um local pra eu fazer a minha plantação, porque se eu não tiver o quintal pra plantar eu vou ter que comprar, eu vou ter que ir lá ao centro [da cidade] comprar (fonte: SERPA, 2005).

Pescador, catador de lixo, raizeiro, como adaptar a realidade destas pessoas aos padrões de sofisticação e custos de manutenção da nova morada. Será factível a requalificação destes moradores para um padrão classe média?

A iminência de rompimento dos laços da pertença por motivos distantes da vida cotidiana de cada um provoca a angústia vivida por muitos. Em particular, uma moradora, narrou assim seu descontentamento:

Você já imaginou uma casa com um quarto, como é a que vou ficar [referindo se ao apartamento que será destinado a ela no novo condomínio], com minha filha, minha mãe doente (...) tem um neto que vem passar o final de semana comigo, é isso que eu não estou gostando. Já vou perder o quintal grande, que eu não faço nem questão porque eu não tenho mais condições de viver cuidando [das plantas], mas a minha casa eu quero que seja do tamanho que está agora, porque eu lutei para isso. Eu não acho justo, eu não acho justo tirar a minha casa para dar para outro. Eu tenho certeza que eles não tiravam a deles para dar para ninguém. Só sabem tirar dos pobres, isso eu não concordo. (...) Dia de domingo quando tem aniversário, aniversário meu, de uma criança, de um filho, boto meu fogareiro no quintal, faço um churrasco para a minha família, a gente brinca o dia todo. E lá, a gente vai poder fazer isso? No dia que eu falei da minha confraternização [se referindo a sua fala na plenária da UECE em 11/05/2002 na qual chorou na frente de todos], [o técnico responsável disse] ‘não, mas lá vai ter onde fazer a confraternização!’. Mas não é a mesma coisa, e a coisa na sua casa, seus amigos fica uma família só. (...) Ele [o técnico] não chegou a compreender o meu sentimento nesta parte. (Entrevista concedida em 20/11/02).

Longe de guardar acomodações e concórdia como na visão clássica de comunidade defendida por Tönnies (1995), na prática, pertencer ao Poço da Draga parece se fundar também, e com bastante ênfase, no conflito e na disputa. As representações comuns se constroem a partir de posicionamentos frente a estratificação social, política e espacial. Porém os sentidos espaciais, sociais, as recordações que os moradores atribuem para sua trajetória, para seu local e para a cidade estão em processo de mudança contínuo, podem convergir ou não dependendo dos contextos sociais. Assim, sujeito a diferentes formas de enobrecimento ao longo de 50 anos, o Poço da Draga expressa hoje nas reações e formas de mobilização às mudanças contemporâneas elementos da atualização do problema da moradia e do impacto do enobrecimento sobre as populações pobres dos locais a serem “revitalizados”. Com a palavra uma moradora:

Olha o projeto é muito bonito, é muito valioso, mas eu tenho muitas coisas [receios] nessas mudanças. As vezes eu fico assim pensando, será que nas nossas casinhas no meio da lama sem esgoto, sem nada, será que não seria melhor do que nesses apartamentos bonitos lá? Porque lá vai ser a base de condomínio, a gente vai ter que pagar um monte de coisas que talvez a gente não tenha condição de pagar. Muita gente aqui está desempregada, como é que uma pessoa desempregada vai poder morar lá? Nesse projeto eles não fazem nada no Poço da Draga nem o projeto sai nem vem melhoria, por causa do projeto a gente não consegue nada pra cá, a gente

precisa de calçamento, a gente precisa de esgoto, a gente precisa que a escolinha seja reaberta que foi fechada, a gente precisa que o posto médico seja reaberto que o Juraci (Magalhães, ex-prefeito de Fortaleza) fechou, é isso tudo... (fonte: SERPA, 2005).

## CONCLUSÃO

A cidade de Fortaleza, assim como outras capitais nordestinas, como Recife, Salvador, São Luís e João Pessoa, tem buscado, desde o início dos anos 1990, se destacar em um cenário de competição acirrada por um novo mercado definido pela atratividade turística e de serviços. Com o declínio da chamada sociedade industrial fordista esta tendência ganha força nas metrópoles dos países mais desenvolvidos a partir do início dos anos 1980. Neste novo cenário econômico global das “redes”, com a profunda reformulação financeira e política inclusive (com novas definições do papel do Estado), o ideal de desenvolvimento das cidades deixa de ser a indústria, acompanhada de tudo que lhe dizia respeito: chaminés, grandes galpões, o aspecto soturno da lógica da produção em massa e... grande concentração de operários.

Com o advento da sociedade baseada na “acumulação flexível” as grandes cidades industriais viram gradativamente seus parques industriais e os centros urbanos que lhe davam suporte declinarem. As atividades industriais passaram por um processo de reengenharia que as obrigou a migrarem para locais, cidades ou países, que oferecessem menores custos produtivos. De modo geral o resultado do processo, em um primeiro momento, foi a abandono no todo, ou em parte, dos antigos centros históricos destas cidades. Estes lugares passaram, com frequência, a servir de abrigo para desempregados, sem-teto, pobres em geral, os herdeiros esquecidos e invisíveis da decadência do modelo industrial.

A “descoberta” da possibilidade do crescimento econômico da cidade a partir da venda de uma imagem atraente vinculada à fruição, à realização de negócios e à prestação de serviços, fez o interesse dos gestores, planejadores e investidores se voltarem para o filão adormecido, o patrimônio edificado e simbólico dos antigos lugares. Agora, estes seriam “resgatados” para a coletividade a partir de caros processos de revitalização urbana que visavam a requalificar também seus significados.

A nova estética das cidades parece se pautar, então, não apenas pela eficiência dos novos serviços, mas, sobretudo pelo aspecto “memorável” de sua imagem. A grande questão a respeito destes processos de revitalização é que os contingentes humanos pobres que os ocupavam esses espaços, durante seus períodos de esquecimento só recuperam visibilidade dos poderes urbanísticos, enquanto obstáculo momentâneo, antes de sua remoção, ou operações de disciplinamento que controlem também a presença dos *outsiders* dos espaços enobrecidos.

No caso das capitais nordestinas em geral e no de Fortaleza em particular, trata-se de implantar processos de requalificação urbana na periferia social e econômica de um país periférico desta nova economia global. Esta peculiaridade remete a constatação de indicadores

sociais dramáticos e amplos contingentes populacionais sujeitos a várias nuances de injustiça social. Entre elas, destaque-se o problema do acesso à moradia e o crescimento acelerado das favelas.

No rastro dos projetos de revitalização, estes atores sociais estigmatizados, para evitar sua remoção, ou, quando não são de todo removidos, precisam articular estratégias de ocupação, permanência e visibilidade dos sítios onde já se encontram. Estratégias políticas de alianças com setores organizados da sociedade civil ou políticos por um lado, mobilização e conscientização interna por outro. Também podem lançar mão de práticas de apropriação espacial, os “contra-usos” como resistência ao enobrecimento.

Da análise do processo histórico da interlocução do Poço da Draga com a cidade de Fortaleza, com destaque para os efeitos sobre da revitalização da Praia de Iracema e, mais recentemente, do anúncio da transferência para a construção do CMEFC, emergiram diversos aspectos que compõem o fenômeno da requalificação urbana na contemporaneidade. E, também, aspectos mais particulares da construção de sociabilidades sob a lógica da incerteza, da precariedade e do controle social.

Interrogando com mais proximidade o estabelecimento das relações de interesses entre a comunidade e as diretrizes de desenvolvimento que a cidade exige, parece ficar claro, por um lado, que a atualização do ideal de progresso representado pelas novas intervenções urbanas cobra um preço existencial muito alto destas pessoas, fato esse capaz de gerar marcas, códigos sociais de orientação que podem ser lidos de fora. Por outro, o processo produz dissensos, interpretações conflituosas e contraditórias sobre o sentido de pertencer. Em comum, o lugar, porém não como uma foto, representação que se pretende mais próxima do real, mas algo polimorfo e em constante recriação. Os pontos de referencia geográficos espaciais podem ser os mesmos, mas sua leitura se mostra diferente pela perspectiva política ou subjetiva das emoções de quem o pratica.

Observando este relacionamento assimétrico entre o lugar de pobreza e a cidade que o envolve, verifica-se que esta, em relação ao Poço Draga, em alguns momentos ignorou-o, em outros tolerou-o, em outros mais vigiou e ameaçou. Este tipo de interesse urbano pode, simplesmente negligenciando a existência dos lugares de pobreza, colocá-los em uma espécie de suspensão temporal, na qual o lugar pode ficar esperando os adventos imobiliários que o torne atrativo economicamente.

O Poço da Draga foi vítima desse processo algumas vezes ao longo de sua história. Em relação ao “esquecimento”, a existência da comunidade de certa forma pode ser entendida como “útil”, à medida que ajudava a concentrar os pobres em uma faixa de terra longe dos

bairros nobres da cidade, servindo de destino para parte das levas de miseráveis que migravam do sertão. Essa utilidade também podia ser percebida na oferta de mão de obra para o trabalho pesado de movimentação de carga na Ponte Metálica.

Com a decadência dessas operações portuárias seguiu-se um intervalo de tempo no qual a vida difícil no Poço da Draga não apresentou grandes desassossegos. Tempo conveniente, para a atualização e consolidação do imaginário de valorização da praia e costa pela cidade. O fim do ostracismo se deu através de uma inserção de choque: primeiro o Plano Hélio Modesto, logo em seguida a instalação da INACE, movida pela ascensão da indústria da pesca que exigia uma quantidade cada vez maior de barcos. Outro breve intervalo e novo esquecimento até a chegada dos anos 1990 e com eles uma nova requalificação do sentido, importância e valor da praia.

Seguiram-se as tentativas de remoção de 1995, 1997 pela Prefeitura e interesses imobiliários e turísticos até a chegada da proposta de 2001 de construção do CMEFC. Neste momento, surpreendentemente, o governo acenou com uma proposta de troca que aparentemente a comunidade acatou. A proposta do Governo do estado surgiu sob a forma de escolha, por parte da comunidade, da área para onde seria transferida, com boa infra-estrutura e capacitação profissional para a adaptação ao novo padrão e, mais importante, a posse do imóvel no ato da mudança, haja vista a comunidade não possuir a Cessão Real de Uso.

Nestes termos, a questão sobre os problemas envolvidos na atual proposta de transferência se torna mais delicadas. O primeiro aspecto é o do conflito político interno que se tornou mais evidente à medida que a proposta do Governo se mostrava mais concreta e confiável. A AMPODRA em 2001 já contava com oito anos de uma mesma gestão, neste momento, aparentemente tranqüila, sem conflitos mais evidentes.

A efervescência oriunda da presença dos técnicos do governo e de órgãos conveniados na comunidade, da maratona de audiências públicas, assembléias, reuniões de capacitação, cursos e a repentina exposição na mídia, gerou um ambiente interno de tensão frente a apatia que se vivia.

Esta tensão pareceu se alimentar também dos boatos, ora de favorecimentos frente ao futuro projeto, ora de fraqueza nas negociações frente ao governo.

A tensão culminou em um processo eleitoral muito disputado e com manobras duras de um grupo contra o outro em busca de afirmação. Finalmente a pressão chegou ao clímax nas eleições ocorridas em 21 de março de 2001, com a vitória da oposição por apenas 9 votos. Não aceitando a derrota, uma representante da chapa derrotada discutiu com um representante da chapa vencedora. A discussão evoluiu para um confronto com a agressão física à candidata

derrotada, uma denúncia policial de agressão e a tentativa (frustrada) de anulação judicial do pleito.

De 2001 até 2006 já se vão cinco anos e o projeto de transferência não se concretizou, apesar das garantias renovadas a cada encontro por parte dos representantes da SEINFRA. O projeto passou pela pasta de dois Governadores sem solução, com a aproximação das eleições para o Governo do Estado em outubro de 2006, uma nova conjuntura política partidária, com a presença de novos atores pode dar novos rumos ao destino do velho Poço das Dragas, ou não. Enquanto isso a comunidade toca sua vida, recompondo a cada dia sua história, atualizando os significados de cada um dos pontos de referência de suas trajetórias: o mar, a praia, a ponte, o Dragão, O poço, a INACE etc. Refazendo a cada dia a esperança de um desfecho e esperando, esperando...

## BIBLIOGRAFIA

ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (Orgs.). **Um século de favela**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

ARANTES, Antônio A. **Espaço da indiferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ARANTES, Otilia. **Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_ (et. al.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BALANDIER, Georges. **O Contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. **À Sombra das Maiorias Silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BAUMAM, Zigmunt. **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992.

BERNAL, Cleide. **A Metrópole Emergente; a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: UFC/BNB, 2004.

BIRBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1977.

BURGOS, Marcelo Baumann. **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: PUC- Rio/Loyola, 2002.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação polifônica**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CANCLINI, Nestor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos, multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Liberal de. **Fatores de localização e expansão da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1977.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos CEBRAP, número 45, julho de 1996.

CAPELO FILHO, José; SAN MIGUEL, Lúcia S. **Cores da Cidade Fortaleza- projeto de restauração**. Disponível em: [www. URL: http://ofipro.com.br/trabalhos/htmls/coresdacidade.htm](http://www.ofipro.com.br/trabalhos/htmls/coresdacidade.htm) . Acesso em: 31 maio 2004.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o Medo. In. Adauto Novaes (Org.). **Os Sentidos da Paixão**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista: Estudos da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA SILVA, José Borzacchiello. **Os Incomodados não se Retiram**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer**. V. I. Petrópolis: Vozes, 1999.

DE DECCA, Edgar Salvatori. Memória e Cidadania. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do patrimônio Histórico, 1992.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. Fortaleza: Ana Blume, 1998.

\_\_\_\_\_. A imagem e os suportes materiais da memória. **Revista brasileira de Ciências sociais – RBSE**, João Pessoa, v.1, n.2, p.152 – 171, GREM, 2002.

DOS ANJOS JR., Moacir. Quinze notas sobre identidade cultural no nordeste do Brasil. **Cadernos de estudos sociais**. Recife, Ed. Massangena, v.14, n.1, p.5-15, 1998.

DOS SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

**Em nome de uma indústria cultural** (entrevista com Paulo Linhares). Inside Brasil. Fortaleza: n. 14, maio 1998.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O Poço e a Draga: a favela e a biblioteca**. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). PUC - São Paulo: impressa, 1996.

\_\_\_\_\_. A Praia de Iracema como Patrimônio Cultural: patrimônio de quem. **Olhar Midiático (Revista de Comunicação e Informação)**. Ano 1, n. 1, março: UFC – Deptº de Comunicação Social e Biblioteconomia, p. 96 – 106, 1998.

FERREIRA, Ângela L. de A.; MARQUES, Sônia. **Privado e público: inovação espacial ou social**. Disponível em: [www. url: http://ub.es/geocrit/sn-69-20.htm](http://ub.es/geocrit/sn-69-20.htm). Acesso em: 12 jul. 2004.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, 2000.

GASPAR, Luciano. **A Integração Econômica e Social de uma Favela: estudo sobre o “poço da Draga”**. Fortaleza: sem editora, 1970.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GONDIM, Linda M. P. **O Dragão do Lazer e da Cultura Invade a praia de Iracema**. In: V Seminário de História da Cidade e do urbanismo, PUCCAMP, Campinas: impresso, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório Circunstanciado de Atividades e Plano de Trabalho para continuação da pesquisa “Desenho Urbano e Imaginário Sócio-Espacial da Cidade: a produção de imagens da ‘moderna’ Fortaleza no centro dragão do mar”**. Fortaleza: impresso, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da Dissertação de Mestrado**. Fortaleza: Edições UFC, 1999 b.

- \_\_\_\_\_. **“A construção social da memória na moderna Fortaleza”**. Mimeo, 2000.
- GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 34. ed. Rio de Janeiro: 1992.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- HONORATO, Rossana. **Se Essa Cidade Fosse Minha... a experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 1999.
- IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD**, impresso, 1998.
- JUCÁ, Gisafran N. M. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KOURY, Mauro G. Pinheiro. **Trabalho e Disciplina (Os homens pobres nas cidades do Nordeste: 1889-1920)**. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e permanências*. Anais. Fortaleza: UFC, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Diferenciação Entre o Bem e o Mal: Pobreza, violência e justiça**. In: *Nordeste, o que há de novo?* Anais. Natal: UFRN, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Fotografia e Cidade**. In: KOURY, Mauro G. Pinheiro (Org.). *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Universitária/UFPB, p.153-170, 1988b.
- \_\_\_\_\_. **As Violências Invisíveis: Paraíba – 1993**. **Revista Política e Trabalho**. João Pessoa: PPGS/UFPB, 1994.
- LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. **O Que é Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- LEITE, Rogério P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público da experiência urbana contemporânea**. Campinas-São Paulo: Editora Unicamp; Aracaju-Sergipe, Editora UFS, 2004.
- LEMENHE, M. Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**. Fortaleza: Estylus Comunicações, 1991.

LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e de Sal: por uma antropologia do litoral nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOPES, Marciano. **Fortaleza Antiga: praças, ruas, esquinas**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes: 1997.

MAGNANI, José G. Cantor. **Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. De Perto e Dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.17, n.49. ANPOCS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Rua, símbolo e suporte da experiência**. Disponível em: www.URL: <http://aguaforte.com/antropologia/>. Acesso em: 12 out. 2003.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para uma crise urbana**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARQUES, Regina E. R. Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais: o caso de Fortaleza**. Dissertação (mestrado em sociologia). UFC, Fortaleza: mimeo, 1986.

MAYOL, Pierre. O Bairro. *In*: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano. 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis: Vozes, p.37–45, 1997.

MATOS, Kelma S. L. de. **Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1998.

MENEZES, Antônio B. de. **Descrição da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1992.

MOORE Jr., Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREL, Edmar. **Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição**. São Paulo: Global, 1988.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX: Neurose**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NOBRE, Eduardo A. C. **Intervenções urbanas em Salvador: turismo e ‘gentrificação’ no processo de renovação urbana do Pelourinho**. Anais do X Encontro Nacional da Anpur. S/D.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: o direito ao passado. **Projeto História**. São Paulo: n. 10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, Heloísa Maria de. **O Poço da Draga e a Construção de Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará: Resistir ou arriscar?** Projeto de Pesquisa de Monografia, Curso de Sociologia -UFC, Fortaleza: Mimeo, 2002.

ORTIZ, Renato. A viagem, o popular e o outro. In. \_\_\_\_\_. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água, 1997.

PECHMAN, R. Moses (Org.). **Olhares Sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e Cultura Política**. Fortaleza: UFC, 1998.

POÇO da Draga: memória e resistência. Produção de Paulo Hernesto Serpa. Fortaleza: Unifor, 2005. 1 videocassete.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

RIOS, Kenia S. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHRAMM, Solange M. O. **Território Livre de Iracema: Só o nome ficou?** Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFC, Fortaleza: mimeo, 2001.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcante. **Revitalização Urbana e (Re) Invenção do Centro Histórico de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: UFPB, 2004.

SECULT-CE. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Cultural**. Estado do Ceará, 1995/1996. Governo do Estado do Ceará, (s.d.), (impresso).

SECULT-CE. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. **Relatório Técnico Justificativo da Inserção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura no PRODETUR-CE**. Fortaleza: Estado do Ceará, 1996.

SEINFRA-CE. Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceara. **Censo Sócio-Econômico do Poço da Draga**. Fortaleza: Estado do Ceará. 2001.

\_\_\_\_\_. **Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará: Estágio atual dos estudos e projetos**. Fortaleza: Estado do Ceará, 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2003.

SASSEN, Sáskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – Um exemplo de Sociologia Pura ou Formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo de. *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sociologia I**. Madri: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977.

\_\_\_\_\_. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. In: CHOAY, Françoise (Org.). **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, p. 329-338, 1979.

SOUSA, Vancarder B. **Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: política cultural no discurso de modernização do “governo das mudanças”**. Dissertação (mestrado em sociologia). UFPB, mimeo, 2000.

TEIXEIRA, Francisco J. S. **CIC: a “razão esclarecida” e a FIEC**. Fortaleza, Caderno de ensaios do IMOPEC, 1995.

VALLADARES, Lícia do P. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v.15, nº 144, outubro de 2000, p. 5-34, 2000.

VALLADARES, Lícia do P. **A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. & Medeiros, Lídia. **Pensando as Favelas no Rio de Janeiro (1906-2000): uma bibliografia analítica**. Rio de Janeiro: 2003.

VILAR, Márcio da C. **Medo na Cidade: Uma experiência no Porto do Capim**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). UFPB, João Pessoa: mimeo, 2001.

WEIL, Simone. **A Condição Operária e outros estudos sobre a opressão**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. **Revitalização do centro histórico do Recife: uma experiência de gestão com a iniciativa privada**. Disponível em: www. URL: <http://urbanconservation.org/textos/bid.htm>. Acesso em: 05 maio 2004.

\_\_\_\_\_. **Os processos recentes de degradação e revitalização no Brasil**. Disponível em: www. URL: <http://urbanconservation.org/textos/lisboa98.htm>. Acesso em: 05 maio 2004.

\_\_\_\_\_. e LACERDA, Norma. **A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local: avaliação do caso do bairro do Recife**. Disponível em: www. URL: <http://ceci-br.org/textos/brecifeaval.doc>

ZUKIN, Sharon. Mapeando Cultura e Poder. In. ARANTES, Antonio A. **Espaço da indiferença**. Campinas: Papirus. p. 81-103, 2000.

\_\_\_\_\_. Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social no espaço urbano. In. ARANTES, Antonio A. **Espaço da indiferença**. Campinas: Papirus. p.104-115, 2000b.